

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YU ZHIMING

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E IDENTIDADE NACIONAL:

**A Participação da Cooperação Internacional na Construção da
Identidade Nacional em termos Cultural e Linguístico em Timor-Leste
entre 2007 a 2012**

BRASÍLIA
2013

YU ZHIMING

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E IDENTIDADE NACIONAL:

**A Participação da Cooperação Internacional na Construção da
Identidade Nacional em termos Cultural e Linguístico em Timor-Leste
entre 2007 a 2012**

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a
conclusão da disciplina de Dissertação em
Relações Internacionais sob a orientação da
Profª. Drª. Kelly Cristiane da Silva

**BRASÍLIA
2013**

Nome: YU, Zhiming

Título: Cooperação internacional e identidade nacional: a participação da cooperação internacional na construção da identidade nacional em termos cultural e linguístico em Timor-Leste entre 2007 a 2012

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão da disciplina de Dissertação em Relações Internacionais sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Kelly Cristiane da Silva.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Kelly Cristiane da Silva

Orientadora

Prof^a. Dr^o. Alcides Costa Vaz

Prof. Dr^a. Flávia Lessa de Barros

AGRADECIMENTOS

De certa forma, esta monografia é a síntese de meus cinco anos de graduação em Relações Internacionais. Vejo nela uma conexão legível dos meus estudos e projetos desses últimos anos, entre as mais variadas áreas e disciplinas. Agradeço profundamente a todos que fizeram parte de minha formação, a qual fez deste trabalho possível.

À família. Agradeço a meus pais, que me encorajaram a viver o mundo; a meus tios, que me educaram na infância; e a Jason, pelos ensinamentos espirituais.

Aos países. Agradeço à China, onde nasci; ao Paraguai, onde cresci; à França, que me acolheu no intercâmbio; e ao Brasil, que eu amo. Agradeço a todos os países que visitei, pois apenas comecei minha jornada de 读万卷书, 行万里路 (*Reading ten thousand scrolls, travelling ten thousand miles*).

Aos tutores. Agradeço à antropóloga Prof^a. Kelly Cristiane da Silva, orientadora de meu projeto de iniciação científica e desta monografia, pelo apoio e pela revisão dos textos; pela abertura intelectual e pelo rigor acadêmico. Esta pesquisa foi para mim um processo de revisão de mentalidade: do pouco que venho a entender, muito cresci. Obrigado, Kelly.

Aos professores da Banca Examinadora. Agradeço ao internacionalista Prof. Alcides Costa Vaz, caríssimo tutor do Programa de Educação Tutorial (PET), por incentivar minha formação multidisciplinar; à socióloga Prof^a. Flávia Lessa de Barros, professora minha na privilegiada disciplina Processos de Desenvolvimento nas Américas, por examinar o “desenvolvimento” de outros ângulos. Agradeço aos preciosos comentários da Banca.

Aos professores que marcaram na minha graduação. Prof. Eduardo Viola, Prof. Pio Penna, Prof. Argemiro Procópio, Prof^a Maria Helena Santos, Prof. Julio Jatobá, Prof^a. Iara Leite, Prof. Daniel Simião, Prof^a. Andréa Lobo, Prof^a. Selma Pantoja, Prof. Wolfgang Döpcke, Prof. Marcelo Rosa, Prof. Arthur Assis, Prof. Eric Frecon e Prof. Nicolas Roussellier. Agradeço especialmente à Prof^a. Ana Flávia Barros-Platiau, por valorizar os estudantes e colocar a UnB no mapa-múndi.

Aos colegas e amigos. Essenciais à produção desta dissertação, agradeço ao Góes, pela inspiração inicial na sua monografia, à Wanessa, pelo amadurecimento das ideias; ao Caio e Heitor, pelas discussões ao longo da pesquisa; à Maíra e ao Alex, pela detalhada revisão final.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E IDENTIDADE NACIONAL:

Resumo: Este trabalho pretende elucidar alguns dos fenômenos que constituem o processo da construção da identidade nacional e os modos e mecanismos pelos quais as práticas de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento influenciam a construção nacional no caso de Timor-Leste. Por meio da análise dos documentos oficiais do governo e dos parceiros de desenvolvimento, retratamos o conflito entre diferentes narrativas de identidade nacional, em termos cultural e linguístico – que refletem diferentes os interesses dos parceiros de desenvolvimento. Observamos que existe atualmente um processo de mudança de conteúdo da identidade nacional em Timor-Leste, expresso na diluição da identidade luso-timorense defendida pelos doadores da CPLP, e no aumento da ênfase às tradições indígenas e ao multilinguismo, apoiados pelos doadores anglófonos, como a UNESCO e a Austrália.

Palavras-chave: 1. Identidade Nacional. 2. Cooperação Internacional. 3. Construção Nacional. 4. Timor-Leste.

INTERNACIONAL COOPERATION AND NATIONAL IDENTITY

Abstract: The present research aims to clarify the means and mechanisms of the development cooperation in the building of national identity in Timor East. By analyzing Timor East and its development partners' official documents, we pictured the conflicts between different narratives of national identity, in terms of culture and languages. Those narratives reflect different interests held by East-Timorese development partners. We found that East-Timorese national identity content is, currently, under a process of transformation. In one hand, we observe the decline of the Portuguese-Timorese identity, defended by CPLP donors; in the other hand, a wider national identity, based on indigenous tradition and multilingualism, is arising with the support of Anglophone donors – mainly UNESCO and Australia.

Keywords: 1. National Identity. 2. Development Cooperation. 3. Nation-Building. 4. Timor-Leste.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AusAID – Agência da Austrália para Desenvolvimento Internacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INTERFET – Força Internacional para Timor-Leste

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MAGNT – Museu de Galeria de Arte do Território do Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos do Milênio

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

RDTL – República Democráticas de Timor-Leste

UNAMET – Missão de Assistência das Nações Unidas para Timor-Leste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Crianças

UNMISSET – Missão de Apoio das Nações Unidas para Timor-Leste

UNMIT – Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste

UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste

USAID – Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - CONTEXTOS HISTÓRICO E TEÓRICO	5
1.1. CONTEXTO HISTÓRICO	5
1.1.1. <i>Breve história de Timor-Leste</i>	5
1.1.2. <i>A Cooperação Internacional em Timor-Leste</i>	12
1.1.3. <i>República Democrática de Timor-Leste</i>	16
1.2. CONTEXTO TEÓRICO	17
1.2.1. <i>Identidade Nacional e Construção da Nação</i>	17
1.2.2. <i>A Participação da Cooperação Internacional na Construção da Nação</i> ...20	
1.2.3. <i>Alguns casos: Lesoto, Egito, Papua Nova Guiné e Kosovo</i>	25
1.2.4. <i>O caso de Timor-Leste</i>	28
CAPÍTULO II – A IDENTIDADE NACIONAL LESTE-TIMORENSE EM TERMOS DA CULTURA	36
2.1. A CONSTITUIÇÃO	36
2.1.1. <i>A Constituição Anotada</i>	38
2.2. POLÍTICAS CULTURAIS NO IV E GOVERNO CONSTITUCIONAL	40
2.2.1. <i>O Programa do IV Governo Constitucional</i>	40
2.2.2. <i>Política Nacional da Cultura</i>	41
2.3. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2011-2030	44
2.3.1. <i>A cultura leste-timorense e o seu conteúdo</i>	45
2.3.2. <i>As políticas culturais</i>	46
2.4. O PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL	48
2.5. <i>Do Ministério de Educação para o Ministério de Turismo</i>	49
2.6. REFLEXÕES: DA AFIRMAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO	50
2.7. PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS	52
2.7.1. <i>Feira do Pôr-do-Sol</i>	53
2.7.2. <i>Maratona de Díli e Tour de Timor</i>	55
2.7.3. <i>Os doadores e os eventos</i>	57
2.8. AUSTRALIANOS COMO CONSUMIDORES DA CULTURA	59
CAPÍTULO III – A IDENTIDADE NACIONAL LESTE-TIMORENSE EM TERMOS DAS LÍNGUAS	62
3.1. DISCURSO DE GEOFFREY HULL	63

3.2.	<i>A CONSTITUIÇÃO</i>	64
3.2.1.	<i>A Constituição Anotada</i>	65
3.3.	<i>POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO IV GOVERNO CONSTITUCIONAL</i>	66
3.3.1.	<i>Programa do IV Governo Constitucional</i>	66
3.3.2.	<i>Política de Ensino Multilingue baseada nas Línguas Maternas</i>	67
3.3.3.	<i>Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do V Governo</i>	69
3.4.	<i>REFLEXÕES: DO BILINGUISMO PARA MULTILINGUISMO</i>	70
<i>CAPÍTULO IV – IDENTIDADE NACIONAL DE TIMOR-LESTE EM TERMOS CULTURAL E LINGUÍSTICO PARA OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO</i>		75
4.1.	<i>PROJETOS LINGUÍSTICOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</i>	75
4.2.	<i>PROJETOS CULTURAIS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</i>	79
4.3.	<i>ATORES CENTRAIS: PORTUGAL, AUSTRÁLIA E A ONU.</i>	81
4.4.	<i>PORTUGAL E CPLP</i>	82
4.4.1.	<i>A Comunidade dos Países da Língua Portuguesa</i>	87
4.4.2.	<i>A Igreja Católica em Timor-Leste</i>	90
4.5.	<i>AUSTRÁLIA</i>	95
4.5.1.	<i>A Cooperação Australiana em Timor-Leste</i>	95
4.5.2.	<i>Cooperação Cultural do Território do Norte</i>	98
4.5.3.	<i>Cooperação Cultural nas Empresas aéreas e petrolíferas</i>	102
4.6.	<i>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS</i>	104
4.6.1.	<i>Anterior a 2007: Banco Mundial e UNTAET</i>	104
4.6.2.	<i>Cultura leste-timorense nos Relatórios do PNUD</i>	107
4.6.3.	<i>Cultura leste-timorense para a UNESCO</i>	110
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>		117
<i>BIBLIOGRAFIA</i>		124
<i>ANEXOS</i>		142
I.	<i>Turismo e Cultura com Caroline Pemberton</i>	142
II.	<i>Monte Cristo Rei e a Praia de Cristo Rei</i>	143
III.	<i>Panorama aérea da Feira do Pôr-do-Sil na Praia de Cristo Rei</i>	143
IV.	<i>Artesanatos e demais produtos da Feira do Pôr-do-Sol</i>	143
V.	<i>Coleções culturais exibidas no MAGNT</i>	144

INTRODUÇÃO

Em 20 de maio de 2002, a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste transferiu o poder a Xanana Gusmão, primeiro presidente eleito da República Democrática de Timor-Leste. Desde o dia 30 de agosto de 1999 – quando o referendo popular determinou sua independência – a nação e o Estado de Timor-Leste vêm sendo construídos por uma multiplicidade de atores locais e internacionais, entre as elites locais e os parceiros de desenvolvimento – compostos pelos países doadores, as numerosas ONGs, as Nações Unidas e as demais organizações internacionais.

É difícil determinar quando se inicia a construção da nação ou separar essa da construção do Estado. Se a idealização de uma nação leste-timorense foi o que sustentou a primeira tentativa de independência em 1975, mobilizou os movimentos de resistência à ocupação indonésia durante 25 anos e concretizou na criação de um Estado em 2002, as forças políticas governantes sob o marco do Estado vêm alimentando, por sua vez, a construção da nação de Timor-Leste – definindo os fatores de coesão nacional e da identificação linguística e cultural da população.

Em Timor-Leste, a construção da nação e a definição dos seus componentes se manifestam nas práticas e projetos de “desenvolvimento”. Talvez o termo mais importante na atualidade da nova nação, o “desenvolvimento” resumiria quase a totalidade dos esforços políticos: nas dimensões de capacitação institucional, governança democrática, empoderamento feminino, reforma jurídica, aprimoramento agrícola e produtivo, treinamento da mão-de-obra e criação de emprego; e nas dimensões da definição e constituição dos partidos políticos, das línguas oficiais, dos símbolos nacionais e feriados, da moeda nacional, da cultura nacional, da seleção da memória nacional, da política externa, do sistema jurídico, da laicidade estatal e do sistema educativo.

Teríamos poucos exemplos similares e contemporâneos a Timor-Leste, nesse tipo de participação internacional na construção da nação pela cooperação internacional para o desenvolvimento. Talvez Kosovo, Sérvia, Montenegro, Eritreia e, ainda mais recente, Sudão do Sul – cuja independência em 2012 foi seguida da entrada de massivos recursos internacionais, episódio semelhante ao ocorrido em Timor-Leste nos primeiros anos após o referendo.

Tomando a identidade nacional como peça-chave no processo da construção da nação, parece que todas as dimensões do desenvolvimento envolvem tanto sua expressão quanto sua definição da identidade nacional: na visão de uma nação democrática e desenvolvida, na adoção do sistema continental de direitos, na manutenção da laicidade do Estado, na reforma do direito costumeiro de posse da terra, na escolha das línguas tétum e portuguesa como oficiais, e na preservação das memórias históricas e tradições culturais.

Em se tratando da seleção dos elementos constitutivos da identidade nacional e da determinação do conteúdo desses elementos, a multiplicidade de atores na cooperação internacional para o desenvolvimento se traduz na multiplicidade de interesses na definição da identidade nacional. Apesar dos conhecimentos técnicos sobre desenvolvimento serem aparentemente universais e compartilhados entre especialistas internacionais e elites locais, as preferências motivadas por razões políticas díspares geram disputas entre os atores da cooperação internacional, que negociam o que deve constituir a nação leste-timorense.

Sem poder aprofundar em cada uma das dimensões das políticas de desenvolvimento, escolhemos as questões de cultura e língua como privilegiadas para observar a participação da cooperação internacional na construção da identidade nacional.

A questão da língua, por exemplo, foi e ainda é objeto de grande debate entre doadores. As línguas oficiais, português e tétum, tiveram que concorrer na época da independência com as preferências pelas línguas indonésia e inglesa, sendo que hoje se observa uma tensão entre os defensores da lusofonia e das línguas indígenas no ensino. Por outro lado, a questão da cultura tem seu conteúdo, de certa forma, negociado e moldado pela cooperação internacional, variando os elementos constitutivos, seja patrimônios, línguas, tradições ou costumes.

Estas duas questões receberam atenção maior nos anos recentes, especialmente a partir de 2008. As Nações Unidas afirmam no ano de 2008 que as operações passaram de *peace-keeping* para *peace-building*, os doadores lançaram novos planos de cooperação, o IV Governo Constitucional leste-timorense lançou por volta desse ano a primeira Política Nacional para a Cultura, e, em 2010, elaborou-se o primeiro plano cultural na estratégia de desenvolvimento do governo. Foi a partir de 2008, na nova atmosfera de estabilidade, que se evidenciou o florescimento de uma série de atividades e eventos culturais, realizadas ou previstas, como museus, exposições internacionais, eventos esportivos e feiras internacionais.

Veremos que, nos primeiros anos da república, os documentos oficiais enfatizam uma identidade nacional centrada na *portugalidade* de Timor-Leste e nas memórias da resistência contra invasores indonésios. Observaremos, ao longo da monografia, que há, aparentemente, uma transformação do conteúdo da identidade nacional leste-timorense em termos da cultura e das línguas: primeiro, a gradual diluição da centralidade da língua e cultura portuguesa, em crescente concorrência com a língua inglesa e com as línguas indígenas; segundo, uma nova ênfase nos elementos tradicionais e indígenas, bem como a *comoditização* desses elementos em produtos e serviços turísticos. Veremos, também, que esta transformação é fruto direto das ações políticas dos doadores de Timor-Leste, na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Esta pesquisa, como um estudo de caso, tem como objetivo a análise da participação da cooperação internacional na dinâmica de formação e transformação da identidade nacional em Timor Leste, em termos cultural e linguístico, focando no período a partir de 2007. Para isso, faremos uma análise documental, entre legislações, políticas, discursos, orçamentos e relatórios do governo leste-timorense e dos atores internacionais e registros dos eventos e atividades culturais, nas fontes oficiais e/ou nas mídias, incluindo arquivos audiovisuais. Vale explicitar que o acesso às fontes é limitado pela disponibilidade eletrônica das mesmas, nos portais eletrônicos oficiais do governo, das agências de cooperação, das organizações e das fontes noticiárias.

Como não há uma definição consensual para a identidade nacional leste-timorense – sendo ela mesma objeto de disputas nos documentos –, a pesquisa consiste na análise desses documentos, variando de acordo com a fonte de informação. Pela mesma razão, não aplicaremos um conceito de cultura na análise, mas consideraremos as diferentes versões e conteúdos da cultura para os atores da cooperação internacional.

Circunscrevemos, para o efeito de análise, as disputas em termos da construção da identidade nacional leste-timorense nas formas como se manifestam em torno da problemática da cultura e das línguas. Tomamos tal identidade como algo que é produzido, entre outros, pela ação dos parceiros do desenvolvimento de Timor-Leste. A monografia pretende elucidar alguns dos fenômenos que constituem este processo e os modos e mecanismos pelos quais as práticas de cooperação internacional influenciam a construção nacional no caso leste-timorense. Apoiaremos-nos nas literaturas existentes – sem maior aprofundamento – sobre as

dinâmicas de formação da identidade anterior ao período analisado, bem como sobre os conflitos e negociações da identidade nacional leste-timorense entre a elite local.

Seguindo esta introdução, a monografia será estruturada por três capítulos: o primeiro, consistindo de uma breve contextualização histórica e teórica do caso, explica o envolvimento da cooperação internacional para a construção da nação e situa o caso no debate acadêmico da participação da cooperação internacional na construção da identidade nacional; no segundo capítulo, realiza-se a análise do conjunto de fontes oficiais do governo leste-timorense que tangem as áreas cultural e linguística, como as legislações, orçamentos, projetos, eventos e atividades celebrados independente das fontes de financiamento; no terceiro capítulo, discutem-se os meios pelos quais a identidade nacional é negociada a partir de certas práticas dos doadores, em termos culturais e linguísticos – destacando os documentos da Austrália, Portugal e as Nações Unidas e; as considerações finais, a retomar as análises.

CAPÍTULO I - CONTEXTOS HISTÓRICO E TEÓRICO

1.1. Contexto histórico

Nesta sessão, veremos uma breve história de Timor-Leste, sublinhando alguns episódios importantes à monografia. A nossa pretensão não é de apresentar exaustivamente a história de Timor-Leste, mas alguns eventos que marcaram a história do território, que criaram condições para a negociação da identidade nacional tal como tem se conduzida contemporaneamente. Esses eventos serão retomados ao longo da monografia – nas literaturas acadêmicas, nos documentos do governo timorense e dos parceiros de desenvolvimento e nas nossas análises.

1.1.1. Breve história de Timor-Leste

De acordo com Molnar (2005), a história política de Timor-Leste teria cinco grandes períodos. Primeiro, a história pré-colonial, datada de 11 mil anos a.c. até a chegada dos portugueses por volta dos 1500; segundo, o período colonial português, durando cerca de 400 anos; terceiro, os 24 anos da ocupação indonésia entre 1975 e 1999; quarto, a administração transitória de Timor-Leste pela UNTAET entre 1999 e 2002 e; finalmente, o governo da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), independente em 2002, até os dias atuais.

Apesar desta periodização — a qual divide a história de Timor-Leste nos tempos pré-colonial, português, indonésio, a administração onusiana e o da RDTL — ser comum às diversas narrativas da história do país, estas versões da construção da identidade nacional leste-timorense não são uniformes, pois enfatizam episódios e períodos diferentes na história de Timor-Leste, atribuindo interpretações e valores simbólicos diferentes a cada um.

No primeiro período, segundo a autora, data-se a presença humana na Ilha de Timor por volta de 11500 a.c, pelas descobertas arqueológicas. A primeira população que praticou agricultura na ilha, por volta dos 3000 a.c, era de origem austronésia. No século XIV, a ilha era registrada nos documentos chineses e javaneses pelo comércio de sândalo, também da exportação de mel, cera e escravos. Os primeiros documentos históricos registravam que havia na ilha diversas comunidades culturais organizadas em pequenos reinos e clãs, interligadas por complexas relações econômicas e matrimoniais e também por conflitos.

No começo do século XVI, missionários portugueses introduziram o catolicismo romano na ilha de Timor, e comerciantes portugueses, com o auxílio dos missionários portugueses, comercializavam a madeira de sândalo. Na primeira metade do século seguinte, a presença portuguesa, inicialmente ao longo da costa timorense, foi se interiorizando e ocupando a Ilha por completo, por meio da difusão da fé católica e pela conquista militar dos reinos locais.

O segundo período, da experiência portuguesa, teria seu início no o século XVII. Conflitos eram recorrentes entre reinos locais e os portugueses e entre estes dois e coloniais holandeses, que detinham controle das ilhas vizinhas – hoje parte da Indonésia. Em um contexto de disputa colonial entre holandeses e portugueses pelo comércio de sândalo, os primeiros conseguiram ocupar a parte ocidental da ilha em 1656.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII, o controle da parte oriental da ilha pela administração colonial portuguesa foi se consolidando gradualmente, bem como a divisão da ilha, mediada por uma série de batalhas e acordos entre Portugal e Holanda. No século XIX, 1916, o Tratado de Fronteira Portugal-Holanda veio a definir as fronteiras territoriais que dividem a ilha em Timor-Oriental, dos portugueses, e Timor-Occidental, dos holandeses. Molnar (2005) e Mendes (2005), bem como outros autores, notam que o sistema tradicional de poder foi pouco alterado durante a colonização portuguesa, porém houve uma difusão do catolicismo – acompanhado da língua e cultura portuguesas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, no século XX, Austrália e Holanda, apesar dos protestos portugueses, desembarcaram na Ilha em 1942 para prevenir a expansão japonesa na região, usando Timor de zona de tampão. Contudo, japoneses ocuparam a ilha, resultando na morte de cerca de 60.000 leste-timorenses. Em 1949, ao término da guerra, a Indonésia – incluindo o território de Timor-Occidental – obteve sua independência da Holanda, enquanto Timor-Leste voltou à administração portuguesa.

Em 1974, o novo governo de Portugal prometeu democracia e descolonização dos territórios coloniais. Houve, então, possibilidade de independência, num contexto de surgimento de diversos partidos políticos em Timor-Leste. Diversas correntes ideológicas proliferavam entre esses partidos, defendendo a independência, a integração com a Indonésia, a federação com o Portugal ou mesmo uma minoria que defende a integração com a Austrália.

Em 1975, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) se destacou nas eleições locais. No mesmo ano, a força militar indonésia avançou a Timor-Leste, iniciando a anexação do território, que concluiria em 2006. A invasão descortina o terceiro período, do tempo indonésio, com

massivas violações de direitos humanos [...] incluindo massacres casuais, execuções extrajudiciais, fomes, mortes por doenças preveníveis, torturas, translocação forçada das populações, esterilização forçada das mulheres, estupros e aprisionamentos sem indenizações (McCLOSKEY, 2000:4 In MOLNAR, 2005)

Nos primeiros anos da anexação, mais de 60.000 timorenses morreram no violento processo.¹ Em meio à guerra, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN autoproclamou a fundação da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), de curta duração até a anexação completa. Manifestações contra a invasão indonésia se organizaram internacionalmente. Nas Nações Unidas, tanto a Assembleia Geral quanto o Conselho de Segurança condenaram a invasão, exigindo a retirada imediata da tropa indonésia.

Ao mesmo tempo da condenação internacional, documentos históricos, bem como notaram Molnar (2005), Mendes (2005) e Silva (2012), revelam que a invasão indonésia foi consentida pelas potências, como Estados Unidos e Austrália. O governo Ford dos Estados Unidos foi revelado como um apoiador aquiescente da operação indonésia, suprindo armamentos e treinamentos ao exército indonésio e ignorando o genocídio praticado.² Similarmente, face à condenação da Assembleia Geral das Nações Unidas, Austrália também ofereceu apoio tácito à Indonésia.³ Austrália foi um dos primeiros a consumir o fato: reconheceu a anexação do território, demarcou sua fronteira com Indonésia e compartilhou com esta a exploração do petróleo no Mar de Timor, ao sul da ilha.

Denominando o território de Timor Timur, a Indonésia tentou assimilar as populações leste-timorenses à identidade nacional indonésia. Em um conjunto de políticas

¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE TIMOR-LESTE. A brief History of Timor-Leste. 4 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.presidency.tl/eng/files/Presskit-Brief%20History%20of%20TL_ENG.doc.

² BURR, William. EVANS, Michael L. (eds) **Ford, Kissinger and the Indonesian Invasion, 1975-76: Ford and Kissinger Gave Green Light to Indonesia's Invasion of East Timor, 1975: New Documents Detail Conversations with Suharto**. National Security Archive Electronic Briefing Book No. 62. Disponível em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB62/>

³ Em 2009, governo australiano publicizou alguns documentos outrora secretos do gabinete do primeiro-ministro, revelando, entre outros assuntos, que a Austrália teria compartilhado interesses comuns com a Indonésia, por trás da invasão. Analistas afirmam que uma das razões seria a contenção do partido leste-timorense FRETILIN, como um meio para impedir o avanço do comunismo na região, no contexto da Guerra Fria. THE AUSTRALIAN. Invasion of Timor 'in our interests'. 1 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.theaustralian.com.au/in-depth/cabinet-papers/timor-invasion-in-our-interests/story-e6frgd9o-1111118449723>

chamadas de *javanização* de Timor-Leste (SILVA 2012), nos 24 anos da ocupação, a Indonésia investiu recursos significativos para o estabelecimento de infraestrutura e administração pública; aplicou em Timor-Leste o Programa de Transmigração,⁴ cerca de 150.000 imigrantes indonésios a Timor-Leste, durante os 24 anos da ocupação (MOLNAR, 2005).

Os investimentos e a migração foram acompanhados da disseminação significativa da língua indonésia e da incorporação dos leste-timorenses, formados no sistema de educação indonésia, na administração pública. Pesquisas revelam que, ao ano de 1999, 75% dos cargos públicos eram ocupados por leste-timorenses, em sua maioria cargos de baixo escalão (MENDES, 2005). No mesmo período, aplicava-se aos leste-timorenses a obrigação indonésia de se aderir a uma religião oficialmente reconhecida,⁵ de preferência monoteísta, o que aumentou, ao menos formalmente, o número de batizados católicos em Timor-Leste.

Contudo, Anderson (1980) afirma que a assimilação, acompanhada da brutal repressão, não obteve sucesso, pois as políticas de desenvolvimento nos anos 1980, ao invés de estimularem a integração, teriam intensificado o nacionalismo e o catolicismo. Em primeiro, lugar, fontes oficiais do governo timorense alegam que nos 25 anos da ocupação, um terço da população – aproximadamente 200.000 pessoas – perdeu a vida nesse processo. Em segundo lugar, a diferenciação e a marginalização da população local teriam fomentado a reação à unidade nacional no discurso da Indonésia. Em segundo lugar, o número de fiéis católicos aumentou de 29% para quase 90% durante a ocupação, demonstrando a relutância da população ao islamismo – predominante na Indonésia (MENDES, 2005; FIGALDO, 2012; SILVA, 2012). E a Igreja Católica, depois da proibição do uso de português, adotou o tétum – a língua franca indígena, como língua litúrgica, ao invés da língua indonésia.

Em terceiro lugar, os movimentos da resistência, como objeto de repressão, fortaleceram-se em reação à repressão e às políticas de assimilação (MENDES, 2005). A resistência timorense, que continuou clandestinamente o governo independente nos primeiros anos da ocupação, lutou contra a anexação entre 1975 a 1999. Silva (2012) resume três frentes dos movimentos de resistência:

⁴ Também chamado de *Transmigrasi*, um programa indonésio que procura diluir a densidade populacional da ilha de Java a áreas menos populosas, ao mesmo tempo de fortalecer a integração por meio da convivência e miscigenação.;

⁵ O Estado Indonésio reconhece seis religiões oficiais: Islamismo, Protestantismo, Catolicismo, Hinduísmo, Budismo e Confucionismo e obriga a adesão identificada do cidadão a uma dessas religiões.

a frente armada, representada pelas FALINTIL;⁶ a frente clandestina, preenchida por integrantes da sociedade civil leste-timorense no território; e a frente diplomática, formada por componentes das diásporas leste-timorenses na Austrália, Portugal, Moçambique e Angola.

Autores como Molnar (2005) e Mendes (2005), bem como as fontes oficiais, reconhecem a atuação da Igreja Católica de Timor-Leste como solidária aos movimentos da resistência, oferecendo refúgios a dissidentes, ao mesmo tempo em que evocava internacionalmente o apoio à causa leste-timorense.

Para as fontes oficiais, além dos movimentos da resistência ao longo da ocupação, quatro eventos cruciais na década de 1990 teriam contribuído para o fim da ocupação indonésia.⁷ Primeiro, o Massacre de Santa Cruz em 1991⁸ expôs a violência praticada em Timor-Leste, gerando grande repercussão internacional; segundo, com o aprisionamento do líder da resistência Xanana Gusmão, em 1992, flagrou-se internacionalmente a situação de direitos humanos em Timor-Leste; terceiro, em 1996, dois líderes leste-timorenses, Bispo Ximenes Belo e José Ramos-Horta, foram laureados com Prêmio Nobel da Paz, alimentando ainda mais o movimento da resistência e quarto; em 1997 a 1998, a renúncia do presidente Suharto, o qual ordenou a anexação de Timor-Leste em 1975, abriu possibilidade para a independência de Timor-Leste.

Em 1999, instalou-se a Missão de Assistência das Nações Unidas para Timor-Leste (UNAMET)⁹, a primeira missão onusiana no território, para preparar o referendo popular. Como resultado da consulta, 78% dos leste-timorenses votaram a favor da independência. Entretanto, milícias e forças armadas indonésias responderam com brutalidade. Na sua retirada, 90% da infraestrutura foi destruída e cerca de 2.000 timorenses foram assassinados (MENDES, 2005). Como consequência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET),¹⁰ sob o comando da Austrália, acompanhada de uma larga operação humanitária, para restaurar a paz e a segurança.

⁶ Sigla para Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste, braço armado do partido FRETILIN.

⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE TIMOR-LESTE. A brief History of Timor-Leste. 4 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.presidency.tl/eng/files/Presskit-Brief%20History%20of%20TL_ENG.doc.

⁸ Também conhecido como Massacre do Cemitério de Santa Cruz ou Massacre de Dili: Episódio em Dili, 1991 de violenta repressão dos militares indonésios aos manifestantes pró-independência no Cemitério de Santa Cruz, causando a morte de mais de 250 leste-timorenses.

⁹ Pela sigla em inglês United Nations Assistance Mission for East-Timor.

¹⁰ Pela sigla em inglês International Force for East Timor. INTERFET era composto por cerca de 11.000 soldados e pessoais, principalmente australianos – que contribuiu 5.500 soldados à Força – e neozelandeses, singapurianos, malaios, bengaleses, brasileiros, portugueses, quenianos, sul-coreanos, norte-americanos, britânicos, canadenses, alemães, franceses, irlandeses, noruegueses, filipinos e tailandeses.

Nos eventos cruciais citados acima, a opinião internacional, a diplomacia estrangeira e a resistência leste-timorense imprimiram esforços conjuntos que culminaram na independência de Timor-Leste. A partir da década de 1980, com a divulgação da documentação gráfica do Massacre de Santa Cruz, manifestações civis se intensificaram em Indonésia, Austrália, Portugal e vários outros países – demonstrando solidariedade à causa leste-timorense, pressionando seus respectivos governos a mudar de atitude (MENDES, 2005).

Em Outubro de 1999, estabeleceu-se a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET),¹¹ como uma operação de paz integrada e multidimensional, que administrou o território até 2002.

O governo de UNTAET, chefiado pelo brasileiro Sérgio Vieira de Melo, detinha a “responsabilidade global pela administração do território, com autoridade legislativa, executiva e judiciária” (SILVA, 2012). Esboçaram-se no seu mandato a orgânica administrativa, estrutura institucional, corpo policial, divisão administrativa, serviços públicos básicos e demais políticas de desenvolvimento, bem como o preparo das eleições dos parlamentares da assembleia constituinte para o primeiro governo leste-timorense (SILVA, 2012). Desde 1999, a fronteira de Timor-Leste foi negociada com a Indonésia valendo-se da divisão luso-holandesa no período colonial português; enquanto com a Austrália, prevaleceu a divisão entre Austrália e Indonésia.

Em 2001, houve a primeira eleição livre para os representantes constituintes e, em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se independente – iniciando o quinto período da história, com a eleição do presidente Xanana Gusmão, ex-líder da resistência, e a constituição do I Governo Constitucional, sob a chefia do primeiro ministro Mari Alkatiri, também ex-líder da resistência.

O I Governo contou com apoio fundamental da cooperação internacional para a assistência financeira e militar. Com o fim da UNTAET, a nova missão de apoio UNMISSET se constituiu em Timor-Leste¹². Os primeiros relatórios das Nações Unidas, bem como dos outros parceiros,¹³ avaliam a situação de Timor-Leste como um processo que está garantindo sua estabilização e desenvolvimento, apesar das dificuldades administrativas – pela falta de

¹¹ Pela sigla em inglês United Nations Transitional Administration in East-Timor.

¹² Sigla em inglês pela United Nations Mission of Support in East-Timor – Missão de Apoio das Nações Unidas a Timor-Leste.

¹³ Como os Relatórios de Desenvolvimento Humano de 2002 e 2006, publicados pelo PNUD,

infraestrutura e/ou escassez de recursos. Contudo, em 2006, eclode relevante crise política e militar, que veio a ser um ponto de virada para a nova República.

Em abril de 2006, uma onda de deserção militar escalou de protesto para lutas armadas e conflitos faccionais, resultando na morte de dezenas civis e deslocamento de cerca de 150.000 pessoas em Timor-Leste.¹⁴ Como consequência da crise, houve uma reconfiguração de poder entre a elite timorense – incluindo a renúncia do então primeiro-ministro Mari Alkatiri; e uma nova onda de intervenção internacional – incluindo a instituição da nova missão UNMIT¹⁵, em substituição da UNMISSET.

Silva (2010) avalia que a crise foi crucial para a ascensão de Xanana Gusmão, que veio a controlar efetivamente o governo leste-timorense; e para a intervenção australiana, que aumentou sua influência na política timorense. Entre 2006 a 2007, houve dois governos de curta duração. Com a eleição de Ramos-Horta como presidente nas eleições de 2007, o IV Governo Constitucional se constituiu sob a chefia do primeiro-ministro e ex-presidente Xanana Gusmão.

Em fevereiro de 2008, como seqüela da crise de 2006, rebeldes militares tentaram assassinar o Ramos-Horta e Xanana Gusmão. Este último conseguiu sobreviver aos ataques, enquanto o primeiro foi atingido e teve que se hospitalizar em Darwin, Austrália. Foi instituído estado de emergência em Timor-Leste, o qual durou por meses, até a volta do presidente.¹⁶

Durante o IV Governo, a UNMIT, que teve início em 2006, foi estendida diversas vezes pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, mesmo com o protesto de Xanana

¹⁴ OHCHR. **Report of the United Nations: Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste.** 2 de outubro de 2006. Genebra: OHCHR Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/COITimorLeste.pdf>

¹⁵ Sigla em inglês pela United Nations Integrated Mission in Timor-Leste – Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste, uma força internacional de cerca de 13.000 pessoas, majoritariamente australianos, sob a liderança da Austrália.

¹⁶ Os detalhes do ocorrido até hoje são controversos. Analistas internacionais apontam que a crise iniciada desde 2006 se originou da disputa entre líderes leste-timorenses, além do conflito existente entre as populações de diversas regiões de Timor-Leste. International Crisis Group, por exemplo, avalia os conflitos como crises de deslocamento – “displacement crisis”, apontando como motivador principal a tensão existente entre as comunidades leste-timorenses de regiões diferentes. Os soldados da região ocidental, que se rebelaram, alegavam o tratamento desigual na força armada nacional. Paralelamente, analistas também apontam como causa da crise a falta de plataforma democrática para a resolução pacífica dos conflitos. Veja INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Timor-Leste’s Displacement Crisis. Asia Report N°148 – 31 March 2008. Disponível em: http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/timor-leste/148_timor_leste_displacement_crisis.pdf; e OECD. Government contributions to the International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding: Timor Leste. 2 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/timor-leste/44928988.pdf>

Gusmão. Em 31 de dezembro de 2012, finalmente se anunciou a retirada total da tropa internacional, transferindo a tarefa de segurança à política e exército timorense. No mesmo ano, Taur Matan Ruak, ex-líder da resistência, foi eleito terceiro presidente de Timor-Leste e Xanana Gusmão continuou como primeiro-ministro, do V Governo Constitucional.

1.1.2. A Cooperação Internacional em Timor-Leste

Como vimos na breve história de Timor-Leste, a participação internacional na sua criação e estabilização foi crucial ao país. Não somente em agendas diplomáticas ou militares, a cooperação internacional esteve em Timor-Leste já desde sua independência, para assistir à reconstrução de Timor-Leste, em todos os aspectos – físico, social, econômico, administrativo, desde a estabilização militar até o fomento da sociedade civil.

A cooperação internacional em Timor-Leste inclui as missões militares internacionais, organizações internacionais, agências internacionais de cooperação, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e mídias internacionais, sustentando uma comunidade internacional em Timor-Leste, formada por militares, funcionários civis das organizações, diplomatas, jornalistas, especialistas, professores, voluntários, observadores e leste-timorenses retornados da diáspora (SILVA, 2012). Podemos, talvez, observar a cooperação internacional por dois ângulos: dos recursos financeiros e dos recursos técnico e de pessoal.

Do recurso financeiro, a comunidade internacional mantinha o funcionamento do governo de Timor-Leste, primeiro UNTAET e posteriormente os governos constitucionais, via as contribuições societárias às Nações Unidas para a manutenção das missões e via o Fundo para Timor-Leste, criado em 1999 e gerido pelo Banco Mundial, para financiar os projetos governamentais. Estima-se que cerca de quatro bilhões de dólares tenham sido destinados a Timor-Leste entre 1999 a 2006 (SILVA, 2012). Esses países e agências financiadores são referidos como doadores internacionais.

Nos anos da recém-independência de Timor-Leste, entre 1999 e 2003, os maiores doadores, na ordem do volume total aprovado, foram: Austrália, com cerca de 162 milhões de dólares; Japão, com 142 milhões; Portugal, com 140 milhões; União Europeia, com 134 milhões; Estados Unidos, com 80 milhões; Reino Unido, com 53 milhões e Nações Unidas, incluindo suas agências, com 33 milhões. O volume total do recurso pode ser dividido entre

apoio orçamentário, pagamento ao Fundo de Timor-Leste e assistência bilateral.¹⁷ A receita do governo leste-timorense, nos seus primeiros anos, foi quase totalmente dependente do financiamento internacional, o que se traduz na sua limitada autonomia orçamentária para condução de políticas.

Já nos últimos anos, entre 2010 e 2013, a lista sofreu grande alteração. Austrália continua sendo o maior doador de Timor-Leste, com um recurso de aproximadamente 290 milhões de dólares, Japão segue com 71 milhões, os Estados Unidos com 52 milhões e a China segue com 46 milhões e as Nações Unidas, somando as suas agências, posicionariam-se no 5º lugar, com 44 milhões de dólares.¹⁸ Portugal, por sua vez, situa-se na 31ª posição, com 2 milhões de dólares americanos.

Do recurso técnico e de pessoal, as agências de cooperação dos governos estrangeiros mantinham também bilateralmente projetos de desenvolvimento. Visam não somente à disponibilização de recurso financeiro, mas à responsabilização técnica e de pessoal do desenvolvimento, o que qualifica a cooperação internacional, nesse ângulo, como cooperação internacional para o desenvolvimento – ou simplesmente cooperação para desenvolvimento.

Esses projetos são desenhados por especialistas dos doadores e conduzidos por seus técnicos em campo, em parceria com o governo leste-timorense. As agendas de desenvolvimento adotadas são semelhantes – como o crescimento econômico, educação, saúde, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável – convergindo para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).¹⁹ As metodologias adotadas também são similares,

¹⁷ Timor-Leste, Ministério do Plano e Finanças, **Registry of External Assistance. Report Prepared for the Timor-Leste Development Partners Meeting.** Dili, 2003, p. 5 In: SILVA, Kelly Cristiane da. **As Nações Desunidas: Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Página 76.

¹⁸ RDTL. Aid Transparency Portal. 2013. <http://www.aidtransparency.gov.tl/reportsPublicView.do>

¹⁹ Os ODMs são “uma série de objetivos de desenvolvimento concretos” que compreendem: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, os ODMs vêm orientando as políticas de desenvolvimento nos Estados-membros da ONU, integrando nos projetos domésticos de desenvolvimento.

como a governança democrática, reconstrução da infraestrutura, estado de direito, construção de capacidades.²⁰

Muitos especialistas e técnicos dos doadores trabalham em Timor-Leste para a elaboração e a condução das políticas de desenvolvimento, e numerosos ocupam cargos relevantes nas instituições governamentais, constituindo os chamados consultores internacionais (SILVA, 2012) do governo leste-timorense. A administração pública de Timor-Leste foi altamente dependente da capacidade técnica internacional para a elaboração de projetos legislativos e políticos e para a construção da nação ao modelo democrático ocidental (MENDES, 2005).

Estimava-se, em 2008, que os consultores internacionais contratados pelos órgãos públicos do Governo Leste-timorense eram aproximadamente 420 pessoas,²¹ formando então uma das maiores comunidades internacionais em Timor. Em 2008, 90% desses estrangeiros eram financiados pelos doadores para prestar serviços de assessoria e de consultoria em diferentes ministérios, ocupando cargos técnicos centrais.²² Além das agências internacionais e governos estrangeiros, a cooperação internacional também incluiria as quase 400 ONGs, em sua maioria financiadas por doadores internacionais.²³

Comumente referido como cooperação para o desenvolvimento, em conjunto, as missões, os doadores e as ONGs são chamados de “parceiros de desenvolvimento.” Seus representantes, funcionários, técnicos, consultores internacionais, observadores, profissionais, especialistas e ativistas – estrangeiros ou leste-timorenses voltados da diáspora – formam uma grande comunidade internacional de cooperação em Timor-Leste.

²⁰ Alguns doadores tem enfoques diferentes, por exemplo, enquanto os países ocidentais enfatizam a governança democrática – em termos de capacitação institucional, treinamento dos parlamentares, apoio às eleições; a China, por exemplo, enfatiza o investimento infraestrutural – como a construção de hospitais e edifícios administrativos.

²¹ TRAY, Dennis de. Capacity stripping: How the international community contributes to capacity problems in fragile states, and what to do about it. Working paper apresentado para Results for Development Institute (R4D). Maio de 2008. Disponível em: <http://www.resultsfordevelopment.org/sites/resultsfordevelopment.org/files/Working%20Paper%20-%20Dennis%20de%20Tray.pdf>

²² Idem.

²³ Estiveram presentes em Timor-Leste as Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGs) e Locais (ONGLs). Veja uma lista não exaustiva dos integrantes do Fórum ONG Timor-Leste (FONGTIL), incluindo 386 ONGs, seus programas e fontes de financiamento: FONGTIL. Naran Organizaasaun Sociedade Sivil. – 2012 Handover Report. 2012. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/155034811/2012-Handover-Report-FONGTIL-2>

De acordo com o Censo de 2010,²⁴ registravam-se 10.983 estrangeiros residentes em Timor-Leste. As maiores comunidades estrangeiras por nacionalidade são os 5.501 indonésios, 1.139 chineses, 726 filipinos, 517 australianos, 318 portugueses, 234 paquistaneses, 188 brasileiros, 171 neozelandeses, 127 bengaleses e 105 cubanos. Tal comunidade é composta por estrangeiros voltados à cooperação, como técnicos internacionais, soldados bengaleses e médicos cubanos, comunidades de imigrantes e transmigrantes indonésios.

Nos primeiros anos do governo independente, este dependia altamente da cooperação internacional, tanto em termos de orçamento quanto na equipe técnica. A partir de 2008, em termos de receita governamental, as divisas advindas da exploração do petróleo substituíram as doações, correspondendo a mais de 95% do orçamento. O volume de assistência internacional, por sua vez, vem decrescendo tanto em termos absolutos quanto relativos nos orçamentos de Timor-Leste.²⁵ Com a independência financeira, desaquecimento da atenção internacional, diminuição do volume de assistência e a retirada da UNMIT, muitos consultores hoje são financiados pelo próprio governo leste-timorense, incluindo: técnicos estrangeiros, leste-timorenses que voltaram da diáspora e leste-timorenses que recebem treinamento e capacitação dos doadores.

Os maiores doadores internacionais qualificam sua assistência para com Timor-Leste em uma nova fase. Para UNMIT, a ênfase do mandato renovado em 2008 “é esperada mudar de *peace-keeping* para *peace-building*”²⁶; para Portugal, “Timor-Leste encontra-se num período de consolidação do desenvolvimento”²⁷. Para PNUD, a construção de capacidades passou da assistência técnica geral – fase de “crescimento” –, para a assistência específica baseada nas necessidades avaliadas – fase de “sustentação” (PNUD 2003 In SILVA, 2012, pág. 165) – e para a Austrália, a assistência passou da fase de “substituição da capacidade” – inserindo técnicos australianos no quadro institucional leste-timorense –, para a de “construção da capacidade”, dando maior ênfase à capacitação do pessoal leste-timorense.

²⁴ RDTL. Censo 2010. Volume 2. Díli, 2010. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/population-distribution-of-administrative-areas-census-2010-volume-2/?lang=pt>

²⁵ Os Orçamentos Gerais do Estado vêm afirmando a queda do volume de assistência desde 2002. TIMOR-LESTE MINISTRY OF FINANCE. Budget Documents - Budget: Previous Years. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/category/documents-and-forms/budget-documents/budget-previous/?lang=en>

²⁶ UNDP. **UNDP Country Programme for Timor-Leste (2009-2013)**. 2008. Disponível em: http://web.undp.org/asia/country_programme/CP/CP_ET_2009-2013.pdf

²⁷ IPAD. Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Timor-Leste (2007-2010). 2011. Pág. 10. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>

Vimos, portanto, que Timor-Leste foi durante longa data altamente dependente da cooperação internacional, tanto econômica quanto tecnicamente. Se por um lado os atores internacionais elaboraram, financiaram e conduziram projetos políticos para a construção do país, por outro, foram esses atores que produziram também conhecimentos sobre Timor-Leste, apresentando seus imaginários desse país para o público.

A participação dos atores internacionais é muito significativa nesse último quesito, pois produziram nos 14 anos durante 1999-2012 uma quantidade expressiva de projetos, censos, relatórios, estratégias, planos, reportagens, livros e artigos sobre Timor-Leste. Lembrando-nos das reflexões de Mitchell (2002), uma nação se “constrói” nos documentos de conhecimento, com descrições, indicadores, estatísticas e propostas de desenvolvimento.

Contudo, não há um imaginário consensual dos parceiros sobre Timor-Leste, do que é ou do que deverá ser o país ou a nação leste-timorense. A construção da nação, como um processo de dinâmica permanente, no caso de Timor-Leste parece um processo de negociação constante entre os atores internacionais e as elites leste-timorenses. Veremos, na próxima seção, um contexto teórico sobre a participação da cooperação internacional na construção da identidade nacional e análises anteriores sobre o caso de Timor-Leste. Mas antes, veremos uma breve apresentação da República Democrática de Timor-Leste.

1.1.3. República Democrática de Timor-Leste

As informações desta seção estão disponíveis no portal oficial do governo leste-timorense.²⁸ Timor-Leste está localizado na parte oriental da ilha de Timor – com duas ilhas de Ataúro e Jaco no território marítimo, e um território enclave, Oecussi-Ambeno, na parte ocidental da ilha. Timor é a menor ilha do arquipélago malaio, situando-se a cerca de 550 km ao Norte da Austrália.

Em termos físicos, o solo leste-timorense “é constituído por rochas antigas.” Seu terreno é caracterizado por “montanhas escarpadas no interior.” O maior relevo é o pico de Ramelau, com 2.972 m e a vegetação é abundante em árvores de teca, sândalos, coqueiros e eucaliptos. O fuso horário é de mais 9 horas no Tempo Universal Coordenado. O sufixo do domínio de internet é “.tl” e o código telefone internacional é “+670.”

Timor-Leste possui uma área de 15.007 km², com a população de 1,066,582 pessoas de acordo com os censos de 2010, com capital em Díli. Timor-Leste declarou sua

²⁸ RDTL. **Sobre Timor-Leste**. N.d. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=547&lang=pt>

independência em 28 de novembro de 1975 e teve a mesma restaurada em 20 de maio de 2002. Em 22 de março de 2002, foi promulgada a constituição nacional, que entrou em vigor na mesma data da restauração da independência. O sistema de governo de Timor-Leste é uma república parlamentarista, dividida em 13 distritos e 67 subdistritos. A moeda é o dólar americano.

As línguas oficiais são português e tétum, mas “para além destas existem no território cerca de 15 línguas nativas; enquanto as línguas de trabalho são inglês e bahasa indonésio. Timor-Leste é o único país independente na Ásia de língua oficial portuguesa. A maioria da população é de origem malaio-polinésia e papua, com minorias de chineses, árabes e europeus. Cerca de 90% da população é constituída por católicos e comunidades minoritárias de protestantes muçulmanos.

1.2. Contexto teórico

1.2.1. Identidade Nacional e Construção da Nação

Nas Relações Internacionais, há diversas maneiras de examinar o conceito da identidade, em níveis e perspectivas diferentes de análises. Em nível individual, a identidade é utilizada para se referir à identificação de um indivíduo à sua comunidade política; no nível nacional, a identidade nacional se refere à autopercepção do Estado, em se tratando da sua própria definição e no seu poder de mobilizar a população em torno de uma identidade; no nível internacional, a identidade se diz quanto à definição social, na sociedade internacional, do que “é” uma nação, levando em conta a autopercepção resultante da comparação com as percepções dos outros (WENDT, 1999).

Anthony Smith, em 1991, afirmou que a identificação do indivíduo a uma comunidade política tem base ideológica no Ocidente e étnica nas comunidades não ocidentais. No Ocidente, a identidade nacional do indivíduo baseia-se na identificação ideológica e cívica – relacionando ao histórico político e a escolha pessoal de pertencimento; nas comunidades não ocidentais, a ênfase seria dada à origem étnica e cultural de pertencimento. Smith lista então o que seriam os atributos essenciais da identidade nacional, incluindo

1. Um território histórico ou pátria
2. Mitos e memórias históricas comuns
3. Uma cultura pública de massa comum
4. Direitos e deveres comuns para todos os membros
5. Uma economia comum com mobilidade territorial para os membros (SMITH, 1991:14, tradução nossa)

O teórico afirma que a *origem* da identidade nacional está baseada na *etnicidade* – mesmo no Ocidente. A *etnicidade*, por sua vez, possui atributos similares à *nacionalidade*:

1. Um nome coletivo próprio
2. Um mito de ancestralidade comum
3. Memórias histórias compartilhadas
4. Um ou mais elementos diferenciadores da cultura comum
5. Uma associação com uma “pátria” específica
6. Um senso de solidariedade para setores significativos da população (Idem:21, tradução nossa).

Smith (idem) admite que a identidade possui uma instrumentalidade política – que servirá à elite política para a mobilização da população, derivando na ideologia nacionalista e a ênfase à unidade política da nação. O poder político pode transformar as raízes históricas e étnicas em discursos, para promover interesses individuais ou coletivos. Entretanto,

...esse poder aumenta imensuravelmente pela presença viva das tradições, que incorporam os símbolos memoriais, mitos e valores originados de eras muito anteriores na vida de uma população, comunidade ou área (SMITH, 1991:20, tradução nossa).

Ou seja, existe uma identidade natural e pré-existente de uma determinada população, comunidade ou área – a que Smith chama de *etnicidade* – que, quando mobilizada para tomar a forma de uma nação, geralmente pela elite política, transforma-se na identidade nacional propriamente dita. As nações nascem, portanto, da mobilização política a partir da identidade étnica, e vem incluindo elementos históricos, culturais, cívicos, políticos e ideológicos. No nível internacional, Smith admite a existência de disputas originadas nas diferentes concepções em torno de identidade, ocasionando em instabilidades e conflitos na comunidade internacional.

Contemporâneo a Smith, o psicólogo político William Bloom (1990) também estudou a identidade nacional, focando especialmente nos fenômenos derivados da identidade nacional nos níveis nacional e internacional, como a construção da nação, mobilização da massa e a política externa. Bloom (idem) afirma que, se a construção de uma nação fosse bem sucedida, observará uma “dinâmica da identidade nacional”, que é uma dinâmica social psicológica no qual a massa (*mass national public*) pode ser mobilizada em relação ao seu ambiente internacional.

Foi a partir da década de 1990, com a contribuição de autores como Smith e Bloom, que a identidade nacional entrou como uma variável de análise nas Relações Internacionais, para estudar as relações de cooperação e conflito entre Estados. Contudo, esses

teóricos enfatizaram a dimensão “natural” da identidade nacional e sua instrumentalidade política posterior, discorrendo pouco a respeito de seu processo social de formação.

Em ciências sociais desde o final do século XIX, já se argumenta sobre o papel político do Estado como um ente político particular que não só mobiliza, mas também constrói a identidade nacional. Durkheim (2002), entre o final do século XIX e começo do século XX, argumentava que cabe ao Estado tomar para si o papel de fonte ideológica, figurando, no contexto moderno, como libertador do indivíduo (Durkheim, 2002 In SILVA, 2012:32). O Estado seria o responsável por carregar o moral social e reger a rede de solidariedade entre indivíduos em uma comunidade.

Norbert Elias (1994), por sua vez, argumentava já em 1939 que a formação da nação é um processo civilizatório, “de disciplinarização e pacificação das condutas individuais e institucionais” (SILVA, 2012: 33), pois

Ele possibilita o controle dos impulsos individuais de forma a torna-los estáveis, aptos a figurar na rede de interdependência entre indivíduos e grupos sociais, mantendo as funções do tecido social em marcha. Nos termos do autor, a ideia de civilização está ligada a uma estrutura do comportamento e das emoções públicas, a tipos ideais de decoro corporal externo, domesticados como tais por ação da sociedade. (idem)

Nas Relações Internacionais, a consideração pelos processos sociais formadores da identidade nacional só ganhou destaque por volta dos anos 90. Autores como Benedict Anderson e John Ruggie, por sua vez, vêm considerando a dinâmica da construção social para a formação da realidade também na década de 1990 – como a questão da identidade nacional. Anderson (1983: 5-6) “em um espírito antropológico”, define a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como intrinsecamente limitada e soberana.”

É imaginada porque os membros mesmo da menor nação nunca conhecerão a maioria dos outros membros, nem os encontram, nem ouvem falar deles, embora nas suas mentes reside a imagem da sua comunhão. [...] Nacionalismo não é o despertar das nações para sua auto-consciência: inventam-se nações onde estas não existem.

Ruggie (1998), por sua vez, questiona a naturalidade e o conseqüente caráter restritivo das variáveis na análise das relações internacionais. Uma proposta mais sociológica, como propõem esses autores, teria que decompor a rigidez das variáveis – como a nação – e explorar seu processo de formação. Os Estados-nacionais, outrora atores unitários nas Relações Internacionais, são analisados entre forças e atores anteriores ou concomitantes à sua formação, dando maior ênfase à permanência das dinâmicas sociais que constroem a existência do seu imaginário.

Dessa forma, a identidade nacional e a construção da nação podem ser melhor entendidas como um processo no qual se escolhe utilitariamente determinado conteúdo simbólico e memorativo, do que como movimentos espontâneos que fazem nascer uma nação. Trouillot (1995), citando o caso da história haitiana, relembra como o poder prevalecente pode escolher manipular a estória, silenciando determinados eventos a seus interesses – mostrando assim a fluidez da realidade subjacente às sólidas narrativas que aceitamos como tais. Como mais uma ilustração, Marina Ottaway (2002), afirmou sobre a construção da nação que

...contrariamente à mitologia herdada da Europa do século XIX, evidências históricas revelam que a identidade comum, ou o senso de nacionalidade, que existe em vários estados não precediam o Estado, mas foi forjado por este durante a imposição de uma língua e cultura comum nas escolas. Os gauleses não eram ancestrais franceses até que os materiais didáticos decidem os colocar como tal. (Idem)

Contemporaneamente, “um consenso virtual sobre a natureza construída dos Estados modernos emergiu nas ciências sociais.”²⁹ As políticas de identidade têm sido frequentemente visitadas nas literaturas acadêmicas nos “últimos 30 anos”³⁰, relacionadas aos *grupos de identidade* — seja na base de “gênero, raça, língua, etnicidade, indigeneidade, religião ou sexualidade”³¹ —, assim como as políticas públicas têm sido ligadas à construção da identidade nacional. Por um lado, o Estado promove políticas públicas que explicitam determinada identidade nacional e modelo da nação – como os símbolos nacionais, educação da história da nação e modelos de integração cultural. Por outro, a própria construção administrativa do Estado também é um processo de construção da nação.

Silva (2012b) argumenta que as tecnologias sociais de desenvolvimento – em termos de políticas públicas, legislações, instituições, sistemas de conhecimento e valores morais – possuem efeitos importantes na construção da identidade nacional. Pois a adoção de determinadas tecnologias sociais pelos tomadores de decisão revela a opção ou o modelo de identidade adotado pelo Estado; e essas tecnologias, como consequência, moldam a identificação – no ensino da língua e na escolha da cultura, por exemplo (idem).

1.2.2. A Participação da Cooperação Internacional na Construção da Nação

²⁹ Joint Princeton-Columbia Graduate Student Workshop. **National Identity and Public Policy in Comparative Perspective. 2000.** Disponível em: <http://www.sociolog.com/policyid/>

³⁰ KYMLICKA, W. e EISENBERG, A. *Identity Politics in the Public Realm: Bringing Institutions Back In.* 2011. Vancouver/Toronto: UBC Press. Disponível em: <http://www.ubcpublishing.ca/books/pdf/chapters/2011/IdentityPoliticsInThePublicRealm.pdf>. Pp. 1.

³¹ Idem.

Existem hoje numerosos estudos acadêmicos sobre casos de construção de nações, desde análises histórico-sócio-políticas da formação da nação francesa³², até casos mais recentes, como Timor-Leste e Sudão do Sul.³³ Observamos atualmente certa convergência entre internacionalistas, cientistas políticos e sociólogos quanto ao tópico, especialmente em convergência com as correntes construtivista e pós-modernista em ciências sociais.

Nos dias atuais, além de revisar os Estados já consolidados,³⁴ revelando seus processos de construção da nação no passado e no presente, os casos mais visitados do campo são os processos que mais atraem a atenção internacional, como nos casos das intervenções norte-americanas, em Iraque e Afeganistão; das missões de paz das Nações Unidas, em Haiti ou Kosovo; dos países de recém-descolonização, como as ex-colônias africanas e Papua Nova-Guiné;³⁵ ou as independências mais recentes como Timor-Leste.³⁶ Nos casos de construção ilustrados acima, o Estado, ou a elite local por trás do Estado, não é um ator exclusivo na construção de sua identidade nacional. A intervenção internacional constitui um fator importante de análise – especialmente sob a categoria da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento.

Em um breve histórico, a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento, ou cooperação para desenvolvimento, substituiu conceito que fora seu análogo, assistência internacional para desenvolvimento. Mais que uma agenda acadêmica, a cooperação para desenvolvimento foi uma agenda política que sugiu na primeira metade do século XX. Seu

³² O caso da França é um assunto já tradicionalmente explorado. Citamos, por exemplo, a série dos manuais históricos de BERSTEIN Serge, WINOCK Michel (dir.), *L'Invention de la démocratie, 1789-1914*, Paris, Le Seuil, 2002 e *La République recommencée de 1914 à nos jours*, Paris, Le Seuil, 2002.

³³ Ole Frahm, por exemplo, observa as tendências conflitantes nas mídias sul-sudaneses acerca da identidade da novíssima nação, salientando os valores e políticas que tentam negociar sua identidade nacional. FRAHM, Ole, *Defining the Nation: National Identity in South Sudanese Media Discourse*. Disponível em: <http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/afsp/article/view/519>

³⁴ Como no célebre livro “Os Alemães” de Norbert Elias, que discutiu a formação da consciência nacional alemão que contribuiu para as ideologias do Terceiro Reich. ELIAS, Norbert: *Os Alemães*, Rio de Janeiro (Jorge Zahar), 1997 (orig. 1989).

³⁵ Grosso modo, designo como descolonização recente para contrapor cronologicamente às descolonizações americanas antes das Grandes Guerras.

³⁶ Classificação nossa a partir da pesquisa bibliográfica. Citamos, como exemplo dos casos norte-americanos, em FUKUYAMA, Francis. *Nation-Building: beyond Afghanistan and Iraq*. 2006. Baltimore: The Johns Hopkins University Press – livro no qual se analisou o papel formador ou modificador de identidade nacional dos atores internacionais no processo de *state-building* – como mecanismos constitucionais e políticas simbólicas podem contornar as tensões sociais nessas sociedades; para o caso de Haiti, PETRUS, Gabriel Merheb. *O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional*. 2012. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012; Papua Nova Guiné, em HAWKSLEY, Charles. *Papua New Guinea at Thirty: Late Decolonisation and the Political Economy of Nation-Building* In. *Third World Quarterly*, Vol. 27, No. 1, From Nation-Building to State-Building (2006), pp. 161-173; o caso de Kosovo em: INGIMUNDARSON, Valur. *The Politics of Memory and the Reconstruction of Albanian National Identity in Postwar Kosovo*. In *History and Memory*, Vol. 19, No. 1 (Spring/Summer 2007), pp. 95-123.

primeiro uso se deu como “cooperação económica e social internacional (sic)”, no capítulo IX da Carta das Nações Unidas, no qual invoca-se a solidariedade entre Estados-membros para a “solução dos problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e conexos.”³⁷

Ou, mais significativamente, no célebre discurso do presidente Truman, em 1949, que destaca em sua política externa a importância da assistência técnica aos países subdesenvolvidos. No discurso, Truman afirma a necessidade dos Estados Unidos em liderar a assistência para o desenvolvimento dos países, especialmente das áreas menos desenvolvidas, como meio para a recuperação econômica, a promoção da liberdade e da democracia e a contenção do comunismo.³⁸

Em se diferenciando de ajuda externa, em termos de transferência direta dos recursos físicos, destacou o Presidente Truman que “nossos imponderáveis recursos em conhecimentos técnicos são inexauríveis e em constante crescimento,” para invocar as políticas de cooperação internacional, lideradas pelos Estados Unidos, para o desenvolvimento econômico do mundo. Tal discurso, conhecido como Quatro Pontos, foi tido como o marco da conceituação política de “desenvolvimento,” e a oposição conceitual dos países em “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” (ESTEVA, 2000).

Imediatamente, o discurso deu origem aos programas de assistência técnica internacional para desenvolvimento, em nível internacional – como o Programa Estendido de Assistência Técnica de 1949, hoje conhecido como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e em nível nacional – como a Administração para Cooperação Técnica, hoje conhecida como Agência para Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos – USAID.³⁹ Na segunda metade do mesmo século, os demais países desenvolvidos incorporaram a missão política e similarmente criaram agências hoje conhecidas, como a australiana AusAID, a japonesa JICA, a espanhola AECID, a alemã GIZ, a irlandesa Irish Aid, a portuguesa IPAD, entre outras.⁴⁰

Desde então, conceitos e práticas de “Ajuda Externa”, “Assistência ao Desenvolvimento” e “Cooperação ao Desenvolvimento” convergem para o termo

³⁷ NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. 1945.

³⁸ TRUMAN, Harry S. Inaugural Address. 1949. Disponível em: <http://www.britannica.com/presidents/article-9116976>.

³⁹ Sigla em inglês por United States Agency for International Development.

⁴⁰ Siglas, respectivamente, por Australian Agency for International Development, Japan International Cooperation Agency, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, Irish Agency for International Development e Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

“Cooperação Internacional ao Desenvolvimento.” Segundo Galán e Sanahuja (In AYLLON, 2006: 7), a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento se define como

Conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda, para promover o progresso econômico e social dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), e conseguir um progresso mais justo e equilibrado no mundo, com o objetivo de construir um planeta mais seguro e pacífico.

[...]

A finalidade primordial da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza e da exclusão social e o incremento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul.

Segundo autores como Bruno Ayllón (2006), forma-se a partir dos marcos históricos dos anos 50 o “Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento”, constituído

Por muitas organizações de diferentes naturezas, orientações e funções, dentre as quais encontram-se organismos internacionais, governos e instituições públicas dos países doadores e receptores de ajuda, organizações não-governamentais, empresas e outras entidades da sociedade civil (idem: 7).

Para Ayllón (idem), a cooperação ao desenvolvimento “se converteu num dos mecanismos de relação mais frequentes entre os países industrializados e os países em desenvolvimento” e pelo qual “se persegue legitimamente o respectivo interesse nacional” dos doadores (idem: 11). Portanto, a evolução do Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento acompanhou a própria evolução do sistema internacional, desde a bipolaridade da Guerra Fria, a clivagem Norte-Sul, até o contexto atual da globalização (idem: 11). As agendas de desenvolvimento que vêm sendo pauta no meio internacional seriam, por um lado, uma manifestação do interesse ético e humano e das “convicções humanitárias e igualitárias dos doadores de ajuda”, como defende Lumsdaine (In AYLLON, 2006: 17); e por outro lado, dos interesses geopolítico e econômico dos doadores.

Muitos autores são críticos aos interesses dos doadores por trás da cooperação ao desenvolvimento – ou da ideia do desenvolvimento em si. Críticos apontam nas narrativas de desenvolvimento suas funções geopolítica e civilizatória. Por um lado, ao contexto da Guerra Fria, a política anticomunista era evidente na chamada “doutrina de Truman”, no sentido de garantir aliados por meio das políticas de cooperação para o desenvolvimento. Autores como Kalevi Holsti (1995) observam a lógica de poder nas relações doador-receptor da cooperação ao desenvolvimento:

Não importa qual venha a ser o objetivo original de um programa de ajuda – desenvolvimento econômico ou melhoramento da condição humana – *este pode ser sempre usado* para recompensar, ameaçar ou punir – quer dizer, exercendo certa influência sobre o comportamento dos receptores de tal maneira que auxilia o doador a lograr certos objetivos de curto-prazo. Quando os doadores manipulam os programas de ajuda para vantagens políticas imediatas, os critérios econômicos e humanitários – apesar de ainda relevantes – abrem caminho para o desiderato político. (HOLSTI, 1995: 302. Tradução nossa)

Por outro lado, autores como Esteva (2000) argumentam que a “invenção” do desenvolvimento, do próprio interesse ético e humanitário e seu método técnico, também impõe uma condição civilizatória e constrói socialmente um ideal de progresso. Segundo Esteva (*idem*), o modelo hoje adotado pelos programas de desenvolvimento implica em um mecanismo de “diagnóstico-solução”, explicando o subdesenvolvimento pela escassez de recursos físicos ou técnicos. Portanto, análises criam fatos. Como o conceito de desenvolvimento é aceito por praticamente todos os países e realizado apenas em alguns poucos, constitui-se uma autoridade técnica dos países desenvolvidos como promotores de progresso – estendendo o poder da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (*Idem*).

Autores como Esteva, no grupo chamado “pós-desenvolvimento”, criticam o processo de desenvolvimento propagado pela cooperação internacional pelo caráter eurocêntrico, ocidentalista e positivista do discurso liberal – como Serge Latouche (1996), e pela pretensa uniformização sociocultural na denominada globalização – como Vilas (1999). Dessa maneira, causando uma dependência dos países periféricos do Sul na “ideologia de desenvolvimento” do Norte e a reprodução da lógica de poder entre esse eixo Norte-Sul (DOS SANTOS, 1977).⁴¹

Nossa monografia, considerando diversos ângulos e metodologias de análise – como as teorias realistas, político-econômicas, liberais nas relações internacionais ou as teorias marxistas ou “pós-desenvolvimentistas” nas ciências sociais – opta pelo método etnográfico, que se vale dos discursos em si como produtos e produtores de realidades. Nesse contexto, o objeto de análise da monografia consiste em narrativas nativas (os documentos dos atores da cooperação internacional) sobre a identidade nacional leste-timorense entre 2007 a 2012. Não trabalhamos com uma concepção pré-definida do que seja desenvolvimento, cultura ou identidade nacional. Interessa-nos observar os conteúdos

⁴¹ Ainda que novos atores de cooperação internacional, como atores privados e países outrora do Sul (como China e Brasil), mas hoje provedores de recursos para desenvolvimento, estes não são objetos centrais de análise no caso de Timor-Leste – onde, na dimensão de fomento da identidade nacional, permanece o tradicional quadro Norte-Sul – que iremos explicar mais adiante em relação aos principais atores no caso desta monografia.

associados a essas categorias tal como manejados em práticas de governo. Como sugere a leitura de Evans-Pritchard feita pela antropóloga Mariza Peirano (1995), a interpretação etnográfica decorre da formação do observador. Em nosso caso, adotamos uma perspectiva transdisciplinar, com forte influência dos campos disciplinares das Relações Internacionais e da Antropologia.

As teorias transdisciplinares apresentam-se mais como pano de fundo, deixando para ao leitor mais espaço de diálogo com a nossa descrição e interpretação.

1.2.3. Alguns casos: Lesoto, Egito, Papua Nova Guiné e Kosovo

O antropólogo Ferguson (1994), por exemplo, discutiu a transposição internacional da ontologia e o encaminhamento dos interesses dos doadores nas políticas de desenvolvimento para Lesoto, denominando-a de “Aparelho Anti-Político”, pois formalmente as políticas de desenvolvimento unificam as diferenças políticas em universais comuns – não há uma divisão partidária quando se visa ao desenvolvimento. Para o autor, “a despolitização das dinâmicas sociais é fundamento e ao mesmo tempo efeito dos discursos produzidos pelo campo do desenvolvimento” (FERGUSON, 1994 In: Silva 2012).

Similarmente, Mitchell (2002) observou a autoridade do saber e dos especialistas em desenvolvimento, que carregam em si uma realidade própria sobrepondo à realidade social. Nas observações do autor no caso do Egito, as políticas de desenvolvimento são “princípios verdadeiros em qualquer país”. Contudo, estes não obtiveram sucesso no Egito. As políticas neoliberais da USAID foram “distorcidas” pela estrutura patrimonial local, resultando no favorecimento da elite.

Entretanto, esses autores sugerem que, sob a suposta metodologia despolitizada, a cooperação para o desenvolvimento encaminha interesses dos doadores. Ferguson (1994) observa que as políticas de desenvolvimento, da comunidade de 27 doadores internacionais, inventaram a nação de Lesoto, isolando-a e traçando suas fronteiras por oposição à África do Sul, efetivando a unidade nacional, ignorando a realidade da interação e dependência do país em relação ao seu vizinho que o circunscreve.

Mitchell (2002), por sua vez, analisou como a cooperação para desenvolvimento da USAID favoreceu o escoamento das armas norte-americanas para o exército egípcio, qualificando a USAID como “uma forma do apoio estatal à indústria corporativa norte-

americana, enquanto trabalha no Egito para dismantelar o apoio estatal deste." (Idem:240 In SILVA 2012, tradução nossa).”

Hawksley (2006), por exemplo, analisou a dinâmica política da construção nacional da Papua Nova Guiné (PNG), salientando a participação da cooperação australiana para o desenvolvimento. Legado da colonização britânica, a PNG foi colônia australiana desde 1906, até que em 1975 o país veio a declarar a independência. Contudo, esta foi uma decisão política da Austrália, que veio preparando desde 1945 o modelo da nação e do Estado de PNG – com um regime democrático, uma economia liberal e um sistema de serviços públicos básicos em saúde, educação e agricultura.

Como não havia um movimento nacionalista organizado, a independência foi mais “concedida” pela Austrália que conquistada pela elite local. Como consequência, mesmo depois da independência, o país via-se em dificuldade para a consolidação. Em 1997, insatisfações pela divisão de lucro das minas de cobre de Bougainville fizeram nascer o movimento de secessão, resultando em conflito armado e a morte entre 5.000 a 20.000 pessoas. À época, a empresa anglo-australiana Rio Tinto detinha quase 54% do lucro, enquanto o governo PNG 19%.

Com a intervenção internacional da Organização das Nações Unidas – principalmente do seu membro Austrália, o conflito ganha relativa estabilização. Em 2005, criou-se o Governo Autônomo de Bougainville – até hoje formalmente parte do Estado PNG. Além disso, a diversidade linguística e cultural, falta da identidade unitária e da legitimidade nacional e baixo desempenho socioeconômico somam-se para agravar a fragilidade da nação papuana.

O governo australiano de Howard, temendo que a fragilização papuana viesse a acarretar a instabilidade regional, ameaçando com recorte assistencial, “forçou o governo PNG a aceitar um ‘Programa de Cooperação Fortalecida’(Idem:161)” em 2003. O Programa da Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID) incluía \$AU 800 milhões⁴², projetos de desenvolvimento, uma grande massa de consultores australianos no governo papuano e a imunidade soberana legal dos policiais australianos no território. Em 2005, quando a Suprema Corte de Justiça declarou a inconstitucionalidade da imunidade, o programa foi parcialmente interrompido, porém permanece até hoje o quadro civil australiano na PNG.

⁴² Dólares australianos, equivalente a aproximadamente US\$560 milhões na época.

Para o autor, a

construção do Estado é uma tarefa difícil, ainda mais difícil se considerar a *desistorização* da complexa e rápida transformação social da pré-modernidade para a modernidade, e a criação e manutenção de uma regra centralizada sobre grupos e pessoas de diversas línguas e culturas que habitam o Estado da PNG. (Idem: 171, tradução nossa)

De maneira mais específica, Ingimundarson (2007) analisou o quadro das múltiplas identidades nacionais na construção da nação de Kosovo. O autor observou as diversas correntes de construção da identidade nacional, apoiadas por diversos atores. Desde 1995, a “comunidade internacional” em Kosovo — notadamente a administração interina da ONU, OTAN, União Europeia e Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)⁴³ — tem promovido incessantemente a identidade nacional baseada na multietnicidade, enquanto a elite local insistia na identidade nacional baseada na história de resistência.

O autor mostra que ambas são elaborações artificiais da identidade nacional, inventando uma memória aos objetivos políticos. De um lado, a “comunidade internacional,” visando à segurança regional, promove uma identidade nacional multiétnica em um país 90% albanês como uma tentativa de apaziguar os conflitos étnicos e diluir a história recente de guerra com Sérvia – visando à segurança regional. Por outro lado, a elite local promove a identidade étnica albanesa, baseando-se na seleção de memórias de resistência contra opressores servos e a promoção da singularidade étnica.

Do lado dos internacionais, os projetos políticos pela multietnicidade chegam a silenciar qualquer singularidade étnica de Kosovo – preferindo chamar os kosovenses de “residentes habituais” (idem: 111) nos seus documentos oficiais, para não explicitar uma categoria étnica. Além disso, adota um método de cooperação para desenvolvimento “padrão”, tentando promover o desenvolvimento nas áreas de governança, justiça, economia e direitos humanos sem qualquer menção ao passado nem ao futuro do Kosovo, para evitar aquecer as memórias de conflito ou revelar a incerteza da comunidade internacional em decidir o futuro destino de Kosovo.

Segundo o autor, tal atitude dos internacionais é reflexo da falta de consenso entre os Estados no Conselho de Segurança das Nações Unidas e no OTAN. Paralelamente, a elite

⁴³ Sigla em inglês pela Organization for Security and Co-operation in Europe.

local também não é grupo coeso e único. Para o autor, o Partido LDK⁴⁴ prefere construir a memória nacional baseada na imagem idealizada do controverso primeiro presidente Rugova, como pai da pátria e símbolo que ilustra a viabilidade da autonomia nacional dirigida pelo próprio partido; enquanto o Partido PDK⁴⁵, ligado à força armada de liberação, prefere seus próprios heróis de resistência, ao mesmo tempo que projeta uma identidade ocidentalizada e modernizada para obter a legitimação pela “comunidade internacional”.

Para Ingimundarson (2007), a política identitária – silenciadora – da cooperação internacional foi um fracasso e contribuiu negativamente para as outras correntes identitárias. O autor argumenta, portanto, a dificuldade de definir uma identidade nacional e de coincidir a “nacionalidade (*nationhood*)” nas mesmas fronteiras estatais de Kosovo (*statehood*). Para o autor, os atores, nacionais ou internacionais, silenciam e adaptam a história ao seu respectivo favor. Fora as diferenças, os atores analisados preferiram silenciar, por exemplo, a identidade islâmica, de constituição fundamental do povo albanês, pela mesma ser avaliada como um tabu à integração europeia e “internacional” do Kosovo.

1.2.4. O caso de Timor-Leste

Retomando o conceito da identidade nacional, verificamos, no caso de Timor-Leste, narrativas ancoradas tanto na visão naturalista, quanto na construtivista. Ao exemplo do discurso da Embaixadora leste-timorense em Portugal Natália Carrascalão, quando afirma que

Timor-Leste, o novíssimo Estado do 3º Milénio é uma Nação antiga, entidade moral constituída por um conjunto de pessoas que se sentem unidas pela origem, ideais, aspirações e interesses comuns geradores da consciência nacional de Timor Leste. Naturalmente que o epíteto que lhe é apenso de Estado pós-conflito sugere de imediato a ideia de que Timor Leste é, em resultado de experimentado e longo conflito, um Estado cuja sociedade se encontra em transformação e, em simultâneo, em necessária construção e reconstrução. (CARRASCALAO, 2010, sic)

Similarmente aos casos ilustrados na seção anterior, a elite leste-timorense ou o Estado leste-timorense também não é o ator exclusivo na elaboração e mobilização da identidade nacional. Lembrando a história de Timor-Leste que descrevemos brevemente, a cooperação internacional tem sido essencial na construção da nação de Timor-Leste. Sem discorrer a formação da identidade nacional nos tempos português e indonésio, a cooperação internacional para o desenvolvimento seria talvez uma das forças mais importantes na negociação da identidade nacional leste-timorense.

⁴⁴ Liga Democrática de Kosovo

⁴⁵ Partido Democrático de Kosovo;

Desde a instalação da UNTAET, analistas internacionais como Traub (2000), Smith (2002) e Steele (2002) já observaram a dinâmica da construção da nação. Traub (2000) chamou o processo de “inventar Timor-Leste”, pois era recorrente a afirmação dos oficiais da UNTAET de que o país não tinha a mínima condição de desenvolvimento – dada recente destruição na retirada das milícias indonésias. A UNTAET enfrentava uma série de dificuldades, desde a falta de uma língua franca até a ausência de um sistema legal operante. Era preciso, portanto, que a equipe internacional inventasse quase a totalidade da nação.

Smith (2002), por sua vez, notou que a questão da língua se ressaltava como uma grande dificuldade para a construção da nação. Os nomes que Timor-Leste veio recebendo, como o indonésio *Timor Timur*, o inglês *East-Timor*, o tétum *Timor Lorosa'e* e o português *Timor-Leste*, refletem a rápida mudança histórica do lugar entre ligações culturais diversas. Enquanto para Steele (2002), a diferença linguística também ressaltava o contraste entre internacionais e locais, entre “eles” e “nós”, evidenciando o movimento exógeno da construção da nação.

Contudo, encontramos relativamente poucos ensaios que analisam o papel da cooperação internacional na construção da nação em Timor-Leste. A atuação dos atores internacionais parece ser concentradamente analisada nos aspectos técnicos e políticos da construção do Estado e do desenvolvimento. As literaturas analisadas aqui, que são de autores internacionais, em geral tratam a consciência da identidade nacional como um processo autônomo – restrito à dinâmica entre atores domésticos. Críticos ou não, esses autores relatados observam consensualmente que a identidade nacional é constituída, *formalmente*, sobre dois elementos: a memória da resistência entre 1975 a 1999 e a identidade luso-lestetimorense expressa nas preferências linguística e política.

Em termos da memória como parte da identidade, Philpott (2006) notou que nos tempos português e japonês havia pouca unidade natural em Timor-Leste para fomentar o movimento nacionalista. O autor analisa que isso se deve à ausência de uma elite educada, à supressão política pelos ocupantes e aos fatores tribais, linguísticos e étnicos que dificultam as políticas de identidade. A tardia consagração da identidade nacional, promovida pelos líderes da resistência, só obteve sucesso graças à base da narrativa anticolonialista contra a Indonésia, “unificando discursos de sangue, solo e sofrimento compartilhado” (Idem: 136) – integrando a memória da luta ao moral nacional.

Para o autor, esse tipo de anticolonialismo encontra seus pares nos nacionalismos africanos e asiáticos. À época da resistência, FRETILIN detinha um discurso que “mistura[va] marxismo-leninismo e políticas nacionalistas revolucionárias africanas” (Idem:137, tradução nossa). Mas após a independência, o socialismo foi abandonado a favor do pragmatismo: o FRETILIN governante detém bons relacionamentos com Indonésia e Austrália, além de praticar a economia de mercado.

Para Philpott (2008), ainda é difícil encontrar um piso consensual e sustentável para a identidade nacional. Entre os demais autores, a dificuldade na definição do conteúdo da identidade nacional, dos símbolos nacionais, do tipo cultural, da história ou da língua oficial, é uma observação recorrente – especialmente nos primeiros anos do governo independente.

Em termos da identidade luso-leste-timorense, autores como Leach e Kingsbury (2007) notaram que a política linguística de Timor-Leste na definição do português como língua oficial, como um laço político com a antiga metrópole, é uma política de identidade promovida pela elite – uma vez que mais de 90% da população não fala esta língua.⁴⁶ Rawnsley (2008), por sua vez, observou que oficialmente o Estado de Timor-Leste expressa uma preferência pelo *tempo* português, pelo laço lusófono e pela projeção internacional integrante à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autores portugueses defendem em geral o laço luso. Castagna e Bedin (2010), por exemplo, destacam os “valores e referências culturais [que] se criaram em 450 anos de convivência com os portugueses.” Os autores argumentam que, primeiro, a *portugalidade* é uma identidade mais enraizada na unidade administrativa de Timor-Leste – se comparada com a recente memória da resistência; segundo, a identidade lusa também está ligada à religião católica, cuja instituição representava a Coroa portuguesa e foi um dos primeiros promotores da consciência nacional, via português durante a colonização e via tétum durante a ocupação; terceiro, “a identidade popular tem fortíssimas ligações com o universo cultural lusófono”, pois este influenciou não somente a elite lusófona, mas também nas estruturas sociais profundas,⁴⁷ por último, a língua portuguesa, apesar da restrita difusão, conseguiu sobreviver a ocupação indonésia – por ser cuidadosamente preservada pelos líderes da

⁴⁶ Cujas dinâmicas discutiremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

⁴⁷ Nas palavras dos autores: “a atitude paternalista habitual entre os portugueses foi difundida nos séculos nas várias colônias como em Timor, onde uma tendência geral à valorização de relações familiares mais amplas baseadas nos sentimentos de respeito e afecto criou uma rede de “famílias largas” constituída pela nobreza autóctone com a qual os colonizadores interagiram para poder manter um controlo efectivo sobre a população.” Pág. 161.

resistência, ortograficamente desenvolvida, historicamente legitimada e “uma das armas para contrapor à língua malaia [indonésia] no âmbito da luta cultural.”

Contrariamente, o pesquisador australiano Rawnsley (2008) denominou os conflitos em torno da identidade nacional de “guerras da cultura.” O autor aponta que a construção da identidade nacional é desequilibrada pela preferência da elite governante. Primeiro, a identidade nacional *oficial* é determinação do partido dominante FRETILIN, que usa a memória da resistência e a *portugalidade* como elementos bases da identidade nacional; segundo, a escolha da minoritária identidade luso-leste-timorense como parte da identidade nacional foi uma política artificial de diferenciação – para se distinguir da identidade batavo-indonésia das ilhas vizinhas; os elementos tradicionais da cultura, língua e etnicidade são sumariamente ignorados pela elite – fora afirmações superficiais.

Rawnsley (2008) argumenta que uma nova história é produzida em relação ao tempo português, salientando benevolência da colonização, ao mesmo tempo em que silencia fatos como as contínuas revoltas durante os quase quatro séculos. Argumenta ainda que a população leste-timorense é antropologicamente ligada às ilhas orientais da Indonésia, cultural e linguisticamente influenciadas pela cultura malaia e integrante das redes de comunicação e comércio do Sudeste Asiático durante milênios.

É, portanto, incoerente, na visão de Rawnsley, a isolação identitária em relação à Indonésia, preferindo a *portugalidade* à região do Sudeste Asiático. Além disso, a centralização da decisão identitária foi uma das causas das crises ocorridas em 2006-2007. Jovens educados em indonésio são, pelo requisito linguístico do governo, excluídos do processo da definição da nação. Identidades alternativas, como a dos militares dissidentes, vêm a fortalecer a expressão da contestação por meio do uso da violência (RAWNSLEY, 2008; SOARES, 2011).

Por último, Rawnsley (2008) afirma que os valores e tradições culturais, linguísticas, legais e religiosas ainda são de forte expressão em Timor-Leste – e estão em crescente contraste com os valores de modernização promovidos pela elite leste-timorense. Alega o autor que o desequilíbrio identitário – em relação às culturas indígenas – pode gerar uma perda substancial das tradições, mitos e saberes, os quais poderão se “traduzir em um colapso da ordem política (idem:10).”

De forma quantitativa, Leach et al (2012) pesquisaram as atitudes para identidade nacional entre os estudantes terciários de Timor-Leste, o que rendeu resultados que podem servir como ilustração da identificação da população à nação leste-timorense. Categorizando a identidade nacional pelos laços sanguíneos, territoriais, religiosos, tradicionais, afetivos e linguísticos, Leach computa que 92,5% dos entrevistados se sentem mais afiliados à nação, enquanto 52% afirmam sentir afiliados ao Sudeste-Asiático. 97,5% responderam serem orgulhosos da história da nação e 96% também à cultura nacional distintiva. 93,5% afirmam que é muito importante “respeitar a tradição e o costume” para ser um “verdadeiro leste-timorense” e 78% afirmam importante o fato de ser cristão. Na questão linguística, 88,5% consideram muito importante saber falar tétum e apenas 52% consideram o mesmo em relação à língua portuguesa.

Pelo fato da entrevista adotar a metodologia autoavaliativa (idem), o conteúdo para “história” e “cultura” não necessariamente implicam em conteúdos universais para os entrevistados. Entretanto, é curioso o fato de 52% se sentirem afiliados ao Sudeste-Asiático e a mesma porcentagem que consideram importante saber falar português para ser leste-timorense – algo inferior, a nosso ver, às alegações da identidade nacional baseada na regionalidade ou na portugalidade.

Silva (2012), finalmente, observa em campo a participação dos atores internacionais como forças de negociação da identidade nacional de Timor-Leste. Conforme as condições da dependência leste-timorense na cooperação internacional, tanto financeira quanto técnica, as políticas públicas leste-timorenses passam, na sua elaboração e condução, pela consultoria técnica internacional.

A autora nota que os consultores internacionais são importantíssimos *policy-makers* em Timor-Leste, mas não possuem uma voz unificada. Em termos do perfil dos atores internacionais, atuando na formação do Estado entre 2002-2003, a autora descreve dois grandes grupos, por critério linguístico, em Dili: os lusófonos, advindos principalmente de Portugal, Brasil e leste-timorenses educados na CPLP voltados da diáspora – às vezes estendendo-se a nacionais hispanófonos; e os anglófonos, técnicos dos demais países que privilegiam o uso do inglês como língua de trabalho, incluindo funcionários das agências das Nações Unidas, norte-americanos, países da *Commonwealth*, entre outros.

A autora observa que há uma disputa entre as nacionalidades a partir da preferência linguística, disponibilizando “recursos para que eles se fortaleçam e se tornem

hegemônicos, em detrimento de outros (Idem:417).” A presença dos países doadores, especialmente Portugal e Austrália, se faz tanto pela consultoria técnica, quanto por influência nos espaços sociais, formais ou privados.

Entre os consultores internacionais, os mesmo representam não somente técnica ou diplomaticamente os países doadores de origem, mas também culturalmente. Os debates entre os atores internacionais, a partir da preferência cultural e linguística, vão desde princípios valorativos até os métodos e políticas de desenvolvimento. Incluem, por exemplo, as políticas linguísticas, o sistema de direito, as legislações, as narrativas oficiais da identidade e da história nacionais de Timor-Leste, entre outros (Idem).

Silva (2012) nota que a presença dos consultores em determinado nicho institucional influenciava nos resultados em termos de políticas. Por exemplo, os lusófonos detinham grande influência na elaboração das legislações, notando a autora as críticas dos locais ao fato de que muitas legislações leste-timorenses são cópias das leis portuguesas, as vezes sem maiores adaptações. Paralelamente, os anglófonos detêm grande influência nos ministérios como o das Finanças, concentrando a elaboração dos orçamentos e estatísticas nacionais.

Silva (2012) aproxima essas disputas entre os doadores ao regime da dádiva – teoria do antropólogo Mauss.

Mauss [1874] sugere que a lógica da dádiva é constituída basicamente por três tipos de obrigações: dar, receber e retribuir.

[...] ele identifica que, no processo de troca, pessoas, instituições e coisas se confundem e que os objetos intercambiados têm grande força e efeito moral: eles seriam animados por uma espécie de espírito (o hau ou o mana), que, entre outras coisas, fazem-nos retornar aos seus lugares de origem. (SILVA, 2012: 61)

Para a autora, a afirmação da presença e identidade dos doadores estrangeiros – explicitando a origem da doação, reforçando nos espaços sociais a importância das suas contribuições, competindo entre si pelos resultados políticos – demonstra que o processo de doação exige retribuição.

[...] estamos falando aqui não de uma dívida monetária, mas de um penhor moral que colocaria o Estado leste-timorense, de certa forma, em uma condição de subserviência a interesses estrangeiros, a depender da maneira como as elites políticas do Estado administram a ajuda recebida (idem:62)

As arenas observadas, como as Reuniões dos Parceiros de Desenvolvimento, onde interagem a elite local e os internacionais – ou entre os internacionais –, poderão ser classificados como rituais sociais que reforçam o significado das doações dos atores internacionais, demonstrando o *status* conquistado, definindo as posições de importância dos doadores para o público e conscientizando a elite local de sua dívida moral (SILVA, 2012).

De forma análoga, Leite (2005 e 2010) observou o encaminhamento, realista e utilitariamente, dos interesses dos doadores com a cooperação internacional. Analisando o caso brasileiro, a autora sugere que ao *dar* a assistência técnica e financeira, o doador – Brasil – espera ser *retribuído*, por exemplo, com apoios aos seus projetos multilaterais e com a expansão das empresas brasileiras.

Em resumo, nas literaturas acadêmicas sobre a identidade de Timor-Leste, vimos, primeiro, o fato da “invenção” do Timor-Leste, pela elite local e pela cooperação internacional; segundo, o conteúdo da identidade nacional, nos primeiros anos da República, reside-se na *portugalidade* e a memória da resistência – de saque e sofrimento; terceiro, parte dos autores observaram a limitação do conteúdo dessa identidade nacional – restrita pelo discurso da elite lusófona em poder; quarto, conforme Silva (2012), vimos que há uma multiplicidade de fontes ou forças que mobilizam as preferências culturais e linguísticas – e vem negociando as políticas públicas em Timor-Leste. Essas forças incluem tanto a elite local quanto os técnicos internacionais.

Essa multiplicidade de atores, como veremos especialmente no Capítulo IV, inclui não somente as agências governamentais, organizações internacionais ou ONGs, mas também empresas particulares – como as petroleiras *ConocoPhillips* e *Woodside*, unidades administrativas subnacionais – como o Território do Norte da Austrália, instituições específicas – como a portuguesa Fundação Mário Soares e o australiano Museu e Galeria de Arte do Território do Norte, e entes religiosas – como a Igreja Católica em Timor-Leste e a comunidade Igrejas Lusófonas. Indivíduos, como a esposa australiana de Xanana Gusmão, Kirsty Gusmão, também é um ator importante na cooperação internacional.

Tendo em consideração esse quadro inicial, especialmente a multiplicidade de atores, iremos enfatizar, portanto, a multiplicidade de narrativas de identidade nacional – em termos cultural e linguístico. Levando em consideração o processo contínuo da negociação do conteúdo da identidade nacional, passaremos agora à análise dessas narrativas, primeiro sobre a definição do conteúdo da cultura leste-timorense e logo sobre o debate em relação às

políticas linguísticas. A estrutura analítica será similar nessas duas análises, partindo de documentos chaves e evolução histórica para projetos e políticas atuais.

CAPÍTULO II – A IDENTIDADE NACIONAL LESTE-TIMORENSE EM TERMOS DA CULTURA

Neste capítulo, analisaremos, nos documentos oficiais do governo de Timor-Leste, legislações, projetos, eventos e políticas que expressam os conteúdos da cultura como parte da identidade nacional leste-timorense. De antemão, discursos oficiais em Timor-Leste frequentemente valorizam certas práticas culturais como inerentes à identidade nacional e passam a definir o essencial de um povo durante o processo da construção da nação. Ao mesmo tempo, esse processo, associado do desenvolvimento econômico, leva à produção da cultura para o consumo de massa: tanto no sentido de disponibilizar o imaginário cultural da nação leste-timorense ao público – nacionais ou estrangeiros –, quanto no sentido de tornar visível, e conseqüentemente comercializar, a cultura para o turismo.

Aqui assumimos pragmaticamente a cultura como um resultado (*output*) político, ou seja, o que as narrativas oficiais sugerem ser a cultura do Timor-Leste. Pretendemos delimitar uma evolução, se possível, do conteúdo da cultura. Investigaremos, primeiro, as legislações e discursos chaves, seguindo ordem cronológica, para desvendar o processo da formulação da cultura; segundo, pesquisaremos, nos documentos das instituições chaves – como do atual Ministério do Turismo – eventos e atividades celebrados; terceiro e último, destacaremos, nos orçamentos estatais, os projetos que tangem à questão cultural;

Com isso, esperamos esclarecer, neste capítulo, o conteúdo, ou os conteúdos, associados à cultura leste-timorense, antecipando a influência da cooperação internacional – cujos documentos internacionais analisaremos no Capítulo IV. Esperamos nos aproximar dos fatos e superar a distância, na medida do possível, tornando esta pesquisa um trabalho de campo. Entretanto, admitimos que os discursos oficiais, bem como documentos legislativos ou executivos, quando normativos, não se traduzem necessariamente em resultados concretos na realidade.

2.1. A Constituição

Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, refletindo o primeiro momento da República Democrática do Timor-Leste, a cultura ainda não se definia de forma explícita. Mais bem se circunscreve a cultura como uma esfera importante para o exercício do direito e da cidadania – juntamente às esferas familiar, social, econômica e política, como no artigo 17,

Artigo 17.º (Igualdade entre mulheres e homens)

A mulher e o homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os domínios da vida familiar, cultural, social, económica e política.

Ou no artigo 20,

Artigo 20.º (Terceira idade)

1. Todos os cidadãos de terceira idade têm direito a protecção especial por parte do Estado.
2. A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal através de uma participação digna e activa na vida da comunidade.

Contudo, a Constituição deixa implícito que a cultura envolveria a vida social, religiosa (católica), artística e património cultural, no preâmbulo e no artigo 59.

PREÂMBULO

Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos.

Interpretando o profundo sentimento, as aspirações e a fé em Deus do povo de Timor-Leste; Reafirmam solenemente a sua determinação em combater todas as formas de tirania, opressão, dominação e segregação social, cultural ou religiosa [...]

Artigo 59.º (Educação e cultura)

1. O Estado reconhece e garante ao cidadão o direito à educação e à cultura, competindo-lhe criar um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida das suas possibilidades, gratuito, nos termos da lei. [...]
5. Todos têm direito à fruição e à criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.

Afirma-se, ainda, no artigo 2, que o Estado leste-timorense respeitará as normas tradicionais não legisladas:

Artigo 2.º (Soberania e constitucionalidade)

1. A soberania reside no povo, que a exerce nos termos da Constituição.
2. O Estado subordina-se à Constituição e às leis.
3. As leis e os demais actos do Estado e do poder local só são válidos se forem conformes com a Constituição.
4. O Estado reconhece e valoriza as normas e os usos costumeiros de Timor-Leste que não contrariem a Constituição e a legislação que trate especialmente do direito costumeiro.

Além disso, cabe ao Estado a valorização e a provisão da cultura, pelos artigos 6 e

Artigo 6.º (Objectivos do Estado)

O Estado tem como objectivos fundamentais:

[...] g) Afirmar e valorizar a personalidade e o património cultural do povo leste-timorense;
[...]

Artigo 41.º (Liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social)

[...] 5. O Estado assegura a existência de um serviço público de rádio e de televisão que deve ser isento, tendo em vista, entre outros objectivos, a protecção e divulgação da cultura e das tradições da República Democrática de Timor-Leste e a garantia da expressão do pluralismo de opinião. [...]

2.1.1. A Constituição Anotada

A Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste, editada por juristas portugueses, coordenados por Vasconcelos, foi publicada em 2011 pelo governo leste-timorense “com o apoio da Cooperação Portuguesa (VASCONCELOS, 2011: capa)” e disponibilizada no portal oficial do governo,⁴⁸ como uma obra explicativa dos artigos da Constituição. Usaremos a obra, portanto, como um apoio explicativo oficial para algumas passagens da Constituição.

Sobre o preâmbulo, a Constituição Anotada comenta que a “vertente cultural e humana da Igreja Católica,” faz referência à solidariedade da Igreja aos movimentos da resistência, no tempo da ocupação indonésia.⁴⁹

Em relação ao artigo 2, comenta-se que o Estado “reconhece a relevância do costume como fonte do direito leste-timorense (idem: 22),” pois práticas costumeiras são “vistas como essenciais à identidade leste-timorense (ibidem).” Contudo, observa-se que não há “um levantamento sistemático das normas e usos de Timor-Leste (muito diferentes consoante a região do país) (ibidem)” e que a Constituição, norma primária, não permite casos *contra legem* dos usos costumeiros.

Relacionando ao artigo 2, juristas observam, por exemplo, o artigo 72,

Artigo 72.º (Poder local)

⁴⁸ VASCONCELOS, Pedro Carlos Bacelar (Coord.) Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste. Braga: Direitos Humanos-Centro de Investigação Interdisciplinar – Escola de Direito da Universidade do Minho, Campus de Gualtar. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/11/CRDTL-Anotada_PORTAL1.pdf

⁴⁹ Idem, pag. 16.

1. O poder local é constituído por pessoas coletivas de território dotadas de órgãos representativos, com o objetivo de organizar a participação do cidadão na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, sem prejuízo da participação do Estado.

2. A organização, a competência, o funcionamento e a composição dos órgãos de poder local são definidos por lei.

Explica-se que o *poder local*, ou formas tradicionais de organização do poder, está intrinsecamente ligado aos usos costumeiros. Como estes, o poder local também está sujeito à Constituição, conhecendo limites legais (Idem: 253-256).

Sobre o “patrimônio cultural” dos artigos 6 e 41, explica-se que este se relaciona à identidade cultural, composta pelo “patrimônio artístico, literário e arquitetônico” e “a riqueza do seu pluralismo linguístico, a construção da memória coletiva e a investigação da sua história (Idem: 38)”

Enquanto a passagem do artigo 59, o direito do cidadão à cultura é interpretado como para proteger “por um lado, a tradição cultural, na medida em que consagra um dever de preservar, defender e valorizar o património cultural e, por outro, a própria fruição e a criação culturais.” E ao direito do cidadão à educação, paralelo à cultura, a Constituição Anotada explica que a educação contribui

[...] para o esforço da identificação com a matriz histórica de Timor-Leste, o que passa pelo reconhecimento do património cultural do povo leste-timorense, sem esquecer, no entanto, o dever, no entanto, o dever de consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas.

Complementarmente, os juristas revelam o contexto cultural dos artigos que enfatizam a igualdade entre gêneros e a proteção especial da mulher, como nos versículos dos artigos 6 (Objectivos do Estado), 17 (Igualdade entre a mulher e o homem), 39 (Família, casamento e maternidade) e 63 (participação política dos cidadãos). Explana-se que a ênfase “tém como pano de fundo a situação objetiva de desfavorecimento da mulher (idem:159)”, “refletindo nas realidades económicas, sociais e culturais que moldam ainda os diversos ordenamentos jurídicos costumeiros leste-timorenses (idem).”

Dessa forma, entendemos, como uma aproximação formal do conteúdo da cultura, que a cultura é considerada como uma esfera de vida, assim como as esferas familiar, social e econômica; e contêm tradições e costumes, patrimônio cultural (artístico, literário e arquitetônico), religião e história. Paralelo ao respeito aos usos costumeiros e ao poder local, a

Constituição os impõe limites legais. Além disso, como parte da tradição cultural, admite-se e pretende-se corrigir a desigualdade de gênero.

2.2. Políticas Culturais no IV e Governo Constitucional

O IV Governo Constitucional, liderado pelo primeiro-ministro Xanana Gusmão, pela primeira vez, inclui o desenvolvimento da “Arte e Cultura” em seu Programa de Governo, relacionando-o ao desenvolvimento econômico e à construção da nação. Durante o IV Governo, foram aprovados a Política Nacional da Cultura, em 2009 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento, de 2011.

Passaremos a analisar quatro documentos, o Programa do IV Governo Constitucional, a Política Nacional da Cultura e, mais detalhadamente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cultura – contido no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, e por último, brevemente o Programa do V Governo Constitucional.

2.2.1. O Programa do IV Governo Constitucional

Sobre a “Arte e Cultura”, o Programa do IV Governo “dispensará toda a atenção à Cultura, tendo em conta a sua superior importância na construção da identidade nacional e no fomento do espírito de pertença a uma Nação” para “colocar a cultura ao serviço da afirmação da Nação e do Estado leste-timorense” (RDTL, 2007).

O Programa coloca a preservação e a promoção da cultura enfatiza que estas sejam integradas à construção da nação e ao desenvolvimento do país. Para isso, definem-se quatro objetivos fundamentais na área da Cultura:

- * Promover valores culturais que contribuam com a consolidação da Paz e com a construção da Nação Leste-timorense;
- * Promover o conhecimento e a divulgação da cultura no plano nacional e internacional;
- * Apoiar o desenvolvimento do turismo cultural e as iniciativas privadas de investimento no património cultural e artístico;
- * Incrementar a cooperação e o intercâmbio cultural com os Países da CPLP - com os quais Timor-Leste partilha um legado histórico cultural comum - e com os Países vizinhos;

Observamos cinco vertentes de atuação do Programa para a realização desses objetivos: primeiro, “promover e valorizar a comunicação;” segundo; reforçar a “investigação cultural”, terceiro, colocar “a comunicação social ao serviço da cultura”; quarto, promover a “criatividade cultural;” quinto, desenvolver a “diplomacia cultural” (idem).

Na primeira vertente, afirma-se que o IV Governo “aprofundará a política de promoção e valorização do tétum”, ao mesmo tempo que reforça “a promoção cultural da língua portuguesa”, “no sentido de fazer com que o País caminhe progressivamente para um bilinguismo assumido.” Na segunda vertente, o Governo reforçará a investigação nas áreas da “história, tradições orais, literatura, antropologia, sociologia, linguística, música e outras áreas das ciências humanas ou sociais” e

vai dar prioridade à produção e divulgação alargada da História da resistência leste-timorense e da gesta histórica do nosso Povo na luta pela libertação da Pátria.

Na terceira vertente, o Programa afirma que irá “privilegiar a utilização dos meios de comunicação para a proteção e divulgação da cultura e das tradições, nas suas diversas formas de arte, como o teatro, a dança, a música, a gastronomia (idem)”

Na quarta vertente, propõem-se, em promoção das artes plásticas: capacitar os artistas, apoiar as exposições artísticas, estudar a possibilidade de criação de uma Escola de Artes e Ofícios; para promover o artesanato: realizar feiras, articular o artesanato ao turismo, recuperar as técnicas tradicionais e introduzir novas técnicas, criar condições para conciliar as “dimensões artística e económica do artesanato; para promover a criação audiovisual: estudar a possibilidade de “criação de um centro e/ou de dispositivos de formação e de produção audiovisual visando, para além do mercado nacional, o dos Países da CPLP e dos Países vizinhos da região (idem)”

Já na última vertente, da diplomacia cultural, pretende-se, “através redimensionamento das nossas representações diplomáticas e consulares”, promover a cultura leste-timorense como “rosto do País” e “contribuindo ao mesmo tempo para evitar o desenraizamento de gerações de leste-timorenses que vivem na diáspora.”

Em suma, evidenciamos a instrumentalização da cultura como fator de coesão e construção da nacional, servindo à identidade nacional como forma de evocar os leste-timorenses à unidade nacional e mostrar o “rosto” de Timor-Leste no meio internacional. Em termos de conteúdo, a cultura leste-timorense inclui basicamente a história da resistência, as línguas oficiais, as tradições artísticas e a dimensão criativa dessas artes.

2.2.2. Política Nacional da Cultura.

Em 2009, como parte do Programa do IV governo constitucional de Xanana Gusmão, foi aprovada a Política Nacional da Cultura.⁵⁰ Em primeiro lugar, no documento, de forma inédita, conceitua-se oficialmente o termo “cultura”.

A “Cultura” pode ser entendida como todo o conjunto de práticas, símbolos e classificações com significado para uma sociedade ou para um conjunto de pessoas, num determinado período de tempo. A importância que cada pessoa coloca no meio ou no grupo cultural a que pertence e que o define, é habitualmente elevada; a identificação dessa pessoa com um determinado grupo faz-se geralmente por oposição a outros grupos.

Além disso, a importância da política nacional da cultural reside na ligação intrínseca da cultura à construção da nação e ao desenvolvimento da identidade leste-timorense.

A diversidade étnica, linguística e de outras manifestações de natureza cultural existente em Timor-Leste é uma mais-valia em termos do processo de desenvolvimento e de construção da nação.

Porque a cultura e as tradições são processos dinâmicos, que evoluem no tempo, a melhor compreensão e integração destes elementos no processo de modernização do país ajudará a desenvolver uma identidade cultural para Timor-Leste.

Levando em consideração a instrumentalização da cultura, os objetivos políticos derivados incluem o de “construir um Estado verdadeiramente multicultural, desenvolvido e pacífico”, a “construção de um país mais justo, plural e culturalmente enriquecido” e “colocar a cultura ao serviço da afirmação da Nação e do Estado leste-timorense.”

2.2.2.1. O conteúdo da cultura

Para servirem a esses propósitos, os objetivos específicos da Política são:

- 1) Democratização e descentralização do acesso à cultura
- 2) Preservação da memória e das expressões de cultura tradicional
- 3) Preservação do património cultural
- 4) Dinamização das artes

Os objetivos específicos serão realizados por meio do desenvolvimento de bibliotecas e museus e Centros Regionais de Cultura; divulgação e promoção culturais, investigação e formação superior, desenvolvimento de conteúdos curriculares, mapeamentos culturais, criação de mecanismos legais e apoio a iniciativas culturais da sociedade civil, bem como a criação das Escolas de Música e de Belas-Artes.

⁵⁰ RDTL. Política Nacional da Cultura In. Jornal da República, Série I. Nº 41. Disponível em: http://www.cultura.gov.tl/sites/default/files/Politica_nacional_cultura_portugues.pdf

Especificamente sobre mapeamentos culturais, estes significam “a criação de um sistema informatizado de inventariação do património arqueológico, arquitetónico, antropológico e etnográfico de Timor-Leste, bem como dos grupos culturais, de música, de dança, artesanato, etc., é uma ferramenta importante que permitirá centralizar e divulgar a informação disponível” (idem: 3791).

A Resolução 25/2011 Relativa à Protecção do Património Cultural⁵¹, subsidiária da Política Nacional da Cultura, aprovada em 7 de setembro de 2011, especifica o conceito de património cultural em Timor-Leste:

c) define-se como património cultural todos os bens, móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, que pela sua importância e valor único, contribuem para afirmar a identidade cultural de uma comunidade, país ou região e que, por tal, devem ser alvo de identificação, investigação, classificação e de medidas de conservação e protecção. O património cultural de Timor-Leste deverá reflectir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, ou exemplaridade do seu povo.

d) Os tipos de património cultural existentes no país incluem:

- Património arqueológico terrestre e subaquático, incluindo sítios arqueológicos, e materiais oriundos de escavações e de sítios arqueológicos;
- Património arquitectónico, incluindo construções de vários tipos dos períodos colonial português e holandês (incluindo o património religioso), do período de ocupação japonesa e do período de ocupação indonésia;
- Património etnográfico e tradicional, móvel e imóvel, incluindo arquitectura tradicional, arquitectura e sítios sagrados, e objetos etnográficos e tradicionais associados a culturas vivas;
- Património imaterial, incluindo tradições, expressões orais e línguas, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e a gestão de recursos naturais, e ainda artes tradicionais e de espectáculo, incluindo música, dança e cantares.

2.2.2.2. As parcerias internacionais

A Política Nacional da Cultura considera importante “um relacionamento estruturado e pró-ativo” e “uma efetiva coordenação” na área da cultura com os principais parceiros de desenvolvimento (idem: 3792). Contudo, destaca a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa como a parceria principal para a realização dos projetos culturais. A Política vê como de “extrema importância” “o estabelecimento de uma cooperação e intercâmbio eficazes com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (idem:3793). Pois

⁵¹ RDTL. **Resolução do Governo 25/2011 Relativa à Protecção do Património Cultural**. Disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=3644>

essa parceria “permitirá o reforço dos laços linguísticos e culturais”, que são “elementos fundamentais da história e identidade nacionais de Timor-Leste” (idem).

Na Política, enfatiza-se a CPLP como um parceiro preferencial, pois

O estabelecimento de parcerias com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa permitirá o reforço dos laços linguísticos e culturais com estes países, elementos fundamentais da história e identidade nacionais de Timor-Leste.

Afirma-se também que “Timor-Leste aproveitará os recursos financeiros e técnicos disponibilizados no âmbito de projetos desenvolvidos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.” O único parceiro citado fora da CPLP é a UNESCO, envolvido no projeto Museu Nacional de Timor-Leste, auxiliando no desenvolvimento do “turismo de características culturais” (idem).

Em resumo, a Política define o conteúdo da cultura como composta por memórias, tradições culturais, artes e patrimônio cultural – este último, por sua vez, inclui sítios arqueológicos, arquiteturas históricas coloniais, arquiteturas tradicionais e práticas e artes tradicionais. Já em termos de parceiros internacionais, observamos que a Política destaca a CPLP, com um *status* identitário. Quanto aos outros, “serão igualmente estabelecidos contatos com outros Parceiros de Desenvolvimento [...] no sentido de desenvolver projetos conjuntos na área da cultura.”

2.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030

Aprovado em 2011, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (RDTL, 2011) é um importante documento do IV Governo que expõe as prioridades políticas de Timor-Leste. Xanana-Gusmão afirma, na ocasião da apresentação do documento para o Parlamento, que o mesmo é “um plano reservado aos leste-timorenses e à sociedade leste-timorense, um plano que pertence a este País e cuja implementação será liderada pelo próprio País,”⁵² “realizado por cidadãos leste-timorenses voluntariosos que percorreram o país de lés-a-lés”; é, “não mais não menos, um produto dos leste-timorenses.”⁵³

⁵² RDTL. Primeiro-Ministro lançou PED na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento. 13 de julho de 2011. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=5337&n=1>

⁵³ RDTL. Alocução de Sua Excelência Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão por Ocasão Da Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 no Parlamento Nacional. 11 de julho de 2011. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-PED-Parlamento-Nacional_11.71.pdf

Os ministérios e secretarias leste-timorenses elaboraram planos setoriais separados, que “foram compilados num único documento.”⁵⁴ Os planos nacionais para os setores estratégicos como capital social, desenvolvimento de infraestruturas, desenvolvimento econômico e quadro institucional constam nesse documento, bem como o Plano Nacional da Cultura. Nesse documento, como nos documentos anteriores, a cultura se relaciona explicitamente à identidade leste-timorense:

“Após dez anos de independência devemos dar atenção ao desenvolvimento da cultura, já que foi a cultura que nos trouxe a independência.”

- Atanásio Francisco Tavares, representante ancião, Maucatar,
Consulta Nacional, 30 de Julho de 2010. (RDTL, 2011: 64)

2.3.1. A cultura leste-timorense e o seu conteúdo

Em primeiro lugar, a estratégia de desenvolvimento para a cultura está contida no capítulo “Capital Social” do documento. Afirma-se que a salvaguarda da cultura é sinônimo da salvaguarda da construção da nação e da identidade nacional, como se verifica nas seguintes passagens:

Para concretizar a nossa meta de transformar Timor-Leste numa Nação próspera e desenvolvida até 2030, iremos precisar de encorajar a nossa diversidade cultural e de fomentar respeito pelo nosso património cultural e história partilhada, ao mesmo tempo que integramos elementos que funcionam de outras culturas para enriquecer a nossa. (idem)

Reconhecemos que se negligenciarmos as nossas raízes culturais e históricas, se pensarmos apenas nos aspectos presentes e materiais da vida, seremos superados pelas forças da globalização e arriscar-nos-emos a perder a nossa identidade cultural única – justamente aquilo que lutámos durante tanto tempo e com tanto esforço para preservar. (idem)

A fim de proteger a nossa identidade é necessário que encorajemos e promovamos a cultura leste-timorense e que incutamos as artes criativas no nosso desenvolvimento económico (idem)

A nossa cultura deu-nos a Independência e irá agora assegurar o nosso futuro. (idem)

Em segundo lugar, no documento se afirma concomitantemente a diversidade cultural e a unicidade da cultura leste-timorense, como o emprego de “nossa cultura”, “nossas raízes culturais e históricas”, “nossa identidade cultural”, “nosso património cultural”, “nossa diversidade cultural”, ou “um património cultural substancial e diverso” e “cultura leste-timorense”.

⁵⁴ RDTL. Primeiro-Ministro lançou PED na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento. 13 de julho de 2011. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=5337&n=1>

Em terceiro lugar, segundo o documento, essa cultura, uma e diversa, incluem elementos de história, meio-ambiente, tradições, idiomas, danças e músicas. Esses elementos se visualizam nas paisagens culturais como a cidade de Dili, as aldeias, arquiteturas tradicionais Uma Lulik (casa sagrada), pinturas rupestres arqueológicas, o Forte de Balibo, a Monte Ramelau, locais religiosos (católicos), mercado da cidade de Baucau, Termas de Marobo; artes tradicionais como a tecelagem de tais, a olaria, fabrico de joias, fabrico de cestos, esculturas em madeira, trabalhos em metal e trabalhos em couro; memórias históricas como Uma Fukun (Parlamento Nacional), os documentos do período colonial português e da resistência, o Cemitério de Santa Cruz; e coleção etnográfica como artefatos sagrados, pinturas e registros etnográficos.

Por último, na proteção da cultura para a construção da identidade nacional, o Plano sugere duas vertentes estratégicas: primeiro, a coleção e a preservação de patrimônios culturais; segundo, a difusão e a exportação da “cultura leste-timorense,” por meio da produção artística, divulgação digital e, especialmente, turismo.

2.3.2. As políticas culturais

Na primeira vertente, o documento registra instituições chaves que, atual ou futuramente, se habilitam ou habilitarão para coletar e preservar os patrimônios culturais. São elas: Uma Fukun (Parlamento Nacional), Memorial de Dare, Arquivo e Museu da Resistência Leste-timorense, Centros Comunitários Multimédia, Museu e Centro Cultural de Timor-Leste, Biblioteca Nacional e Centro de Arquivo de Timor-Leste, Centros Regionais de Cultura, Academia Nacional das Artes Criativas e suas subsidiárias Escolas de Música e de Belas-Artes, Companhia Nacional de Teatro e Dança e o curso de licenciatura em arquitetura pela Universidade Nacional de Timor Lorosa’e.

Por um lado, as políticas derivadas dessa estratégia visam à criação de museus, academias, centros culturais; por outro lado, também visam à produção artística da cultura, tradicionais e ou sob novos formatos da indústria criativa – como teatro, cinema, *World Music* leste-timorense e souvenirs turísticos.

Na segunda vertente, o turismo favorecerá a difusão da cultura leste-timorense e sua viabilidade econômica – especialmente por meio das indústrias criativas. Espera-se que a indústria fomente a criatividade dos jovens leste-timorenses e empregue efetivamente “5% do

mercado de trabalho.” O Plano explicita que tanto a visibilidade quanto as indústrias criativas constituem meios para fortalecer a identidade nacional:

Se pudermos aumentar a visibilidade nacional, regional e global das nossas muitas tradições e práticas criativas contemporâneas, a imagem e identidade gerais da nossa Nação serão reconhecidas e celebradas. Isto contribuirá para um sentimento de identificação e de orgulho nacional, para o desenvolvimento de uma economia criativa virada para as exportações e para o turismo (idem: 65).

Iremos realizar várias acções com o intuito de concretizar a nossa visão de que, até 2020, Timor-Leste terá um sector pujante de indústrias criativas com uma contribuição significativa para a nossa economia e para o nosso sentimento de identidade nacional (idem).

Contudo, espera-se que esse processo da promoção cultural, contando com o vetor do turismo cultural, seja

bem desenvolvido, atraindo um grande número de visitantes internacionais, contribuindo substancialmente para a criação de rendimentos comunitários, a nível nacional e local, e criando empregos em toda a Nação (idem:154)

Além das indústrias criativas, o Plano pretende oferecer os atributos culturais de Timor-Leste como tradições, artesanatos, espetáculos e festivais para os visitantes “que procurem experiências únicas, aventura e turismo ecológico.” Pois

Timor-Leste dispõe de águas tropicais ricas em vida marinha, praias de areia branca, cordilheiras montanhosas espectaculares, uma cultura leste-timorense única, um legado colonial português e uma história de resistência. Oferecemos também um calendário de eventos especiais, incluindo a Volta a Timor em bicicleta, a Maratona de Díli ‘Cidade de Paz’ e a Regata de Darwin a Díli. (idem: 145)

Afirma-se aqui que existem mercados mundiais para turismo ecológico, cultural, de aventura, religioso e de peregrinação, e de conferências, nos quais Timor-Leste poderia se inserir. E o público inicial seria advindo dos países como Austrália, Portugal, Indonésia, China, Malásia e Singapura, que poderiam explorar os atributos naturais e culturais de Timor-Leste. (idem)

Com efeito, o Plano exemplifica algumas exposições e eventos internacionais celebrados, como o estudo da Pintura rupestre, pela Prof. Dr. Sue O’Connor, da Australian National University, a Maratona de Dili, a Regata Darwin-Timor, o Tour Timor e a Exposição Mundial de Xangai, durante a qual o Pavilhão de Timor-Leste, com “a paisagem natural do nosso país e imagens do nosso povo a trabalhar e a divertir-se, mostrando uma coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza, “registrou 4,5 milhões de visitantes (idem: 154” Mais adiante, analisaremos detalhadamente alguns desses eventos.

Em resumo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento, proposto projeto nacional, define a cultura como um elemento fundamental da identidade nacional – sua preservação e promoção fazem parte do desenvolvimento da nação. Em termos de conteúdo, a cultura leste-timorense inclui a história arqueológica, colonial portuguesa e da resistência; paisagens culturais como as aldeias, arquiteturas históricas e tradicionais; os idiomas (línguas); a etnografia; o conjunto apresentável das tradições como danças, músicas e artesanatos. Entre os métodos de preservação e promoção, além das instituições culturais, o Plano destaca as indústrias criativas e o turismo, como meio de desenvolver tanto a cultura quanto a economia.

Contudo, avaliamos que as indústrias criativas e o turismo são reproduções adaptadas das artes e tradições culturais para o mercado consumidor. *World Music*, por exemplo, é um gênero de música que integra elementos étnicos e tradicionais da música nas produções globalizadas. Entretanto, o desenvolvimento da cultura coincide no Plano, de certa forma, com o desenvolvimento das indústrias criativas. Como quando se afirma que “até 2020, Timor-Leste terá um sector pujante de indústrias criativas com uma contribuição significativa para a nossa economia e para o nosso sentimento de identidade nacional” (idem: 65).

2.4. O Programa do V Governo Constitucional

Tendo em vista a evolução das políticas culturais leste-timorenses, do Programa de Governo, para a Política Nacional da Cultura e para o Plano Estratégico da Cultura, observamos o detalhamento do conteúdo da cultura – mantendo em sua base história, língua e tradições artísticas – e a *commoditização* da cultura, que vem enfatizando a viabilidade econômica desta – especialmente dos elementos tradicionais/indígenas, por meio das indústrias criativas e do desenvolvimento do turismo cultural.

O V Governo Constitucional formado em 2007, sob chefia do mesmo primeiro-ministro Xanana Gusmão, teve seu Programa baseado no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.⁵⁵ Sem exceção, as diretrizes culturais também estão conforme o Plano Estratégico, ressaltando, paralelamente à preservação do patrimônio cultural, as indústrias criativas e o turismo cultural.

⁵⁵ RDTL. Programa do V Governo Constitucional. 2012. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=7569#toc334006139>

É interessante observar que houve, como consequência dessa evolução de diretriz política, uma mudança institucional nas políticas culturais.⁵⁶ A Secretaria de Estado da Cultura, que coadjuvava o Ministério da Educação e da Cultura entre 2007 a 2012,⁵⁷ passou a coadjuvar o Ministério de Turismo, sob o nome de Secretaria do Estado da Arte e Cultura, a partir de 2012.⁵⁸

2.5. Do Ministério de Educação para o Ministério de Turismo

Na Orgânica do Ministério da Educação e da Cultura,⁵⁹ estabelecia que este “é o órgão central do Governo responsável pela concepção, regulamentação, execução, coordenação, acreditação e avaliação da política da educação e da cultura.” As Políticas educativas, linguísticas e culturais eram definidas lado a lado na Orgânica do Ministério da Educação e da Cultura. Este Ministério tinha, como um dos objetivos,

[...] velar pela conservação, proteção, e promoção do património histórico e cultural leste-timorense, bem como acelerar a reintrodução das línguas oficiais nas escolas, como índice de normalização do ensino, designadamente:

- 1) Língua Portuguesa como língua de instrução; e
- 2) Língua Tétum como auxiliar didáctico (idem: 2)

Para a realização desse objetivo, a Direcção Nacional da Cultura

é o serviço central responsável pela coordenação e execução das políticas definidas no âmbito da preservação do património cultural, da proteção dos direitos, e da promoção e apoio das atividades culturais.

No artigo 21 deste documento, especifica-se que as competências da Direcção Nacional da Cultura incluem “promover a defesa e consolidação da identidade cultural leste-timorense,” inventariar os bens do património cultural, reforçar a educação das línguas oficiais, promover atividades culturais e realizar cooperações nacionais e internacionais – entre outras atividades.

Já no artigo 35, cria-se o Conselho Nacional da Cultura, órgão consultivo para a “definição e execução da política cultural, científica e tecnológica do país.” O Conselho seria

⁵⁶ As mudanças institucionais são frequentes nos governos leste-timorenses. Nas nossas observações do conjunto de legislações, desde 2002, alterações orgânicas ocorrem não somente na transição de governo, mas também no mesmo governo.

⁵⁷ RDTL. DECRETO-LEI N.º 7/2007 de 5 de Setembro: Orgânica do IV Governo Constitucional In: Jornal da República, Série I, N.º, 25. Disponível em: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2007/serie_1/serie1_no25.pdf

⁵⁸ RDTL. DECRETO-LEI N.º 41/2012 de 7 de Setembro: Orgânica do IV Governo Constitucional In: Jornal da República, Série I, N.º, 30. Disponível em: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie_1/serie1_no30a.pdf

⁵⁹ RDTL. Decreto-Lei N.º.21/2006. Orgânica do Ministério da Educação e da Cultura. Disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/Decree-Law-2006-21.pdf>

composto por representantes do governo responsáveis pelos setores de cooperação, meio-ambiente, turismo, juventude, etc. e representantes da sociedade civil como das associações dos artistas leste-timorenses, dos pintores e “cidadãos de reconhecido mérito nos domínios cultural e científico” (idem).

Já o Ministério do Turismo, pelo Decreto-Lei N. 41/2012, veio a se responsabilizar, desde 2012, “pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do turismo e da cultura.” Assumindo, assim, todas as políticas culturais previstas na Política Nacional da Cultura, no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no Programa do V Governo Constitucional.

As políticas culturais, outrora definidas em paralelo às políticas educativas e linguísticas, passam a ser definidas em paralelo às políticas de turismo. A Orgânica do Ministério do Turismo visa a realizar os projetos de turismo cultural, de desenvolvimento das instituições culturais – como a criação da Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais de Timor-Leste – e as cooperações internacionais.⁶⁰

2.6. Reflexões: da Afirmação para a Apresentação

Observamos, nos documentos analisados, que foi a partir do IV Governo que a preservação da cultura passou a receber maior atenção política, promoção e desenvolvimento. Além disso, há uma tendência nos IV e V Governos Constitucionais, de Xanana Gusmão, de tornar as atividades culturais economicamente autossustentáveis.

Avaliamos, também, que com essa mudança de foco, a função da cultura, além do sentido auto-afirmativo observado nos primeiros anos do governo, inclui o sentido da auto-apresentação. Nesse processo de transformação, canais de comunicação internacional – como o turismo e as propagandas internacionais – são de extrema importância.

Utilizamos, como uma ilustração, os vídeos promocionais do Ministério de Turismo. Apresentada pela ex-miss australiana Caroline Pemberton, que capturam as imagens de Timor-Leste em termos de história, cultura e paisagens natural e étnica para os potenciais visitantes (Imagens seguem no anexo I, no final da pesquisa).

A produção dos vídeos foi apoiada pela ONG australiana *Do Something* e pelo Ministério de Turismo leste-timorense, com US\$300.000 para contratar a ex-miss. Como

⁶⁰ RDTL. DECRETO-LEI N.º 05 /2013 de 8 de Maio: Estrutura Orgânica do Ministério do Turismo In: Jornal da República, Série I, N.º 14. Disponível em: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2013/serie_1/serie1_no14.pdf

material oficial de promoção do turismo e da cultura leste-timorense, o vídeo apresentou o Timor-Leste como um lugar pouco descoberto de grande beleza natural, “cultura belíssima e singular”, “história intrigante”, e povo caloroso.⁶¹

A australiana mostrou em uma série de nove curtas, de aproximadamente seis minutos cada, as atividades turísticas que um visitante pode experimentar em Timor-Leste: mergulho, regata, trilha, pesca – em interação com a natureza; e visitar sítios históricos, comunidades tradicionais, mercados de artesanatos e experimentar a culinária – em interação com a cultura.

Nos vídeos promocionais, a australiana, como uma visitante-guia, visitou as cavernas pré-histórica na Ilha de Jaco, onde se localizam as pinturas rupestres; escalou a montanha de Cristo Rei, onde se localiza a estátua de 30 metros de Jesus Cristo e uma igreja católica; visitou as ruínas portuguesas; apresentou a história da Casa de Balibo - do caso de *Balibo Five*, visitou mercados de artesanatos; ensinou inglês em uma escola; experimentou, descalça na praia, o café leste-timorense; serviu-se de comidas locais e internacionais, incluindo vinho branco; participou na confecção de tais; tomou banho nas ruínas portuguesas Termas de Marobode; mostrou as esculturas de madeira, e participou de danças tradicionais nas comunidades locais. Além disso, a ex-miss mergulhou com golfinhos, viajou de moto pelo interior do país e fez propagandas participativas para eventos turísticos: pescando no Festival de Pesca de Com, correu lado-a-lado do presidente Ramos-Horta na Maratona de Dili e navegou na Regata Darwin-Dili.

Em termos de conteúdo apresentado, Caroline Pemberton contemplou a natureza bem preservada de vegetação abundante; apresentou a história de Timor-Leste, como a pré-história e o tempo colonial português; destacou a Casa de Balibo – seguindo de um anúncio do filme australiano Balibo – como um memorial da amizade entre a Austrália e Timor-Leste; exaltou a qualidade do café leste-timorense – cultivado manual e organicamente –; elogiou a beleza os trabalhos artesanais; registrou as arquiteturas coloniais e tradicionais, a simpatia da população e crianças sorridentes; e indicou a facilidade e a proximidade de Timor-Leste – um destino nas rotas aéreas partindo de Darwin, Bali, e Singapura. Além da dimensão de desfrutar o turismo, destacou-se a dimensão filantrópica de visitar Timor-Leste – como ajudar

⁶¹ PEMBERTON, Caroline. Culture in East-Timor. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TgqxelcIgl8>

a desenvolver economicamente as comunidades com o consumo de serviços, produtos e alimentos locais.

Baseado nos documentos oficiais e ilustrados nesses dois exemplos, observamos que parte do conteúdo permanece, como a história da resistência, a fé católica, a história colonial portuguesa, os patrimônios arquitetônicos e artísticos e as artes tradicionais – mas passam a figurar como atrações turísticas para os visitantes e fiéis estrangeiros. Além disso, novos conteúdos começam a integrar a cultura, como as indústrias criativas de arte plástica, artesanatos, música – tendentes a criar uma nova cultura, a se adaptarem ao mercado turístico e aos consumidores internacionais. Veremos, a seguir, mais exemplos recentes promoção da cultura leste-timorense proposta nos documentos analisados, como projetos políticos, eventos turísticos e esportivos.

2.7. Projetos e Eventos Culturais

Os seguintes projetos e eventos foram retirados dos sítios-web oficiais das entidades públicas leste-timorenses, como do Ministério de Turismo, da Secretaria do Estado da Arte e Cultura, da Presidência e do Governo.⁶² Em termos de atividades institucionais recentes, podemos classificá-las em três grupos: as atividades “nacionais”, as atividades realizadas em um ambiente lusófono e as atividades internacionais. No que concerne a monografia, observaremos a ligação das atividades culturais, “nacionais” ou não, quase sempre ligadas aos parceiros de desenvolvimento, servindo como vitrine da cultura timorense, patrocinada por determinado parceiro para um público específico, e/ou como espaços sociais ou rituais que reforçam a ligação e a proximidade com os parceiros.

Como atividades nacionais, listamos, como exemplos encontrados, a exposição plástica da leste-timorense Maria Madeira na Embaixada da União Europeia em Dili, 2010; Cerimónia do Kelbeli – cerimónia tradicional da pesca da raia – numa aldeia do distrito de Liquiça, 2010; Festival Cultural de Timor-Leste no Palácio Nicolau Lobato, em Dili, 2010; Festival Cultural do Ramelau em Dili, 2010; restauração da Casa Sagrada em Fohorem, 2011.

⁶² Portal do Ministério do Turismo: <http://www.mtci-timorleste.com/pt/> e <http://www.tourismtimorleste.com/mtci/>; Secretaria do Estado da Arte e Cultura <http://www.cultura.gov.tl/>; Presidência de Timor-Leste (inglês) <http://presidenttimorleste.tl/>; Governo de Timor-Leste: <http://timor-leste.gov.tl>. Acessados em maio, 2013.

Entre as atividades lusófonas, listo, como exemplos encontrados, a VII Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, em Luanda, 2012; Conferência Internacional Legados Portugueses e Luso-Asiáticos no Sudeste Asiático na Embaixada de Portugal, em Singapura, 2011; II Encontro Internacional sobre Património Mundial de Origem Portuguesa, em Coimbra, 2010; Festival da Lusofonia e Semana Cultural da China e dos Países da CPLP – com a participação de 10 músicos leste-timorenses, em Macau, 2010; I Feira Internacional de Arte, Cultura e Indústria Criativa, em Porto, 2010 – à qual foi enviado o grupo leste-timorense “Bonecas de Ataúro,” apoiado pelo Instituto Camões; Mostra de documentários do 1º Programa DOCTV CPLP, em Lisboa, 2010; Aulas de português na Direcção Nacional da Cultura, em Dili, 2010;

Nos eventos internacionais, listo aqui a Exposição Das Mãos dos Nossos Antepassados, em Darwin, 2008; a Inauguração do Memorial de Dare: Café e Museu, pela Comissão Nacional da UNESCO, em 2010; Encontro Várias Línguas, Um só Povo, organizado pela Comissão Nacional da UNESCO, em Dili, 2010; Exibição da Colecção Antoulas – artefactos culturais leste-timorenses recuperada recentemente, apoiada pela UNESCO na Embaixada da União Europeia, Dili, 2010; a visita do arqueólogo australiano Ian Glover, em 2010; a visita de Barco-livraria Doulos, em Dili, 2010; a publicação internacional do livro *Sounds of the Soul* (Lian Husi Klamar) sobre a música tradicional leste-timorense pela organização Tekee Media, em 2011 – apoiado pelo Fundo do Embaixador para Preservação Cultural dos Estados Unidos; Festival da Cultura e Gastronomia de Timor-Leste, em Melbourne, 2011; o Lançamento do Projeto da Academia de Artes e Indústrias Criativas de Timor-Leste, em cooperação com a australiana Universidade de Griffith, em Dili, 2011 – cuja ocasião hospedou os eventos como concerto, conferência internacional e a Feira de *Desgin*.

Dentre os projetos listados aqui e exemplificados nos documentos anteriormente analisados, destacamos alguns daqueles realizados em Timor-Leste, pela quantidade de informação disponível: a Feira do Pôr do Sol, e os eventos esportivos Maratona de Dili e Tour de Timor. As descrições, quando detalhadas, têm a pretensão de nos aproximar do campo.

2.7.1. Feira do Pôr-do-Sol

O Ministério recomenda, no seu sítio-web, a Feira do Pôr-do-Sol, para que o turista experimente os pratos locais como *katupa*, *satay* e churrasco de frango com molho apimentado leste-timorense, em um ambiente de música ao vivo e venda de artesanatos.⁶³

A Feira do Pôr-do-Sol, ou em inglês *Sunset Fair*, teve suas primeiras edições realizadas em 2010 e 2011, na praia de Cristo Rei de Díli.⁶⁴ Foi destinada ao público geral, incluindo os participantes do Tour de Timor, funcionários públicos e aos internacionais em Timor-Leste. O evento foi inspirado no *Mindil Beach Market* – uma feira de praia na cidade de Darwin – uma ideia trazida ao Timor-Leste pela visita do Ministro de Turismo Gil Alves.

O projeto recebeu apoio técnico da *Mindil Beach Market Association Inc* e foi financiado pela empresa aérea australiana *Airnorth* – entre outros patrocinadores. Para o Ministro, o apoio simboliza o “relacionamento em crescimento” entre Díli e Darwin, entre Timor-Leste e o Território do Norte da Austrália.

O evento teve grande repercussão, contando com participantes locais e internacionais e presença das autoridades leste-timorenses e funcionários internacionais. Na segunda semana do evento, a organização pronunciou que Kirsty Sword Gusmão seria o patrono da Feira.

Localizado na praia do Monte Cristo Rei, debaixo da estatua de Jesus Cristo – um símbolo de Díli à moda do Cristo Redentor brasileiro –, a feira ocupa uma área de aproximadamente 6.000 m². Distribuem-se no local 36 estandes de 3,5 m² cada, uma arena para apresentação e dois estacionamento. Seis dos estandes são pavilhões permanentes cobertas com telhas e 30 são tendas montadas para o evento.

Tendo como objetivo a promoção dos valores centrais do projeto – “Diversidade, Criatividade e Qualidade”⁶⁵ – e levando em conta a limitação do espaço físico, o critério de seleção dos participantes foi muito restrito: não podendo haver dois estandes com os mesmos produtos. Para os 36 estandes, 26 foram concedidos aos comerciantes nacionais, de forma a priorizá-los, com material e mão-de-obra leste-timorenses, buscando representar a cultura leste-timorense.

⁶³ MINISTERIO DO TURISMO. Food and Beverages. N.d. Disponível em: http://www.tourismtimorleste.com/mtci/index.php?option=com_content&view=article&id=65:foodandbeverages&catid=36:english-thingtodo&Itemid=124

⁶⁴ As informações desta seção são retirados dos arquivos do blog oficial do evento, disponíveis em: <http://dilisunsetfairassociation.blogspot.com.br/>

⁶⁵ Idem,

Desses 26, 10 tendas são para comidas, 11 para artesanatos e os cinco pavilhões para serviços de massagem ou de turismo. O Restante se disponibiliza para produtos culturais e inovadores internacionais – como representação de culturas indígenas no estrangeiro. Seis tendas para comidas internacionais, três para produtos e o pavilhão serviria para Massagem ou pintura facial. Além disso, especificou-se que artistas e comerciantes destinados ao público infantil serão priorizados.

O critério elimina os produtos agrícolas não processados, animais vivos, de material proveniente de espécies protegidos, insalubres, culturalmente ofensivos, artesanatos já massificados, ferramentas e/ou peças não-comercializáveis. Também há critérios de compromisso e convivência aos participantes.

Kor Timor – uma empresa de artesanato fundado e gerido por filantropos australianos; Café Timor Leste – de proprietário leste-timorense enraizado na Austrália –; Arte Moris – uma escola local de artes virado para o público australiano –; One More Bar – um bar australiano –; Fundação Alola – ONG da esposa de Xanana-Gusmão, Kirsty Gusmão –; Bonecas de Ataúro; entre outros, passaram pelos critérios de seleção.

Os produtos e serviços participantes, após seleção, incluíram pratos típicos – satay, katupa, frutos do mar, espetinhos de carne –; músicas, inaugurado pelo artista local Boy Clemens, famoso pela mistura dos estilos black music e jazz; artesanatos como cestas de Maubara; pinturas modernas dos jovens artistas de Arte Moris; bordados da Associação Empresários Mulheres (sic), tecidos artesanais – tais, figurinos de madeira, bonecas de Atauro (sic), joias e decorativos étnicos tradicionais, apresentações de danças tradicionais, músicas leste-timorenses tradicionais e populares, fogos de artifício, balões gratuitas para crianças, figurinos religiosos e demais souvenirs turísticos.

Membros de CPLP também visitaram a feira, sendo uma das noites, seis de setembro de 2011, dedicada ao Brasil, o qual trouxe apresentações de capoeira, grupo Orquestra de Violeiros de Pedreira e o filme “2 Filhos de Francisco” com legenda em inglês.

2.7.2. Maratona de Díli e Tour de Timor

Paralelamente à Feira do Pôr-do-Sol, que teve quatro edições até 2013, consta no Orçamento Geral do Estado para o Ministério de Turismo projetos e eventos como o Carnaval, Festival Timoresia, Festival de Caravana, Festival economia solidária de Atauro, Festa de Natal e Ano Novo, Tour de Timor, Díli Maratona, Pesca Desportiva, Competição de Fotografias Marinhas, Corrida de Beiros e Cavalos, Festival da Cultura Fronteiraça.⁶⁶ Ilustramos aqui com a Maratona e o Tour de Timor.

Tanto a Maratona quanto o Tour visam a receber atletas internacionais, em busca de mostrar a unidade e estabilidade de Timor-Leste. A primeira Maratona de Díli “Cidade da Paz” foi realizada em Junho de 2010, atraindo “mais de 1.000 corredores de 28 países” – incluindo “locais, expatriados e atletas internacionais”.⁶⁷ Nos anos seguintes, foram mais de 7.000 participantes por ano. Timor Telecom, monopólio leste-timorense em telecomunicações de capital misto,⁶⁸ foi o maior patrocinador, com 62.500 dólares americanos em efetivo e serviços. A Maratona visa a capacitar atletas locais e promover “mensagens de paz e unidade” para os nacionais e internacionais.

O Tour de Timor, de natureza similar, consiste “numa semana de corrida de bicicleta de montanha que atravessa Timor-Leste”⁶⁹ para “mostrar a ilha ao resto do mundo, permitindo assim a abertura ao desenvolvimento do turismo local, crescimento económico sustentável e à promoção da imagem do país como destino seguro para os visitantes internacionais.”⁷⁰

Nessa rota de 450 km de terreno diverso, “os ciclistas e as suas equipas de suporte adquirem uma visão sobre o nosso meio ambiente, povo e cultura”, e mostra “a ilha ao resto do mundo, permitindo assim a abertura ao desenvolvimento do turismo local, crescimento económico sustentável e à promoção da imagem do país como destino seguro para os visitantes internacionais.”⁷¹

O primeiro Tour ocorreu de 2009, com mais de 250 ciclistas, sendo 25 deles participantes locais; o segundo, em 2010, contou com mais de 350 ciclistas – sendo 75

⁶⁶RDTL. Orçamento Geral do Estado 2013: Planos de Acção Anual, Livro 2. http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/FINALLivro_2_2013_Vers%C3%A3o_FINAL_14Dec12.pdf

⁶⁷ TOUR DE TIMOR. Portal oficial de Tour de Timor. 2013. Disponível em: <http://tourdetimor.com/>

⁶⁸ Consórcio entre Portugal Telecom e o Estado leste-timorense. Portugal Telecom atua principalmente nos mercados da CPLP. PORTUGAL TELECOM. PT no Mundo. 2013. Disponível em: <http://www.telecom.pt/InternetResource/swf/FlashPTNoMundo.html>

⁶⁹ TOUR DE TIMOR. Portal oficial de Tour de Timor. 2013. Disponível em: <http://tourdetimor.com/>

⁷⁰ RDTL. Comunidade de Imprensa: Tolerância de ponto: Tour de Timor. <http://timor-leste.gov.tl/?p=5693>

⁷¹ RDTL. Plano Estratégico de Desenvolvimento. Pág. 52.

participantes locais.⁷² Adicionalmente, aldeãos vestiram roupas tradicionais para acolher os ciclistas, crianças balançavam bandeiras cantando “viva Timor-Leste” e celebraram o Festival da Paz – com músicas, danças e teatros – no final de cada etapa distrital.⁷³ Além disso, concederam tolerância de ponto ao curso do evento,⁷⁴ pois se afirma que o evento é “um dos grandes motores da indústria do turismo de Timor-Leste, indústria por muitos anos vindouros.”⁷⁵

O Tour de Timor recebeu apoio e patrocínio da filantropa e Mensageira da Paz das Nações Unidas Princesa Haya Bint Hussein da Jordânia, da empresa Timor Telecom – consórcio entre Portugal Telecom e o Estado leste-timorense, que ofereceu serviços gratuitos de telecomunicação para o evento; do Grupo Digicel – companhia de telefone móvel apoiada pela AusAID; das forças armadas australianas; da petroleira *ConocoPhillips* e das empresas aéreas australianas *AustAsia* e *Airnorth*, que, em conjunto, apoiaram o evento e ofereceram um total de 75.000 dólares americanos aos vencedores.⁷⁶

2.7.3. Os doadores e os eventos

Retratamos, nos projetos e eventos exemplificados, as atividades culturais e turísticas dos últimos anos, a partir de 2008. Ilustramos, portanto, o florescimento das atividades culturais que avaliamos como consequência da ênfase, desde o IV Governo leste-timorense, dada ao desenvolvimento cultural. Também ilustramos que as atividades celebradas estão conforme o caráter “turístico” da cultura, determinada essencialmente pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento. De forma interessante, parece que há uma distinção clara entre eventos lusófonos, realizados no âmbito da CPLP, e os eventos internacionais, concentrando atores australianos.

Comparando novamente os documentos Política Nacional da Cultura e o Plano Estratégico de Desenvolvimento para a Cultura. A Política vê como de “extrema importância” “o estabelecimento de uma cooperação e intercâmbio eficazes com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (idem:3793). Pois essa parceria “permitirá o reforço dos laços linguísticos e culturais”, que são “elementos fundamentais da história e identidade nacionais

⁷² Idem.

⁷³ FORGOTTEN DIARIES. Tour de Timor. 26 de agosto de 2009. Disponível em: <http://forgottendiaries-east-timor.blogspot.com.br/2009/08/tour-de-timor.html>

⁷⁴ RDTL. Comunidade de Imprensa: Tolerância de ponto: Tour de Timor. <http://timor-leste.gov.tl/?p=5693>

⁷⁵ RDTL. Plano Estratégico de Desenvolvimento. Pág. 53.

⁷⁶ RDTL. The Biggest Event. Setembro 2010. Nº 2. Magazine. Disponível em: <http://www.presidencia.tl/mag/mag1/pdf/pg56.pdf>

de Timor-Leste” (idem); enquanto, no Plano Estratégico, parece haver uma diminuição da ênfase da CPLP, exaltada na Política Nacional – tanto no laço identitário quanto na parceria internacional.

Pois de uma forma geral, observamos que os eventos lusófonos são, em sua maioria, ligados ao bloco CPLP, à afirmação da identidade baseada na língua e à história da colonização portuguesa, em que o conteúdo é o próprio reforço dessa ligação. Esses eventos são, em sua maioria, encontros, reuniões e conferências. Enquanto os eventos internacionais contam, de modo geral, com o apoio australiano – e às vezes da UNESCO. E o conteúdo envolve ainda a dimensão patrimonial e étnica, como exposições, festivais e produtos de conhecimentos – como livros e estudos etnográficos.

Aparentemente, é enfatizado o conteúdo português da cultura na língua e na história; e o conteúdo tradicional da cultura para o público internacional no restante da cultura definida nos documentos chaves: patrimônios, artes, línguas indígenas e culturas locais.

Se avaliarmos o conteúdo político desses projetos e eventos, à primeira vista, os eventos “lusófonos” apresentam mais uma ideia afirmativa e seletiva da história e da cultura na dimensão lusa – valorizando a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e a história colonial portuguesa – enquanto os eventos “internacionais” tendem a valorizar mais a diversidade e o lado turístico da cultura. Talvez a mudança da diretriz política da cultura sugira um favorecimento dos eventos “internacionais” em Timor-Leste, como uma tendência que evocaria mais a cooperação australiana do que a portuguesa.

Argumentando que o laço austro-leste-timorense está se reforçando, notamos também a construção de um discurso em que se idealiza uma história de boa vizinhança. Na inauguração do Memorial de Dare: Café e Museu, à ocasião da constituição da Comissão Nacional da UNESCO – presidiada pela esposa do Primeiro-Ministro, Kirsty Sword Gusmão –, por exemplo, reforça o laço histórico australiano.⁷⁷ Pois o Memorial celebra “o esforço conjunto entre leste-timorenses e australianos contra a ocupação japonesa de Timor-Leste, durante a Segunda Guerra Mundial.”⁷⁸

Conforme vimos, na breve introdução da história leste-timorense, tal “esforço conjunto” foi uma invasão australiana do Timor Português, transferindo o campo de batalha

⁷⁷ SECRETARIA DO ESTADO DE ARTE E CULTURA Inauguração do Memorial de Dare: Café e Museu. <http://www.cultura.gov.tl/pt/noticias/inauguracao-do-memorial-de-dare-cafe-e-museu>.

⁷⁸ Idem.

da Ilha-Continente da Austrália para o vizinho Timor-Leste, resultando na morte de 50.000 leste-timorenses. Ou na ênfase do caso de Balibo Five, como no vídeo promocional de Caroline Pemberton, que parece mascarar a cumplicidade australiana por trás da invasão indonésia, transformando-a em herói martirizado, pelos jovens jornalistas mortos no evento, que denunciou a invasão.

Além disso, o Ministério do Turismo disponibiliza um breve texto sobre “História de Timor-Leste”⁷⁹ que parece valorizar a participação australiana na história de Timor-Leste e depreciar a participação portuguesa. A história provida pelo Ministério do Turismo afirma que, enquanto portugueses “obtinham enormes lucros com a exportação de sândalo”, “Timor-Leste permanecia largamente subdesenvolvido com uma economia baseada no escambo.”⁸⁰

Ou quando esta versão de história afirma que “Portugal só tentou seriamente e sistematicamente desenvolver Timor-Leste”, quando “as Nações Unidas declar[ara] Timor-Leste como um território não autônomo sob administração português.”⁸¹ Além disso, não se citou o esforço português contra a ocupação indonésia ou a aquiescência australiana – mas afirmou que “o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a força multinacional (INTERFET) sob a estrutura de comando unificado de um Estado-membro – Austrália, para restaurar a paz e segurança.”⁸²

Se no Capítulo I desta pesquisa vimos que analistas como Rawnsley criticavam a artificialidade da afirmação da identidade luso-leste-timorense, vemos aqui, de forma semelhante, a parcialidade no reforço da amizade entre Austrália e Timor-Leste. Contudo, não sabemos ao detalhe sobre o processo de elaboração ou determinação política por trás desses eventos – por exemplo, sobre a autoria dessa versão de história do Ministério do Turismo ou sobre a decisão de quem escolheu tal texto para disponibilizar no portal oficial.

Entretanto, argumentaremos que, mesmo que a Austrália não seja o elaborador dessas narrativas, este país é um grande consumidor destas, bem como dos produtos e serviços do turismo cultural em Timor-Leste.

2.8. Australianos como Consumidores da Cultura Leste-timorense

⁷⁹ MINISTÉRIO DO TURISMO. Profile Timor-Leste – History. N.d. Disponível em: http://www.tourismtimorleste.com/mtci/index.php?option=com_content&view=article&id=64:history&catid=25:english-home&Itemid=151

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

Um fato curioso observado nos projetos e eventos turísticos, como nos vídeos promocionais, Feira do Pôr-do-Sol, Maratona de Dili e Tour de Timor, é que a presença australiana se faz marcante. Note-se que os vídeos, com efeito, pelo fato dos mesmos estarem em inglês, apresentados pela ex-miss australiana, apoiada pela ONG australiana *Do Something*, ressaltavam as atividades turísticas dos “*aussies*” em Timor-Leste.⁸³

Na Feira do Pôr-do-Sol, por sua vez, a presença australiana é marcada pela massiva presença dos participantes, australianos ou com ligação com a Austrália, pelo patrocínio da empresa aérea australiana *Airnorth*, e pela pessoa de Kirsty Gusmão, australiana e esposa de Xanan-Gusmão. Já nos eventos esportivos, especialmente o Tour de Dili, australianos foram principais atletas participantes e vencedores das últimas edições e as empresas australianas foram as maiores patrocinadoras. Além disso, em todos esses eventos a língua utilizada é a inglesa. Por isso, tendemos a concluir que australianos são os consumidores principais, nesse período analisado, da cultura leste-timorense. Consequentemente, também são, em certo sentido, consumidores da identidade nacional leste-timorense, no sentido de apresentação da nação para o mundo afora.

Nos últimos anos, especialmente quando o governo priorizou o desenvolvimento do turismo, registra-se formalmente uma evolução em números de visitantes. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, ingressaram no ano de 2011 51.000 turistas, em contraposição a 14,000 em 2006, como a Figura 1 abaixo.⁸⁴

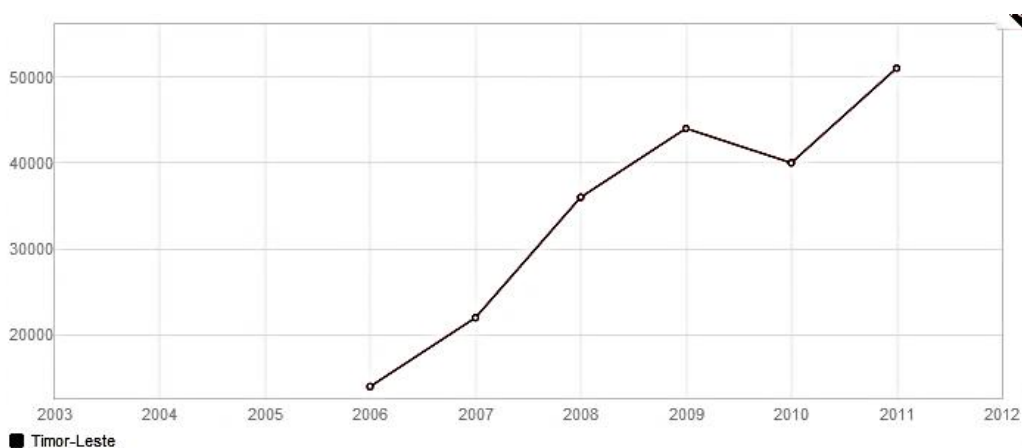


Figura 1: Turismo internacional por número de chegadas. Fonte: Organização Mundial do Turismo.

⁸³ Nome coloquial em inglês australiano que designe os australianos

⁸⁴ World Tourism Organization (2012), Arrivals of non-resident tourists at national borders, by country of residence 2007-2011 (11.2012). In: Yearbook of Tourism Statistics dataset [Electronic], UNWTO, Madrid, data updated on 23/11/2012. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/content/t5wvt1y7rt48ml32/?p=2924811770da4b97941797019eee5a00&pi=1>.

Em relação ao país de origem, Australianos lideram a lista com 48.270 turistas nos últimos cinco anos, correspondendo a 24.55% do total; indonésios seguem com 30.336 turistas, no mesmo período; portugueses com 17.769 turistas, seguido por chineses, filipinos, americanos, malásios, singapurianos, indianos, japoneses e britânicos. Brasil segue a lista com 3.880 turistas.⁸⁵

A estatística, contudo, foi baseada na quantidade de vistos de turista expedidos no aeroporto de Díli – o que inclui muitos visitantes não turistas. Seja qual for a natureza da visita, considerando o potencial turístico dos visitantes – no consumo dos produtos e serviços locais, a estatística corrobora, grosso modo, com a nossa interpretação. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, por exemplo, ressaltava o público em potencial como a elite local, internacionais que trabalham em Timor e turistas internacionais – estes advindos dos países “Austrália, Portugal, Indonésia, China, Malásia e Singapura,”⁸⁶ Observamos na arquitetura oficial do turismo que os turistas-objetos são visitantes australianos: pelas visitas computadas na estatística, pelo texto da história de Timor-Leste, pelos vídeos promocionais e pelos eventos promovidos e seus patrocinadores.

No próximo capítulo, analisaremos, de forma análoga, a língua como parte da identidade nacional, de Timor-Leste. Iremos expor, primeiro, o contexto linguístico de Timor-Leste, logo, as narrativas nos documentos oficiais do governo leste-timorense e os projetos linguísticos atuais, e por último, o debate atual entre os atores da cooperação internacional sobre a política linguística de Timor-Leste.

Já no capítulo posterior à língua, analisaremos, de forma complementar, os projetos de cooperação, nos documentos dos parceiros de desenvolvimento, em relação à língua e à cultura, detalhando e esclarecendo a variável internacional na definição da identidade nacional leste-timorense – em termos da cultura e língua.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ RDTL. Plano Estratégico de Desenvolvimento. 2011. Pág. 153.

CAPÍTULO III – A IDENTIDADE NACIONAL LESTE-TIMORENSE EM TERMOS DAS LÍNGUAS

De acordo com a organização Ethnologue,⁸⁷ são faladas em Timor-Leste 19 línguas, incluído tétum-Dili, tétum, português e 16 línguas indígenas.⁸⁸ O tétum é a língua mais usada em Timor-Leste nos dias atuais e sua variante tétum-Dili, ou tétum-prasa/prança, é a língua oficial de Timor-Leste, junto ao Português. Considerados como línguas institucionais, o censo de 2010 releva que apenas 595 pessoas em Timor-Leste falam português como primeira língua, enquanto tétum-prasa é falada por 385.269 pessoas.

Inglês e Indonésio, como língua de trabalho definida na constituição, são faladas por 773 e 3.045 pessoas, respectivamente. Mas a grande maioria da população têm como língua materna as 16 línguas indígenas e suas variantes. Ethnologue afirma que o tétum é “de facto a língua da identidade nacional.”⁸⁹ O linguista Geoffrey Hull (2004) afirma também que o tétum se tornara uma língua veicular no tempo português e era utilizada nas missas e no gênero musical gospel. Após a ocupação indonésia, o tétum foi a língua litúrgica nesse período de rápida expansão católica (Idem). Hull (2004) observa que o tétum recebeu forte influência da língua portuguesa já desde o tempo colonial, mas pouca influência do indonésio.

Conforme apresentado no Capítulo I – Contexto Histórico e Teórico, a(s) língua(s) é (são) essencial(is) à identidade nacional. A definição e promoção da língua oficial são fundamentais nas políticas de identidade. A definição da língua portuguesa como uma das línguas oficiais foi apoiada por alguns acadêmicos – argumentando a influência da língua em Timor-Leste e seu poder de coesão nacional; e criticada por outros – argumentando o fato de que a língua não é falada pela maioria da população e contra a limitação da identidade leste-timorense ao período colonial.

O debate acadêmico encontra seu paralelo no debate político. Tanto no momento da definição das línguas oficiais quanto atualmente. Iremos expor o quadro das línguas

⁸⁷ LEWIS, M. Paul, GARY F. Simons e CHARLES D. Fennig (eds.). Ethnologue: Languages of the World, Seventeenth edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version. 2013. Disponível em <http://www.ethnologue.com>

⁸⁸ Mambae, Makasae, Baikeno, Kemak, Bunak, Tukudede, Fataluku, Nauete, Galolen, Adabe, Waima’a, Kairui-Midiki, Idaté, Lakalei, Habun e Makuva. Os primeiros dez são considerados “em vigor (vigorous)”, enquanto os últimos seis são considerados “ameaçadas (In Trouble)”. Makuva, por exemplo, é classificado como “quase extinta (dying)”, pelo fato de somente 56 pessoas falam esta língua.

⁸⁹ Lewis, M. Paul, Gary F. Simons, and Charles D. Fennig (eds.). 2013. Ethnologue: Languages of the World, Seventeenth edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>

faladas em Timor-Leste, estrangeiras ou indígenas, Analisaremos, a seguir, o documento marco – a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, os discursos que explicam a adoção das línguas tétum e português como oficiais e os projetos dos parceiros de desenvolvimento presentes nos Orçamentos Gerais do Estado e apresentado nas Reuniões de Parceiros de Desenvolvimento.

Diferentemente das políticas culturais, há uma significativa presença dos projetos dos parceiros de desenvolvimento nos documentos administrativos leste-timorenses. Por causa desse fato etnológico, decidimos analisar, juntamente a esses documentos, parte das políticas dos parceiros neste capítulo, mas que serão detalhados no próximo capítulo.

3.1. Discurso de Geoffrey Hull

Entre os autores que já analisaram o momento da definição das línguas oficiais,⁹⁰ o discurso de Geoffrey Hull, linguista australiano, é tido como uma referência relevante que resume o conflito em torno da definição da(s) língua(s) oficial(is), relatando os argumentos das partes e auxiliou a elite local na escolha de tétum e português como línguas oficiais na Constituição.

O discurso do linguista se refere à palestra conferida, no dia 25 de agosto de 2000, ao Conselho Nacional da Resistência Leste-timorense. Hull (2000) relata que havia argumentos em favorecimento do tétum à língua oficial, pelo sentimento nacionalista e pelo fato que o tétum tem historicamente servido *de facto* como língua franca na diversidade linguística; argumentos em defesa da língua portuguesa, pela história colonial de Timor-Leste e pela potencial conexão internacional com o Portugal; argumentos que promoviam o inglês, pelo status global da língua e a “superioridade semântica” que o inglês detinha na modernidade; e argumentos a favor do Indonésio, pelo contexto da recente alfabetização da população e da perspectiva da integração regional.

Já nos argumentos que atacam essas línguas, como Hull (*idem*) registra, afirmam que o tétum é semanticamente insuficiente para o projeto administrativo moderno e internacionalmente isolado; atacando a língua portuguesa pela razão desta língua se remeter ao passado colonial e não nacionalista; contra o indonésio, pela memória recente da violência e guerra durante a ocupação dos invasores; e criticando o inglês, pela pouca familiaridade da

⁹⁰ Autores como Mendes (2005), Philpott (2006), Leach e Kingsbury (2007), Rawnsley (2008), Bedin e Castagna (2010) e Silva (2012).

população à língua totalmente estrangeira e sua capacidade de aculturação – que poderia sufocar a sobrevivência das línguas e culturas tradicionais.

Apresentando e considerando os argumentos, Hull sugere, à elite local do Conselho de Resistência, que o tétum, juntamente com a língua portuguesa, são adequados na procura, promoção e proteção de uma identidade nacional/identidade cultural do Timor-Leste.

Hull sugere que o tétum seria sem dúvida a primeira língua oficial, pelo *status* nacionalista e pela quantidade de falantes, apesar da sua fraqueza semântica. Pois sugere complementarmente que a língua portuguesa, sendo a segunda língua oficial, poderia complementar o tétum aumentando o léxico do tétum e conteúdos modernos para a necessidade da administração pública. A língua portuguesa é relativamente familiar aos leste-timorenses, e já vem influenciando fortemente o tétum há longas datas.

Além disso, prefere-se o português em relação ao inglês porque, de acordo com Hull, o inglês uma língua invasiva e excludente das línguas indígenas. A língua portuguesa, por ser menos invasiva, complementaria sem excluir as línguas indígenas. Também se prefere a língua portuguesa ao indonésio, pela impressão relativamente benéfica da população em relação ao legado português – intermediada pela religião católica e quatro séculos de convivência e assimilação – uma colonização diferente da anexação indonésia, cuja língua lembra a violência do regime Suharto. Adicionalmente, o aprendizado da língua portuguesa facilita o acesso a outras línguas latinas, abrindo futuras possibilidades aos leste-timorenses.

Em conclusão, Hull (*idem*) argumenta a favor do tétum como língua oficial, e prevê a promoção, desenvolvimento e modernização desta língua; também argumenta a favor da língua portuguesa, prevendo sua universalização no ensino. Além disso, o linguista vê como benéfico o poliglotismo, ensinando indonésio, inglês, tétum e português nas escolas.

3.2. A Constituição

A Constituição da República de Timor-Leste, aprovada em 2002, define, no artigo 13, o português e o tétum como línguas oficiais:

Artigo 13.º (Línguas oficiais e línguas nacionais)

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor Leste.
2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

E o artigo 159 da Constituição define o indonésio e o inglês como línguas de trabalho:

Artigo 159.º (Línguas de trabalho)

A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.

E, sobre as relações internacionais de Timor-Leste, este afirma privilegiar os laços com a CPLP.

Artigo 8.º(Relações internacionais)

[...] 3. A República Democrática de Timor-Leste mantém laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa.[...]

3.2.1. A Constituição Anotada

Novamente, utilizamos a Constituição Anotada como um apoio explicativo oficial, examinando as passagens citadas acima, lembrando que a mesma foi fruto da cooperação portuguesa.

Em relação ao artigo 13, a respeito da definição do tétum como língua oficial, juristas portugueses comentam que o tétum é uma das línguas nacionais, apesar da tardia oficialização e padronização gramatical, e detém importância histórica e religiosa suficiente para que venha a se oficializar. Reconhece-se que o tétum é essencial à “afirmação da identidade leste-timorense (VASCONCELOS, 2011: 62)” e o seu uso, a par da língua portuguesa, representa “um imperativo constitucional”.

Já a língua portuguesa, uma vez língua de resistência, não foi largamente promovida em Timor-Leste devido, primeiro, à proibição indonésia, e seguida pela difusão de inglês pela administração transitória das Nações Unidas.

A administração transitória das Nações Unidas, até à independência, suportada por milhares de funcionários internacionais, civis e militares, que na prática impuseram o inglês como veículo de comunicação hegemónico no plano administrativo e da cooperação internacional. (idem: 61)

Entretanto, sua oficialização é de grande utilidade, pois

A imprecisão, ambiguidade e insuficiência semântica do tétum atual para traduzir muitos dos conceitos político-administrativos, técnicos e científicos da cultura contemporânea determinam a importância crucial reconhecida à língua portuguesa, no sistema de ensino, na produção legislativa, na administração, na aplicação do direito e no plano das relações internacionais. (idem: 62)

Em relação à permanência do uso das línguas inglesa e indonésia, a Constituição Anotada comenta, em relação ao artigo 159º, que

o preceito tem em conta duas circunstâncias: a predominância do bahasa indonésio, como língua falada pelas populações, e o uso generalizado do inglês, como língua de trabalho das organizações internacionais presentes em Timor-Leste. (idem: 496)

Contudo, ressalta que o caráter dessas línguas de trabalho é “provisório” e “está vedada a substituição das línguas oficiais por estas línguas de trabalho”.

Já em relação ao artigo 8, explica-se que a aproximação aos países de CPLP se deve em razão da afinidade cultural baseada na identidade linguística e na experiência histórica comum.

De forma breve, vimos, como contexto de definição das línguas oficiais, um ambiente de disputas de argumentos. Com a definição da língua portuguesa, o Estado lestemorense afirmou o projeto de consolidar a dimensão lusófona da sua identidade nacional e expressou a preferência pela cultura lusa e aproximação aos países da CPLP.

3.3. Políticas linguísticas no IV Governo Constitucional

No início do governo, essa interpretação lusófona dos preceitos linguísticos na Constituição encontra sua aplicação – como se evidencia no Programa do IV Governo de 2007. Contudo, a Política Nacional da Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna, lançada em 2010 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento, de 2011, vêm com discursos diferentes. Analisaremos esses documentos seguindo ordem cronológica para evidenciar a evolução da política linguística – e conseqüentemente do projeto de identidade nacional expressa no conteúdo da língua.

3.3.1. Programa do IV Governo Constitucional

O Programa enfatiza o ensino e promoção da língua portuguesa nas políticas educativas e linguísticas, também na política externa.⁹¹ Primeiro, para o IV Governo, a promoção e valorização das línguas oficiais são um imperativo na educação. Por um lado, o “Governo aprofundará a política de promoção e valorização do tétum” e contará com “o imprescindível apoio da ajuda externa, nomeadamente da Ajuda Portuguesa ao Desenvolvimento,” para a educação em português.⁹² O Programa afirma que,

⁹¹ RDTL. Programa do IV Governo Constitucional. 2007. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=16>

⁹² Idem.

“salvaguardando as duas línguas oficiais”, irão “fazer com que o País caminhe progressivamente para um bilinguismo assumido.”⁹³

Segundo, afirma-se que a língua portuguesa também serve como um laço entre Timor-Leste e o mundo, especialmente com os parceiros da CPLP, “que favorece o nosso relacionamento com África, a América e a Europa.” Estreitar as relações com CPLP, por um lado, favorece a “promoção cultural da língua portuguesa” e, por outro lado, garante a “abertura de Timor-Leste ao Mundo.”⁹⁴

Contudo, o Programa reconhece os problemas de línguas na educação, admitindo que faltam políticas coerentes para ligar com a “problemática da língua oficial de ensino e do ensino de outras línguas, incluindo as línguas nacionais, o inglês e/ou o indonésio, como línguas de trabalho.”⁹⁵ Por isso, propõem-se estudar as possibilidades para a elaboração de um Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos, “evitando a descoordenação das intervenções” que tenham “orientações claras e tendentes à uniformização dos programas educativos vinculados numa língua nacional que constitui um vector de unidade de todos os leste-timorenses.”⁹⁶

Na nossa avaliação, o IV Governo, com seu Programa, mostrou uma postura clara de promover o bilinguismo tétum-português no país; e uma determinação contundente que parece indicar uma política de educação universal baseada em português. O documento Política de Ensino Multilíngue baseada nas Línguas Maternas para Timor-Leste, lançada em 2011, parece sugerir uma mudança de diretrizes políticas, ao substituir o bilinguismo pelo multilinguismo.

3.3.2. Política de Ensino Multilíngue baseada nas Línguas Maternas

Em agosto de 2010, o Instituto Nacional de Linguística, a Comissão Nacional da UNESCO, Secretaria de Estado da Cultura e Timor Lorosa'e *Nippon Culture Centre* organizaram a Primeira Conferência sobre as Línguas Nacionais de Timor-Leste, sob o lema de “Várias Línguas, Um Só Povo.”⁹⁷ A Conferência tinha como objetivos, por exemplo,

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ FIRST CONFERENCE ON THE NAITONAL LANGUAGES OF TIMOR-LESTE. Report on the First Conferece on the Naitonal Languages of Timor-Leste. 2011. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/59602853/National-Languages-of-Timor-Leste-Conference-2010-Report> (inglês). As citações são traduções nossas)

conscientizar o público sobre a diversidade linguística de Timor-Leste, provocar reflexão sobre “o papel das línguas nacionais na construção da nação e da identidade em Timor-Leste,” apresentar produtos de conhecimentos em línguas nacionais, e lançar o “Concurso de Redação em Línguas Nacionais (Ha’u Nia Lian, Ha’u Nia Rai).”⁹⁸

À ocasião, estiveram presentes as autoridades locais, como Xanana Gusmão, Kirsty Gusmão – embaixadora de boa vontade para a educação, linguistas nacionais e internacionais, representantes da sociedade civil e representantes das comunidades linguísticas locais. O primeiro-Ministro Xanana Gusmão enfatizou a importância da língua para a identidade nacional, lembrando que estava prevista na Constituição o dever do Estado na garantia do direito à educação da população; e o dever do Estado na valorização e desenvolvimento das línguas nacionais e o tétum. Afirmou que

Tétum, enquanto a língua mais falada no território, tem se constituído ao longo da nossa história como um dos mais importantes factores de coesão nacional, tendo gradualmente vindo a ser desenvolvida, de forma a suprir todas as necessidades formais e informais de comunicação (idem: 34)

A Conferência contou com discursos, palestras e grupos de trabalho. Participantes debateram nos dois dias do evento sobre a situação da educação em Timor-Leste, desenvolvimento das línguas e políticas que poderão promover as línguas nacionais. Como resultante do grupo de trabalho “língua na educação”, o rascunho chamado “Princípios Orientadores da Língua na Política de Educação para Timor-Leste”, levando em consideração as políticas multilíngues sugeridas pela UNESCO.

Em linhas gerais, o documento urge a necessidade de promover a educação baseada nas línguas maternas, como meios para garantir melhor educação e para afirmar a identidade nacional. Como uma ilustração, o documento afirma que

Línguas maternas são não somente um meio de comunicação, mas também veículo para a transmissão de valores culturais de uma geração para outra, dos nossos ancestrais para nossos netos. Línguas maternas são o ninho da história, guardando e preservando a memória coletiva de uma nação desde o tempo dos nossos ancestrais. Por meio das nossas Línguas Maternas, transmitimos nossa história e valores para gerações futuras. Nossa memória coletiva é o que nós orgulhece, como leste-timorenses, com nossa identidade própria e única. Esta política precisa reconhecer que Línguas Maternas são uma parte importante das raízes da identidade nacional (Idem: 36)

⁹⁸ Idem.

Em fevereiro de 2011, como resultado dessa conferência, especificamente, do “Princípios Orientadores,” o Ministério da Educação lançou a Política de Ensino Multilíngue baseada nas Línguas Maternas para Timor-Leste.⁹⁹ O documento reafirma os princípios orientadores, baseados nos argumentos de direito à educação e à cultura e o imperativo de promover línguas maternas.

Argumentam-se nesse documento como vantagens da educação em língua materna: primeiro, consolida-se a identidade cultural; segundo, a maior facilidade de comunicação; terceiro, o maior alcance pela educação; e quarto, facilita o aprendizado de uma segunda, terceira ou demais línguas.

Assim, para uma comunidade tradicional, a língua materna seria a primeira língua da instrução (L1), seguido por tétum (L2) e seguido por português (L3) – ainda seguido por inglês (L4) e por indonésio (L5). A primeira língua de instrução serve-se, como um meio transitório, para as prioridades que são tétum e português. Já o inglês é adicional, mas torna-se importante depois do 3º Ciclo do Ensino Básico. Enquanto o indonésio, também adicional, será considerado a partir do Ensino Médio. Promove-se, efetivamente, um multilinguismo como política linguística na educação.

3.3.3. Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do V Governo

Em linhas gerais, o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 incorpora a Política Multilíngue:

Com vista a melhorar o acesso à educação e criar bases sólidas em termos de literacia e numeracia em português e tétum, os idiomas locais serão usados como idiomas de ensino e aprendizagem, no primeiro ciclo do ensino básico, proporcionando uma transição suave para a aquisição das línguas oficiais de Timor-Leste, de acordo com as recomendações da ‘Política de Ensino Multilíngue baseada nas Línguas Maternas para Timor-Leste. (RDTL, 2011:16).

E, como consequência da absorção das agendas do Plano Estratégico no Programa do V Governo, este último documento também veio a adotar o multilinguismo:

Ao longo dos próximos 5 anos, o Governo procurará garantir:

[...]

Introdução das recomendações da “Política de Ensino Multilíngue baseada nas Línguas Maternas de Timor-Leste”, para a aquisição de competências mínimas de literacia e

⁹⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Multilíngue Baseada Na Língua Materna Política Nacional. 2011. <http://www.scribd.com/doc/49147895/EDUCACAO%20MULTILINGUE%20BASEADA%20NA%20LINGUA%20MATERNA-%20POLITICA%20NACIONAL>

numeracia, nos casos em que a língua constitui uma barreira à aprendizagem e ao sucesso escolar, de forma a desenvolver a participação mais activa dos alunos e enquanto transição sistemática para a aprendizagem das línguas oficiais. [...] ¹⁰⁰

Paralelamente, há uma significativa diminuição de menções à CPLP, em comparação com o programa anterior.

3.4. Reflexões: do bilinguismo para multilinguismo

Como relatamos nos documentos analisados acima, houve, nos cinco anos do IV Governo, uma mudança significativa de política linguística. Vimos a diversidade linguística de Timor-Leste, as razões políticas e utilitárias para a escolha da língua portuguesa como uma das línguas oficiais. Na Constituição, afirmava-se como línguas oficiais o tétum e o português, a valorização e desenvolvimento de outras línguas, e o “laços privilegiados com os países de língua oficial portuguesa.” ¹⁰¹ No Programa do IV Governo oficial, os preceitos constitucionais são aplicados no reforço do laço com a CPLP e a promoção do bilinguismo tétum-português.

Já na Política Multilíngue de 2011, enfatizando a educação na língua materna, a língua portuguesa é tido como L3 – terceira língua de instrução – e promove-se a educação multilíngue. O Plano Estratégico do mesmo ano assumiu as sugestões da Política e o Programa do V Governo, sob a liderança do mesmo Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, incorpora esses documentos nas agendas políticas para sua gestão entre 2012 a 2017.

Já em 2008, o Ministério da Educação realizou, em parceria com a UNICEF, UNESCO e CARE International, a Conferência Internacional sobre Educação Bilíngue em Timor-Leste sob o título “Ajudar as Crianças a aprender”, questionando a eficácia do ensino bilíngue, apresentando as vantagens do ensino multilíngue como uma sugestão política. ¹⁰² A partir de 2008, Kirsty Gusmão, presidente da Comissão Nacional da UNESCO, Embaixadora da Educação da Boa Vontade em Timor-Leste, presidente da Comissão Nacional da Educação e esposa do primeiro-ministro, veio advogando extensivamente pela educação multilíngue. ¹⁰³

¹⁰⁰ RDTL. Programa do V Governo Constitucional (2012-1027). 2012. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=7569>

¹⁰¹ Artigo 8, parágrafo segundo da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

¹⁰² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ajudar as Crianças a Aprender: Uma Conferência Internacional sobre Educação Bilíngue em Timor-Leste. Volume Um. 2008. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/35244926/Conferencia-sobre-Educacao-Bilingue-Abril-2008>

¹⁰³ Observações obtidas a partir do blog institucional de GUSMÃO, Kirsty. Embaixadora da Boa Vontade para os Assuntos da Educação. N.d. Disponível em: <http://embaixadoraedukasaun.blogspot.com.br/>

Observamos, portanto, uma mudança da política linguística de bilinguismo para multilinguismo, que talvez venha a ensejar alteração parcial do conteúdo da identidade nacional – da lusofonia para a diversidade linguística tradicional. Da passagem

[...] Línguas maternas são o ninho da história, guardando e preservando a memória coletiva de uma nação desde o tempo dos nossos ancestrais [...]¹⁰⁴

Avaliamos que o multilinguismo também traz um alargamento histórico da identidade nacional. Conforme visto no capítulo anterior, a história e a memória coletiva, como parte da identidade nacional, eram afirmadas concentradamente nas lutas de resistência durante a ocupação indonésia, entre 1975 a 1999 – incluindo, às vezes, o período colonial português.

Já afirmando a tradição das línguas e culturas locais, a identidade nacional passa a abranger, a nosso ver, a história tradicional de Timor-Leste nas raízes etnológicas e linguísticas, estendendo o conteúdo temporal da identidade nacional a tempos remotos. Dessa forma, são diluídas a presença e a importância da colonização portuguesa e da memória da resistência na identidade nacional. Paralelamente, seria também uma difusão da identidade nacional, dos poucos indivíduos lusófonos para a população em geral, nativas nas línguas indígenas.¹⁰⁵ Contudo, esta avaliação é apenas uma observação baseada na mudança de foco da política linguística, sem pretensão de prever uma tendência holística.

Além disso, essa mudança de foco da política linguística e a consequente sugestão da mudança da identidade nacional também é um projeto político – envolvendo a elite e os doadores internacionais. Por um lado, a CPLP, especialmente a Cooperação Portuguesa, vem apoiando com recursos financeiro e pessoal o ensino de português em Timor-Leste – como vimos no Programa do IV Governo; por outro lado, a promoção da política multilíngue foi apoiada pela UNESCO e por especialistas australianos. O apoio se verifica na organização e participação da Conferência Ajudar as Crianças a Aprender, de 2008, e a Conferência Várias Línguas, Um só Povo, de 2011.

¹⁰⁴ FIRST CONFERENCE ON THE NATIONAL LANGUAGES OF TIMOR-LESTE;. Report on the First Conference on the National Languages of Timor-Leste. 2011. Pág. 36. Tradução nossa. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/59602853/National-Languages-of-Timor-Leste-Conference-2010-Report> (inglês)

¹⁰⁵ Como nota Taylor Leech, professora australianiana da Griffith University e Agustinho Caet, assessor do Ministério da Educação, “[...] ao reconhecer o direito da criança em aprender na sua língua nativa – usada em casa ou na sua comunidade de aprendizagem – os professores podem promover a inclusão social, infundir entre seus estudantes o orgulho das identidades etnolinguísticas, e construir um senso forte de identidade nacional – a qual valoriza as línguas e culturas de todos os cidadãos (tradução nossa). LEECH & CAET. Mother tongue-based multilingual education: A new direction for Timor-Leste. 2011. Disponível em: <http://easttimorlinguistics.blogspot.com.br/2011/09/o-futuro-do-portugues-em-timor-leste-5.html>

Em Timor-Leste, a mudança não aconteceu sem polêmica. A Política Multilíngue recebeu fortes contestações entre políticos e na mídia. Seguindo a publicação da Política Multilíngue, *Portuguese News Network* publicou uma notícia intitulada “Timor-Leste: Reforma no ensino básico pretende abolir língua portuguesa”.¹⁰⁶ Na reportagem, afirma-se que o casal Gusmão, patrocinadores da Política, poderiam causar uma crise política que abalasse a coalisão Aliança da Maioria Parlamentar que sustentara o primeiro-ministro.¹⁰⁷ Comenta-se que

tal estratégia para a educação é apontada por «muitas vozes» como potenciadora da fragmentação linguística de Timor-Leste e como uma cedência ao lobby anglo-saxónico.

[...]

Esta medida pode pôr em causa o envio de mais de uma centena de professores de português, que nos últimos anos têm vindo a assegurar o ensino da língua aos professores leste-timorenses do primeiro ciclo. Esta vertente da cooperação tem absorvido grande parte do esforço orçamental que Portugal reserva para Timor-Leste, principal destinatário da cooperação portuguesa no seio da CPLP.

O Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP) detalha o desentendimento político:

o Parlamento leste-timorense recomendou ao governo, ao aprovar uma resolução, a consolidação do ensino da língua portuguesa e do tétum no sistema escolar do país. O deputado da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) Estanislau¹⁰⁸ da Silva declarou à Agência Lusa que a consolidação das línguas oficiais necessita do compromisso e do investimento do Estado.¹⁰⁹

O secretário-geral da FRETILIN e ex-primeiro-ministro, Mari Alkatiri, em meio às informações sobre a participação de organismos e especialistas estrangeiros no projeto, também se posicionou contra a reforma: “este projecto está a ser implementado por pessoas estrangeiras. Se a FRETILIN voltar a Governar, irá pôr fim ao actual plano de desenvolvimento da língua materna”, afirmou Alkatiri. Além disso, o ex-primeiro-ministro observou uma possível ameaça do mundo anglófono em projetos que descartam o ensino do português e do tétum nos primeiros anos escolares: “em vários sítios optaram pela língua inglesa. Esta decisão levou-os a perder as suas línguas nacionais. O inglês é dominador, tal como o bahasa indonésio”, afirmou.¹¹⁰

OPLOP também nota que os críticos

¹⁰⁶ JORNAL DIGITAL. Timor-Leste: Reforma no ensino básico pretende abolir língua portuguesa. 9 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=27457>

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Estanislau da Silva foi ex-primeiro-ministro de Timor-Leste, do III Governo Constitucional.

¹⁰⁹ OPLOP. Novo plano educacional baseado nas línguas maternas causa polêmica em Timor-Leste. 29 de agosto de 2011. Disponível em: http://www.oplop.uff.br/boletim/302/novo-plano-educacional-baseado-nas-linguas-maternas-causa-polemica-em-timor-leste#_ftn1

¹¹⁰ Idem.

preocupam-se com o processo em curso da formação da identidade nacional em Timor-Leste, onde a fragmentação lingüística poderia dificultar a inserção do português nas camadas mais populares;¹¹¹

e atacaram a Kirsty Gusmão, acusando-a como promotora australiana e lobista anglófona,

de que estaria promovendo um enfraquecimento da língua portuguesa para facilitar a entrada do inglês, desejo antigo do governo australiano.

Contudo, parece que o governo leste-timorense, ou a elite governante, está decidido a seguir com o multilinguismo – o ensino baseado na língua materna. Em 2012, presidente leste-timorense Taur Matan Ruak sugeriu que a língua portuguesa seja ensinada como língua estrangeira:

Permitam-me que faça um reparo crítico mas com genuíno espírito construtivo. O ensino do português em Timor-Leste tem de ser faseado. Nesta fase e, para que dentro de uma década o panorama lingüístico esteja alterado, o ensino de português deve assumir características de língua estrangeira;¹¹²

mas que não ameaçaria seu status oficial:

Apenas se deseja mudar a metodologia do ensino, para que as crianças continuem a aprender em português mas de acordo com a realidade local e não de acordo com a realidade de Portugal.¹¹³

O facto de termos feito essa opção para os nossos filhos revela claramente qual a posição que assumo em relação à língua portuguesa, como língua oficial, constitucionalmente consagrada em Timor-Leste.¹¹⁴

[...] identidade nacional, que entre outros, tem por pilares o catolicismo e a língua portuguesa.¹¹⁵

E mais recentemente, as autoridades do V Governo Constitucional, lideradas por Xanana Gusmão, comemoraram o Dia Internacional da Língua Materna, em Dili, no dia 21 de fevereiro de 2013, na ocasião, Ministro da Educação afirmou que:

como país independente, temos a obrigação de promover os valores patrimoniais e culturais. Não podemos, na nossa política para a defesa e protecção dos valores culturais, esquecer que a língua materna faz parte da nossa identidade.

¹¹¹ Idem.

¹¹² PUBLICO. Presidente leste-timorense quer mudar metodologia do ensino do português. 21 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/taur-matan-ruak-propoeem-que-portugues-seja-ensinado-como-lingua-estrangeira-1546984#/0>

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

No próximo capítulo, veremos, com mais detalhe, os projetos e políticas em termos de cultura e língua dos parceiros de desenvolvimento, destacando novamente a divergência, e inserindo suas narrativas como variáveis explicativas dos conflitos em torno da definição da identidade nacional leste-timorense.

CAPÍTULO IV – IDENTIDADE NACIONAL DE TIMOR-LESTE EM TERMOS CULTURAL E LINGUÍSTICO PARA OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

Como notou Silva (2012), os parceiros de desenvolvimento disputam nichos especializados de atuação de acordo com suas preferências. Nos projetos linguísticos, por exemplo, há uma clivagem nítida em termos de financiamento entre parceiros como Portugal e Brasil, pela promoção da língua portuguesa; e parceiros como Austrália e Estados Unidos, pela promoção da língua inglesa; e parceiros como UNESCO, pelo desenvolvimento de tétum e das línguas maternas.

Os projetos linguísticos e culturais, computados nos Orçamentos do governo leste-timorense, são, em sua grande maioria, acordados com os doadores e contam com o orçamento da assistência externa dos doadores.¹¹⁶ O Ministério de Turismo, em 2013, possui um orçamento estatal de cerca de seis milhões de dólares – um dos menores entre os ministérios – o que explica, parcialmente, a dependência dos patrocínios e apoios privados e estrangeiros aos eventos turísticos promovidos pelo Ministério.

Iremos descrever, primeiro, o quadro dos discursos e projetos dos parceiros em relação à língua nos últimos anos, nas Reuniões dos Parceiros de Desenvolvimento e nos Orçamentos Gerais do Estado. Em um segundo momento, passaremos aos documentos dos parceiros em si, analisando o perfil de assistência provido pelos principais parceiros aos projetos de língua e cultura. Esperamos demonstrar uma correlação entre as narrativas desses atores e o processo de definição da identidade nacional de Timor-Leste, em termos de cultura e língua.

4.1. Projetos Linguísticos da Cooperação Internacional

As Reuniões entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento, ou Reunião dos Doadores, são, de acordo com o Ministério das Finanças, “uma oportunidade para:

- refletir sobre os anteriores sucessos e desafios de desenvolvimento, e

¹¹⁶ Observações obtidas na análise dos Orçamentos Gerais do Estado de 2009 para 2013, especialmente os Livros “Development Partners” e no Portal AidTransparency, sob o menu Disbursement by Ministry, que especifica os destinos institucionais e por projeto dos recursos doados. Os Orçamentos são disponíveis no Portal do Ministério das Finanças,

- considerar formas de reforçar e alinhar as iniciativas de desenvolvimento futuro de Timor-Leste.¹¹⁷

Conforme visto no Capítulo I, as Reuniões foram retratadas pela antropóloga Kelly da Silva (2012) como rituais que celebram o “regime de dádiva.” Identificando-nos com esta visão, as Reuniões são um espaço privilegiado nos quais os parceiros expõem suas visões, contribuições e futuros projetos políticos a outros parceiros e à elite leste-timorense.

Na Reunião de 2010, por exemplo,¹¹⁸ segundo os documentos arquivados pelo Ministério de Finanças de Timor-Leste, apenas quatro países proferiram discursos em português.¹¹⁹ Entre Cuba, China, Brasil e Portugal, Brasil e Portugal afirmaram suas políticas na promoção da língua portuguesa. O embaixador brasileiro Edson Marinho Duarte, por exemplo, ressaltou a importância da língua portuguesa como “ pilar da identidade”, como ilustramos nos trechos abaixo:

Queremos também assinalar a importância da herança lusófona de Timor-Leste, principal elo do Brasil com este país-irmão na Ásia, pelo qual o Povo e o Governo brasileiros nutrem profundo sentimento de solidariedade.¹²⁰

No campo da educação, a prioridade absoluta radica na consolidação da lusofonia, por sua condição de pilar da identidade leste-timorense.¹²¹

O Brasil e o povo brasileiro são solidários com o esforço de construção do mais jovem membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.¹²²

Já no discurso de Portugal, reafirma-se a importância identitária da língua e ressalta-se o volume de contribuição e o compromisso português com a promoção da língua portuguesa:

A contribuição que Portugal tem prestado [...] contabiliza já cerca de 467 milhões de euros [...] visando promover não só a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população leste-timorense, como também o aprofundamento da identidade do povo leste-timorense através da língua e cultura do país. [...] com especial destaque para a Consolidação da Língua Portuguesa.¹²³

¹¹⁷ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Reuniões entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento. N.d. Disponível em: <http://www.mof.gov.tl/aid-effectiveness/development-partners-meetings/?lang=pt>

¹¹⁸ Não localizamos documentos dos anos anteriores.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Embaixador do Brasil em Díli. Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro. Discurso do Chefe da Delegação do Brasil à Reunião de Parceiros do Desenvolvimento de Timor-Leste. 2010. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-Brazil_pt.pdf

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ EMBAIXADOR DE PORTUGAL EM DILI. Reunião de Parceiros para o Desenvolvimento de Timor-Leste 2010. Discurso de Portugal 7 de abril de 2010. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-Portugal_pt.pdf.

Na Reunião de 2011, o Brasil defendeu a importância da educação bilíngue – tétum e português – nas escolas. Em 2012, Brasil e Portugal enfatizaram novamente seus projetos na promoção da língua portuguesa e Cuba afirmou o sucesso da aplicação da metodologia de alfabetização cubana “Sim Eu Posso” a mais de 180 mil professores; Austrália e Estados Unidos, por sua vez, citaram seus projetos de cursos e treinamentos em inglês; enquanto a UNESCO e UNICEF enfatizaram a promoção de tétum e da diversidade linguística.

Já na Reunião de 2012, diversas agências internacionais parceiras lembraram, nos seus relatórios submetidos ao governo, as dificuldades e barreiras linguísticas que a cooperação internacional encontrou em campo.¹²⁴ Banco Mundial, por exemplo, afirma ter encontrado barreiras linguísticas no nível distrital, tendo sido necessário contratar consultores que falassem bahasa indonésia; similarmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirmou que o requisito linguístico limitou a atuação dos consultores internacionais em campo, precisando sempre de intérpretes; a Organização Mundial de Saúde, por sua vez também reclamou da limitação orçamentária para traduzir todos os documentos e manuais profissionais a três ou quatro línguas.

Os Orçamentos Gerais do Estado, como instrumento paralelo às reuniões de doadores, registram detalhadamente os “financiamentos comprometidos dos parceiros de desenvolvimentos de Timor-Leste.” Tipicamente, as atividades desenvolvidas entre o Governo de Timor-Leste com os parceiros são chamadas de “recursos combinados” – nos quais os doadores se comprometem a financiar parte ou a totalidade de certos projetos.

Nos Orçamentos entre 2009 a 2013,¹²⁵ os discursos dos parceiros encontram respaldos. Segundo o Ministério das Finanças, por exemplo, a brasileira CAPES¹²⁶ financiou, entre 2008 e 2010, o Projeto de Qualificação de Professores, desembolsando ao projeto aproximadamente 2 milhões de dólares; e Portugal financiou, entre 2009 a 2012, cerca de 32 milhões de dólares para o projeto Consolidação do Português como Língua Oficial.¹²⁷ Além do projeto Consolidação, a cooperação portuguesa financiou projetos linguísticos de apoio a escolas, feiras do livro, bolsas de estudo, entre outros.

¹²⁴ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Handover Reports. 2012. Disponível em: <http://www.aidtransparency.gov.tl/contentrepositorio/publicDocTabManager.do?action=publicShow>

¹²⁵ A relação detalhada dos recursos combinados foi disponibilizada no Orçamento Geral do Estado a partir de 2009.

¹²⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹²⁷ Os valores são aproximações nossas a partir do cálculo baseado nos documentos de Orçamentos disponíveis. Vale ressaltar que o recurso total combinado ao Projeto é de 82 milhões de dólares.

A Austrália, por sua vez, vem financiando projetos anglófonos. Investiu, por exemplo, 1 milhão de dólares para o projeto *English Language Training Center* e cerca de 3 milhões de dólares para projetos como capacitação em língua inglesa, bolsas de estudo, elaboração de materiais didáticos e apoios em geral à política de ensino multilíngue baseada na língua materna em três distritos leste-timorenses.¹²⁸

Ademais, os Estados Unidos financiaram projetos de natureza similar, como bolsas de estudo, cursos de capacitação em língua inglesa e escolas de língua. Em 2011, por exemplo, desembolsaram 560 mil dólares para bolsas de estudo da língua inglesa – por intermédio das escolas *Lorosae English Language Institute* e *East West Center*.¹²⁹ Nova Zelândia, similarmente, ofereceu 363 mil dólares em 2013 para a capacitação em língua inglesa dos oficiais do Ministério de Negócios Estrangeiros e de Cooperação de Timor-Leste.¹³⁰

Vale mencionar que os projetos de recursos combinados podem ser apoiados por um doador ou por um grupo de doadores. Por exemplo, o projeto Construção da Capacidade no Planejamento e Gestão de Finanças, implementado pelo Ministério das Finanças, é apoiado por AusAID, Irish AID, NZ Aid,¹³¹ Ministério de Negócios Estrangeiros e de Cooperação de Timor-Leste, Noruega e Banco Mundial. Além disso, apesar da maioria dos projetos serem implementados pelas entidades públicas leste-timorenses, é recorrente a implementação conjunta do governo leste-timorense com agências de cooperação, agências da PNU ou mesmo ONGs, ao exemplo do projeto Apoio Bilateral da AusAID para a Educação, de 2013, financiado pela AusAID e implementado ONG leste-timorense Alola Foundation de Kirsty Gusmão e empresa australiana GRM International.

Dessa forma, observamos que os doadores possuem o governo leste-timorense como parceiros preferenciais. Observamos nos Orçamentos Gerais do Estado dos últimos anos, que a Austrália, por exemplo, participa frequentemente de forma conjunta nos projetos financiados ou implementados pela Irlanda, Nova Zelândia, Estados Unidos, Banco Mundial,

¹²⁸ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Democratic Republic of Timor-Leste Budget Book No.5 Official Development Assistance (ODA) to Timor-Leste Fiscal Year 2013. 2013. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/Book_5_FINAL_2Printer_3Dec12.pdf

¹²⁹ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. State Budget 2012. Development Partners Book 5. 2012. Disponível em: <http://www.laohamutuk.org/econ/OGE12/Book5finalEn.pdf>

¹³⁰ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Democratic Republic of Timor-Leste Budget Book No.5 Official Development Assistance (ODA) to Timor-Leste Fiscal Year 2013. 2013. Disponível em: http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/Book_5_FINAL_2Printer_3Dec12.pdf

¹³¹ Assistência Internacional para Desenvolvimento da Nova Zelândia.

e as agências do sistema ONU, como PNUD, UNESCO, Organização Internacional do Trabalho, etc. – formando um visível grupo de doadores anglófonos.

Já Portugal e Brasil, exceto por alguns projetos de grande porte que envolvem os doadores de uma forma geral, conduzem a maioria dos projetos de forma bilateral, entre suas agências de cooperação, IPAD e ABC,¹³² respectivamente, e as entidades públicas de Timor-Leste. Os projetos da língua portuguesa são quase exclusividade do grupo Portugal e Brasil; enquanto os projetos para a língua inglesa, bem como os projetos pela educação multilíngue, são quase exclusividade do grupo anglófono. Vimos, portanto, uma preferência dos doadores entre políticas linguísticas diferentes, baseado nas diferentes afirmações da identidade nacional leste-timorense.

4.2. Projetos Culturais da Cooperação Internacional

Similarmente, notamos que os projetos culturais também refletem as preferências dos doadores. Com base nos Orçamentos Gerais do Estado e no Portal AidTransparency, iremos analisar os projetos culturais financiados pelos doadores. Alguns projetos são financiados totalmente pelos doadores, como pelos Fundos do Embaixador dos Estados Unidos; enquanto outros, como os projetos da UNESCO, são de recursos combinados. Já em termos de implementação, a maioria dos projetos culturais são destinados ao Ministério do Turismo, que abriga a Secretaria do Estado para Arte e Cultura.^{133,134}

Listo aqui, como exemplos, os Fundos do Embaixador para Programas de Pequenos Subsídios e para Preservação Cultural – da USAID; o Fortalecimento da Construção de Capacidade para a Promoção e Implementação do Patrimônio Cultural Intangível em Timor-Leste, e a Promoção dos Sistemas de Conhecimento Locais e Indígenas e dos Estados em Desenvolvimento de Pequenas Ilhas – da UNESCO; e a Promoção do Patrimônio Cultural Intangível das Áreas Protegidas em Timor-Leste – da Cooperação Espanhola.

Nos projetos da UNESCO, o Fortalecimento visa a melhorar a capacidade das agências governamentais para construir um quadro sustentável para proteção do patrimônio intangível, para a implementação da Convenção da UNESCO em 2003 sobre o Patrimônio

¹³² Agência Brasileira de Cooperação

¹³³ RDTL. Aid Transparency Portal

¹³⁴ O portal Aid Transparency registra apenas a orgânica do governo atual. A Secretaria do Estado para Arte e Cultura passou a se integrar ao Ministério do Turismo em 2012, trazendo, para o efeito da estatística, seus projetos de cooperação para o Ministério do Turismo.

Cultural Intangível¹³⁵; e a Promoção promoverá atividades de pesquisa sobre conhecimentos local e indígena em Timor Leste para a elaboração de materiais didáticos. Este último projeto já foi concluído, com o orçamento de 20 mil dólares, enquanto o primeiro, de longo prazo, prevê uma despesa de 277 mil dólares.

O projeto espanhol, “Cultura e Meio-Ambiente: Aprimoramento do patrimônio cultural intangível em espaços protegidos de Timor-Leste”, conta com 90 mil dólares da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.¹³⁶ Em parceria com a UNESCO, Universidade Nacional de Timor-Leste, ONG Cives Mundi e Universidade Autônoma de Madrid, o projeto financia um estudo sobre o patrimônio cultural intangível no Parque Nacional Nino Konis Santana no distrito de Lautem.¹³⁷

O projeto ressalta que os beneficiários serão “as 15.000 pessoas dos seis sucos (Tutuala, Mehara, Bauro, Com, Mopitine y Lore I) que se encontram no parque nacional”. O recurso é basicamente para financiar a pesquisa de um especialista internacional, durante 18 meses, nas comunidades do parque. Esperam-se resultados textual, gráfico e audiovisual que registrem “as crenças, línguas, lendas, práticas e conhecimentos do meio-ambiente” das comunidades no parque, para servir de material informativo e de base para elaboração de políticas de desenvolvimento do governo leste-timorense – que pretende transformar o parque nacional em uma reserva de biosfera no futuro.¹³⁸

O Fundo do Embaixador para Programas de Pequenos Subsídios dos Estados Unidos destinou 293 mil dólares para Timor-Leste, tendo sido a metade para a Presidência e a outra metade para o Ministério de Turismo/Secretaria do Estado para Arte e Cultura. Escolas, ONGs, organizações baseadas em comunidades, mídias independentes e demais atores da Sociedade Civil podem submeter projetos para o financiamento do Fundo. Já o Fundo do Embaixador para Preservação Cultural visa basicamente à restauração das casas sagradas (Uma Luliks) nos distritos de Ainaro, Bobonaro, Oecusse e Lautem.

O projeto de restauração de casas sagradas da USAID teve um orçamento de US\$ 48.000 dólares pelo Fundo do Embaixador para Preservação Cultural. Segundo a

¹³⁵ RDTL. Projects by Beneficiary Ministry: Ministry of Tourism – Secretary of State for Art and Culture. **Aid Transparency Portal**. N.d. <http://www.aidtransparency.gov.tl/reportsPublicView.do>

¹³⁶ Civesmundi. **CULTURA Y MEDIOAMBIENTE. Puesta en valor del patrimonio cultural inmaterial en espacios protegidos de Timor Oriental**. 2011. Disponível em: <http://www.civesmundi.es/esp/proyectos.php?idproyecto=123>.

¹³⁷ RDTL. Projects by Beneficiary Ministry: Ministry of Tourism – Secretary of State for Art and Culture. **Aid Transparency Portal**. 2013. <http://www.aidtransparency.gov.tl/reportsPublicView.do>

¹³⁸ AECID Timor-Leste. **Poniendo em valor el patrimonio cultural**. Disponível em: http://aecidtimorleste.org/index.php?option=com_content&view=article&id=35

Embaixada, o projeto se baseia no respeito pelas raízes da identidade cultural e nacional leste-timorense.¹³⁹ Segundo a descrição do projeto,

“Uma Lulik ou casas sagradas são as instituições centrais na vida leste-timorense tradicional. Todos os importantes rituais e cerimônias comunais (incluindo nascimentos, casamentos, funerais e matrimônios) são celebrados nessas casas. Muitas casas sagradas foram danificadas ou destruídas. Com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos, a Secretaria de Cultura propõe assistir a restauração de uma lulik...”

Nos anos de 2009 e 2010, quatro Uma Lulik nos distritos de Ainaro, Bobonaro, Oecusse e Lautem foram reconstruídas. Nas visitas prévias e inaugurações, o Embaixador é sempre acompanhado pelo Secretário de Cultura e líderes locais, recebido pelos aldeões com cerimônias e danças tradicionais, contando também com cobertura das mídias leste-timorenses como a Timor-Leste Television Network e rádios locais.^{140,141}

4.3. Atores Centrais: Portugal, Austrália e as Nações Unidas.

Como exposto nos capítulos anteriores, vimos os conflitos existentes na definição e na evolução da identidade nacional leste-timorense, tal como manejada pelo Estado em relação ao seu conteúdo em termos da cultura e língua. Os debates e projetos nos documentos oficiais dos governos leste-timorenses, IV e V principalmente, indicam que a cooperação internacional – ou os parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste – exercem grande influência na definição das políticas públicas em Timor-Leste, pelas assistências financeira e técnica prestadas.

Conforme se observa nos documentos oficiais e igualmente se pode apoiar nas observações em campo realizadas pela antropóloga Silva (2012: 75), o prestígio do doador é proporcional ao volume da assistência. O volume da assistência, além de implicar na obrigação de retribuição, determina diretamente o financiamento dos projetos de política pública – traduzindo o poder dos doadores na influência real. Pelos projetos linguísticos e culturais citados acima, os doadores se inclinam de acordo com sua preferência para financiar projetos que indicam diferentes conteúdos da identidade nacional leste-timorense.

¹³⁹ EMBASSY OF THE UNITED STATES: DILI, TIMOR-LESTE. **Sacred House Inaugurated in Hatobuilico**. 23 de abril de 2010. Disponível em: <http://timor-leste.usembassy.gov/news-events/press-releases-2010/sacred-house-inaugurated-in-hatobuilico-april-23-2010.html>

¹⁴⁰ EMBASSY OF THE UNITED STATES: DILI, TIMOR-LESTE. **Ambassador Promotes Cultural Preservation in Timor-Leste**. 13 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://timor-leste.usembassy.gov/news-events/press-releases-2009/ambassador-promotes-cultural-preservation-in-timor-leste-february-13-2009.html>

¹⁴¹ EMBASSY OF THE UNITED STATES: DILI, TIMOR-LESTE. **Ambassador Visits Baucau and Lautem, Highlights Economic and Cultural Programs**. 22 de setembro de 2008. http://timor-leste.usembassy.gov/pr_09222008.html

Em termos de assistência financeira de presença entre projetos culturais e linguísticos, julgamos que os maiores atores internacionais na definição da identidade nacional leste-timorense, em termos cultural e linguístico, são Portugal, Austrália e as Nações Unidas, pela quantidade de atividades existentes ligadas a esses parceiros e pelo volume de assistência às áreas cultural e linguística – que veremos detalhadamente na seguinte seção.

Como visto no contexto histórico, esses grandes doadores também foram e são os mais envolvidos na história de Timor-Leste. Em relação aos outros doadores, não encontramos evidências, sejam discursos ou políticas, da atuação ativa de doadores como Japão, China ou União Europeia na definição da identidade nacional leste-timorense.

Avaliamos que Indonésia seria também um ator importante, porém como referência de rejeição e distinção identitária – especialmente nos momentos iniciais da independência, quando a identidade nacional leste-timorense, como observaram os autores, foi definida à base da memória da resistência contra Indonésia e na afirmação da portugalidade como uma identidade diferencial à Indonésia.

Analisaremos, a seguir, o modo pelos quais certos conteúdos da identidade timorense têm sido consolidados e negociados a partir da ação dos doadores.

4.4. Portugal e CPLP

Em primeiro lugar, é recorrente no discurso de Portugal a autoafirmação do país como herói de Timor-Leste, destacando o esforço diplomático português no processo da independência leste-timorense, e o passado colonial que liga linguística e culturalmente o novo país a sua antiga metrópole.

No colóquio “O Serviço Diplomático Português do 25 de Abril à Actualidade e Perspectivas de Futuro” realizado na Assembleia da República Portuguesa em 2008, políticos e diplomatas portugueses afirmaram a independência de Timor-Leste como um sucesso da diplomacia portuguesa.¹⁴² Portugal “soube pôr o problema [de Timor-Leste] nas Nações Unidas e mantê-lo todos os anos na sua agenda” e a independência de Timor-Leste “só podia

¹⁴² SAPO. Diplomacia: Intervenção de Portugal na independência de Timor-Leste projectou imagem do país - Ana Gomes. 14 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/diplomacia-intervencao-de-portugal-na-independencia-de-timor-leste-projectou-imagem-do-pais-ana-gomes=f241679#ixzz2WmOIyOvm>

ter sido desempenhad[a] por uma diplomacia como a portuguesa, com séculos de experiência e grande grau de patriotismo.”¹⁴³

E mais recentemente, a portuguesa Sónia Neto¹⁴⁴ publicou um livro intitulado "Por Timor -- Memórias de Dez Anos de Independência," no qual se narram episódios históricos para reforçar a ideia do heroísmo português. Por exemplo, na passagem da memória de Cavaco Silva, ex-presidente português, lembra-se do “lobby” português no Conselho Europeu, 20 anos atrás, pela independência de Timor-Leste:

Lembro-me bem, a esse propósito, que num Conselho Europeu em que participei como primeiro-ministro, um colega me interpelou dizendo que 'já estava farto de ouvir falar de Timor-Leste'. Reagi lamentando tal afirmação e, para que não ficassem dúvidas, acrescentei que, quanto a mim, 'não só não estava farto como nunca me fartaria de falar de Timor, enquanto a questão não estivesse resolvida'.¹⁴⁵

O livro foi promovido pelos governos de Portugal e de Timor-Leste, nos eventos de Aniversário de 10 anos da Independência de Timor-Leste, celebrado por Durão Barroso, no Parlamento Europeu,¹⁴⁶ e pela elite leste-timorense e portuguesa, na exposição “Timor no Mundo”, no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste.¹⁴⁷

Esses discursos encontram respaldos oficiais nas políticas de cooperação. Na Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Timor-Leste (2007-2010), documento chave do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) em Timor-Leste, afirma-se que

Portugal tem sido, desde 1999, um dos principais doadores bilaterais de Timor-Leste, tendo concedido, entre 1999 e 2010, cerca de 495 milhões de euros em APD total. A prestação de ajuda humanitária assumiu particular relevância numa primeira fase (1999-2002), em que Portugal foi o principal doador [...]¹⁴⁸

De forma global, a Cooperação Portuguesa em Timor-Leste atua em áreas como Capacitação Institucional, Processos Eleitorais, Justiça, Finanças, Segurança Interna, Técnico-

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Sónia Neto foi chefe de gabinete do ex-presidente Ramos-Horta e atualmente é conselheira do português João Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

¹⁴⁵ PÁGINA GLOBAL. Livro sobre 10 anos da independência revela Alemanha "farta" de ouvir Portugal. 25 de abril de 2012. <http://paginaglobal.blogspot.com.br/2012/04/livro-sobre-10-anos-da-independencia.html>

¹⁴⁶ EUROPEAN COMMISSION. Participation of José Manuel Barroso, President of the EC, in the event on the 10th anniversary Of East Timor independence. 25 de abril de 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/avservices/services/showShotlist.do?out=PDF&lg=En&iref=I-073130-INT-1>

¹⁴⁷ SAPO.TL. Novo Presidente, visitas oficiais e eventos culturais marcam Comemorações.

16 de maio de 2012. Disponível em: <http://10anosindependencia.blogs.sapo.tl/1885.html>

¹⁴⁸ IPAD. Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Timor-Leste (2007-2010). Junho de 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>

Militar, Desenvolvimento Rural, Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Sociocomunitário e a Educação e Consolidação da Língua Portuguesa.

Contudo, afirma-se no documento do IPAD que as “mais-valias” da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste residem na língua comum. A cooperação na língua portuguesa seria sinónimo da afirmação da identidade nacional – razão pela qual a promoção da língua portuguesa é o foco da cooperação portuguesa, desde 2002, em Timor-Leste:

Portugal é um importante doador de Timor-Leste (2ºdoador bilateral), cuja relevância sobressai face às opções políticas e estratégicas de Timor-Leste relativamente a algumas questões centrais na identidade e desenvolvimento nacional (língua portuguesa como língua oficial e matriz civilista). (Idem: 70)

A atuação portuguesa entre 2007 a 2010, sem exceção,

centra-se nas infraestruturas e serviços sociais, com particular relevo para o apoio ao Governo e sociedade civil e à Educação, nomeadamente a reintrodução da língua portuguesa, no quadro da opção estratégica de Timor-Leste de adoptar o Português como uma das línguas oficiais, a par do Tétum.

Em termos do volume da assistência, o IPAD lista que os projetos linguísticos totalizaram 40 milhões de euros, correspondendo a 36% do total de 113 milhões de euros da cooperação portuguesa em Timor-Leste. Os projetos se concentram na área de educação, incluindo as 29 atividades listadas na tabela abaixo:

APD (ajuda pública ao Desenvolvimento) - Área da Educação e Consolidação da Língua Portuguesa		
Projetos	Valor em euros (€)	Ano(s) de operação
Intervenções na área da Educação e Consolidação da Língua Portuguesa	40.699.985	2007-2010
Projecto de Reintrodução/Consolidação da Língua Portuguesa	20.648.675	2007-2010
Escola Portuguesa de Díli	8.643.090	2007-2010
Apoio à Universidade Nacional de Timor-Leste	2.509.637	2007-2010
Apoio institucional à UNTL	289.712	2007-2009
Rede de Docência (Leitores)	225.070	2007-2010
Reabilitação de escolas do distrito de Baucau	170.000	2007
Reestruturação do ensino secundário	8.640	2009
Falar Português – Apoio ao Curricula do pré-secundário geral	518.201	2009-2010
Centro Cultural Português/Instituto Camões.	504.012	2007-2010
Mediateca de Díli	57.143	2009-2010
Feira do Livro Português	433.353	2007-2010
FSJ – Formar para Desenvolver 2ª Fase	65.307	2008-2009
Ensino Básico e Secundário em Timor-Leste – Programa de Cooperação para o Sector de Educação de Timor-Leste	16.086	2009
FGS – Escola Amigos de Jesus – Díli	11.236	2008
A Nossa Escola	9.927	2010
Apoio ao infantário de Maubara	1.090	2010
ONG Leigos para o Desenvolvimento – Educação, Microempresas e Promoção Social em Timor-Leste	376	2010

LPD - A educação começa pelos mais pequenos	24.550	2010
LPD – Educação, microempresas e promoção social	367	2010
Programa de organização de postos de leitura	529.050	2010
Protocolo de Cooperação - Município de Tavira e Fundação de São José / Diocese de Baucau	8.100	2010
Bolsas de Formação Profissional	4.557	2008
Bolsas de Estudo, ensino superior	974.756	2007-2010
Encargos com estudantes leste-timorenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso	5.215.000	2007-2010
Bolsas internas	22.000	2008
Apoio à edição de livro	26.802	2007
Instituições Apoiadas	72.960	2007-2008

Tabela 1. Investimentos da Cooperação Portuguesa na área de educação em Timor-Leste.

Fonte: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Essas atividades visam à promoção da língua e cultura portuguesas por meio de ensino direto, oferta de bolsas, formação de professores, capacitação de funcionários, construção dos currículos de ensino, alfabetização, ensino informal ao público geral e apoio a instituições parceiras. A Reintrodução/Consolidação da Língua Portuguesa, com orçamento de mais de 20 milhões de euros, é um dos maiores projetos da Cooperação Portuguesa¹⁴⁹, que vem assegurando “a presença de professores de Português nas escolas pré-secundárias e secundárias” desde 2000 e atualmente incluem atividades dirigidas “aos funcionários da Administração Pública, organizações internacionais, media, educação não formal e população em geral.”

Também destacamos a Feira do Livro, por ser um dos maiores eventos internacionais já celebrados em Timor-Leste (SILVA, 2012). A Feira tem como objetivo “consolidar e difundir a língua portuguesa não só naquele País, mas em todo o espaço lusófono (sic, SILVA, 2012: 110)”. Organizada pela diplomacia da CPLP – como Instituto Camões de Portugal, Instituto Português de Assistência para Desenvolvimento (IPAD), Fundação Calouste Gukbenkian de Portugal, Fundação Oriente de Macau e embaixadas de Portugal e do Brasil – a Feira conta com apresentações de danças tradicionais e de teatros, filmes, oficinas, discursos das elites locais e internacionais lusófonas, exposições, conferências e lançamentos. Grande volume de livros é arrecadado no Brasil e Portugal e enviado a Timor-Leste, como dicionários, livros sobre Timor-Leste por autores estrangeiros e materiais didáticos de/em português.

¹⁴⁹ O projeto singular de maior investimento é na área de Segurança Interna, onde o apoio a UNMIT - United Nations Integrated Mission in Timor-Leste teve o investimento de 45.633.705 euros entre 2007-2010. Porém, com a retirada da UNMIT, a Consolidação da Língua Portuguesa é atualmente o maior projeto da Cooperação Portuguesa em execução em Timor-Leste.

Em 22 de maio 2012, realizou-se a V Feira de Livro de Díli, para a celebração do aniversário da independência de Timor-Leste.¹⁵⁰ Na ocasião, estiveram presentes o presidente português Cavaco Silva e a esposa, presidente leste-timorense Taur Matan Ruak, primeiro-ministro leste-timorense Xanana Gusmão e demais autoridades locais e internacionais. O título recém-publicado “Xanana Gusmão e os primeiros anos da Independência”¹⁵¹ foi um destaque no evento.

Se em termos da língua o Estado português atua diretamente em Timor-Leste, em termos da cultura, as entidades privadas de Portugal desempenham papel importante. O Estado português apoia instituições como a Fundação Mário Soares – do ex-presidente português, que mantém um Centro de Documentação e Divulgação da Cultura de Timor.¹⁵²

O Centro, criado em 2002, detém uma coleção significativa de arquivos da resistência leste-timorense e promove atividades de cooperação com Timor-Leste. Desde 2002, O centro vem organizando exposições da história e cultura leste-timorense – dos motivos tradicionais, arquiteturas tradicionais, instrumentos musicais, cestaria e artesanato e pesca tradicional; sediou lançamento de livros da história leste-timorense; proveu assistência técnica ao Arquivo e Museu da Resistência Leste-timorense; deslocou e financiou, junto à empresa Timor Telecom, a digitalização dos arquivos históricos e jornais; e auxiliou na formação do pessoal do Arquivo & Museu da Resistência Leste-timorense.

As empresas portuguesas, especialmente a Timor Telecom, de consórcio entre a particular Portugal Telecom e o Estado leste-timorense, também se destacam no apoio a atividades culturais. Timor Telecom, por exemplo, é um dos maiores patrocinadores dos principais eventos leste-timorenses, como a Expo-Shanghai de 2010, Tour de Timor, Feira do Pôr-do-Sol, Festival Ramelau, Festival de Pesca de Com e Maratonas de Díli.¹⁵³

A atuação do setor privado também é prevista na diplomacia portuguesa. Em 2009, os dois Estados assinaram três memorandos de entendimento, cobrindo a cooperação técnica, a dupla tributação e uma linha de crédito – iniciando com um montante de 100 milhões de

¹⁵⁰ SAPO.TL. **V Feira do Livro de Díli celebra os 10 anos de Timor**. 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://10anosindependencia.blogs.sapo.tl/15063.html>

¹⁵¹ XANANA GUSMÃO. **Xanana Gusmão e os primeiros 10 anos da construção do Estado Leste-timorense**. Kay Rala. 2012. Porto: Porto Editora

¹⁵² FMS. **Exposições Temporárias Cultura e Tradição em Timor-Leste**, Centro de Documentação e Divulgação da Cultura de Timor. 28 de Junho de 2002. Disponível em: http://www.fmsoares.pt/casa_museu/expo_temp_timor_leste_apresenta.php

¹⁵³ TIMOR TELECOM. **Sustentabilidade**. 2012. Disponível em: http://www.timortelecom.tp/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=81&lang=pt

euros – para atrair empresas portuguesas a investir em Timor-Leste.¹⁵⁴ Em 2013, o Secretário de Estado Português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Francisco Almeida Leite, declarou que “novas formas de cooperação” deverão envolver as empresas portuguesas, “porque já não faz sentido esta relação doador/receptor da ajuda.”¹⁵⁵

Em resumo, nos discursos, Portugal enfatiza seu papel heroico na história de Timor-Leste e sua ligação cultural e linguística com Timor-Leste; nos projetos, a cooperação portuguesa enfatiza, entre outras áreas, a promoção da língua portuguesa. Os recursos portugueses financiaram atividades como ensino de português, formação de professores, capacitação de funcionários, elaboração de livros e celebração de eventos como a Feira do Livro. Portugal explicita a importância da língua oficial portuguesa como parte da identidade nacional – o que justifica, a nosso ver, o investimento na promoção da língua como um investimento na identidade nacional.

Portanto, observamos que a Cooperação Portuguesa é conduzida principalmente pelo IPAD. Um dos principais impactos da atual cooperação portuguesa para a formação da identidade nacional leste-timorense diz respeito à promoção da língua portuguesa. Adicionalmente, instituições e empresas privadas também têm uma participação significativa em eventos culturais. Entretanto, fora a Fundação Mário Soares, que parece aderente à estratégia oficial do Estado português, os patrocínios pela Timor Telecom aos eventos parecem seguir mais a lógica empresarial de “comprometimento social”, à lógica de mercado e marketing.

4.4.1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Observamos que atividades e eventos realizados em Timor-Leste no âmbito da CPLP podem ser vistos, em geral, como extensões da diplomacia portuguesa – às vezes com envolvimento do braço brasileiro. Apesar da amplitude geográfica dos membros de CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, a CPLP em Timor-Leste é basicamente representada por Portugal e Brasil. A CPLP começou a desenvolver atividades de cooperação com Timor-Leste após a associação deste à comunidade, em 2002.

¹⁵⁴ GPEARI. Portugal reforça a cooperação com a República Democrática de Timor-Leste e promove a participação das empresas portuguesas na economia leste-timorense. 20 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.gpeari.min-financas.pt/noticias/portugal-reforca-a-cooperacao-com-a-republica>

¹⁵⁵ AÇORIANO ORIENTAL. Governo português defende novas formas de cooperação com Timor-Leste 1 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-portugues-defende-novas-formas-de-cooperacao-com-timor-leste>

As fontes de financiamento dos projetos operantes em Timor são, na maioria, de origem luso-brasileira. Os discursos desses últimos países também invocam frequentemente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como um grupo de países, e não somente Portugal ou Brasil. Às vezes, a China, cuja cooperação cresce recentemente, alega o laço lusófono de Macau em seus discursos.

Na Declaração Constitutiva da CPLP de 1996, os “Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe” consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;
- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum (sic);
- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa. Reafirmam que a Língua Portuguesa:
- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente.¹⁵⁶

No documento Estratégia Geral da Cooperação da CPLP, adotada em Bissau em 2006, a cooperação da CPLP é referida como Cooperação Comunitária. Afirma-se que o Fundo Especial da CPLP será responsável pela “gestão financeira da cooperação comunitária”, baseada nas contribuições dos Estados-membros. O documento complementar, Cooperação na CPLP, Uma Visão Estratégica de Cooperação Pós Bissau¹⁵⁷, de 2009, especifica os objetivos para o Fundo Especial como primeiro, a difusão da língua portuguesa; segundo, “intercâmbio desportivo, educacional e cultural”; terceiro, a cooperação multisetorial e multidimensional e por último, o desenvolvimento sustentável.

¹⁵⁶ CPLP. Declaração Constitutiva. 17 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>

¹⁵⁷ CPLP. Estratégia Geral da Cooperação da CPLP 2009. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Files/cplp/Pontos_Focais/XIX_Praia_Jun09/CooperacaoCPLP_posBissau_XIXREPF_C_OC.pdf

No Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste¹⁵⁸, adotado em 2007, o objetivo global da cooperação comunitária para Timor é o de contribuir para o desenvolvimento do país por meio da promoção, difusão e utilização da língua portuguesa enquanto veículo de comunicação quotidiana e enquanto língua de trabalho e de negócios. O objetivo específico é a promoção do aumento da capacitação e reforço institucional de Timor-Leste em domínios técnicos como a justiça e a administração pública, por intermédio do alargamento da difusão da língua portuguesa. O plano pretende criar uma rádio CPLP e um jornal da CPLP, capacitar jornalistas, financiar o Fundo Bibliográfico da CPLP; na intervenção técnica, apoiar a formação jurídica e administrativa, em diversos projetos.

Ao analisar os planos indicativos do fundo especial dos últimos anos, observamos que os países receptores da assistência são basicamente PALOP e Timor-Leste, enquanto os doadores, Brasil e Portugal. Focando somente nos projetos em curso de cunho cultural que incluem Timor-Leste¹⁵⁹, citamos o projeto Estudos Lusitanistas na Biblioteca Nacional de Lisboa – com duas bolsas de pesquisador para Timor-Leste, financiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); a Biblioteca Móvel de Enfermagem em Português e o Cartilha de Leitura Escolar, financiados pelo IPAD; Curso para Aperfeiçoamento de Técnicos de Futebol, pela ABC, realizado na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília; e eventos comunitários como o Festival Multicultural da CPLP, Mostras de Cinema e Audiovisual da CPLP, Semanas Culturais, Reuniões Ministeriais, Congresso e Exposições, de financiamentos diversos.

Importante salientar que o financiamento, administrado pelo Fundo Especial, provém da disposição dos países membros – leia-se Brasil e Portugal – ou do Secretariado Executivo. Este último recebe contribuições dos Estados, ao exemplo do Orçamento da CPLP de 2013 de 2 milhões de euros aproximadamente, ao qual Brasil contribui com 36%, Portugal com 28%, Angola com 17%, Moçambique com 7%, Timor-Leste com 6%, e Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe somando o resto com 6%.¹⁶⁰

¹⁵⁸ CPLP. Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste, 2007. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=397>

¹⁵⁹ Analisados nos documentos da CPLP, Plano Indicativo de Cooperação, de 2008, 2009 e 2010, disponíveis em <http://www.cplp.org/id-939.aspx>

¹⁶⁰ CPLP. Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2013. 19 de julho de 2012. Disponível em: http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fIX_CCEG%2f19+Junho%2fCimeira%2f14-PR+Or%c3%a7amento2013_SECPLP.doc

Em resumo, os projetos da CPLP para com Timor-Leste enfocam a dimensão da lusofonia e projetos de desenvolvimento utilizando a língua portuguesa. Alega-se que existe uma identidade “comunitária”, como observamos na sua Declaração Constitutiva, à base da história e língua, que une os Estados-membros. A cooperação da CPLP em Timor-Leste é basicamente a extensão das cooperações portuguesa e brasileira, pelo financiamento dos projetos, enfatizando a língua portuguesa como conteúdo principal.

4.4.2. A Igreja Católica em Timor-Leste

A inclusão da Igreja Católica como parte da diplomacia portuguesa não é uma afirmação trivial. A Igreja é, em primeiro lugar, um ator local e tradicional; em segundo, a Igreja não é considerada oficialmente um parceiro de desenvolvimento; em terceiro, mesmo considerando a internacionalidade da Igreja Católica, as dioceses leste-timorenses estariam ligadas à Santa Sé – e não a Portugal.

Contudo, argumentamos que, primeiro, a fé católica também é uma expressão da portugalidade em Timor-Leste, pela história e pela língua; segundo, a Igreja é um parceiro preferencial das políticas de desenvolvimento da diplomacia portuguesa; terceiro, existe um laço institucionalizado entre as igrejas lusófonas, lideradas pela Igreja portuguesa.

Em uma posição de destaque entre atores não estatais, a Igreja seria talvez a instituição mais influente da sociedade leste-timorense. 96,9% dos leste-timorenses se declaram como católicos no censo de 2010¹⁶¹, além da ampla e forte identificação com os valores religiosos.¹⁶² A organização das missões católicas em Timor-Leste remete há 500 anos, quando a presença administrativa da coroa portuguesa ainda era fraca.¹⁶³

Durante a colonização portuguesa, a conversão da população local ao catolicismo atingiu o pico de 29% em 1973.¹⁶⁴ Já sob a ocupação indonésia, a obrigação imposta pela Indonésia de se aderir a um monoteísmo fez a taxa aumentar para 90%. A Igreja contribuiu para o desenvolvimento da língua tétum e promoveu amplamente o uso de português, língua litúrgica durante a ocupação. Uma pesquisa sobre *tara bandu*, publicada no livro

¹⁶¹ DNE. **Population Distribution by Administrative Areas Volume 2 (ENGLISH)**. Disponível em: http://dne.mof.gov.tl/published/2010%20and%202011%20Publications/Pub%20%20English%20web/Publication%20%20FINAL%20%20English%20Fina_Website.pdf.

¹⁶² Leach, M., ANU College of Asia and the Pacific., & State, Society and Governance in Melanesia Program. **Attitudes to national identity among tertiary students in Melanesia and Timor Leste: A comparative analysis**. State, Society and Governance in Melanesia discussion paper 2012/8. Canberra: Australian National University.

¹⁶³ FIGALDO CASTRO, Alberto. A religião em Timor-Leste a partir de uma perspectiva histórico-antropológica. 25 de setembro de 2012. Disponível em: http://academia.edu/1967086/A_religiao_em_Timor-Leste_a_partir_de_uma_perspectiva_historico-antropologica

¹⁶⁴ Idem.

“Conhecimentos Locais de Timor”, indica que a Igreja Católica possui uma maior influência que o governo leste-timorense na implementação das leis costumeiras.¹⁶⁵

Entre 1975 a 1999, a Igreja Católica foi se consolidando como um símbolo de resistência e como a fonte de hegemonia moral em Timor-Leste. Tal status foi reconhecido, por exemplo, pelo Prêmio Nobel ao arcebispo Carlos Felipe Ximenes Belo em 1996; pela constituição de 2002, como nos seguintes trechos do Preâmbulo:

Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos [...]

Assim, os Deputados da Assembleia Constituinte, legítimos representantes do Povo eleitos a 30 de Agosto de 2001 [...]

Interpretando o profundo sentimento, as aspirações e a fé em Deus do povo de Timor-Leste;

E no seu versículo terceiro do artigo 77.º (Posse e Juramento), que prescreve:

No acto de investidura o Presidente da República presta o seguinte juramento:

“Juro, por Deus, pelo Povo e por minha honra, cumprir com lealdade as funções em que sou investido, cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis e dedicar todas as minhas energias e capacidades à defesa e consolidação da independência e da unidade nacionais”.

Apesar de não ser considerada como um “doador” ou “parceiro de desenvolvimento”, a Igreja atua paralelamente aos doadores e ao governo como um facilitador e negociador das políticas de desenvolvimento.

Vários autores exploraram o papel da Igreja em Timor e sua relação com os atores sociais e governamentais.¹⁶⁶ Apoiando-nos nos autores Carey Fidalgo Castro (2012) e Silva (2007), vemos a Igreja Católica por três ângulos: primeiro, como uma instituição religiosa tradicional leste-timorense que ganhou importância na nova república – pela importância religiosa e histórica; segundo, como uma instituição portuguesa, que carrega em si valores continentais e identificação cultural lusófona – preservados desde o período da colonização; terceiro, como uma agência internacional – como um braço do Vaticano em Timor-Leste, de crença católica e dos valores religiosos universais. Pressupondo o papel negociador na

¹⁶⁵ CARVALHO, Demetrio do Amaral de e COREIA, Jose. *Tara Bandu as Traditional (Local) Ecological Knowledge*. In. CARVALHO, Demetrio do Amaral de (Ed.) **Local Knowledge of Timor Leste!** 2011. Jakarta: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002145/214540E.pdf>

¹⁶⁶ Como CAREY, Peter. *The Catholic Church, Religious Revival, and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-98*. 1999. *Indonesia and the Malay World* 27(78), 77-95; FIDALGO CASTRO, Alberto. *A religião em Timor-Leste a partir de uma perspectiva histórico-antropológica*, 2012.; SILVA, Kelly Cristiane da. *A Bíblia como constituição ou a constituição como Bíblia? Projetos para a construção do Estado-Nação em Timor-Leste*. 2007. *Horizontes Antropológicos* 13(27): 213-235.

identidade nacional leste-timorense na cultura e língua, discutiremos brevemente o segundo ângulo, deixando de lado o valor tradicional e os valores vaticanos – pela especificidade e complexidade dessas questões.

O laço lusófono da Igreja em Timor-Leste pode ser ilustrado pelo uso da língua, pelo compartilhamento cultural e pelas cooperações dos anos recentes. Em primeiro lugar, como afirma Silva, a formação de um bloco cultural católico-português iniciou-se desde o tempo da colonização, tendo a Igreja um papel consolidador da administração portuguesa – no provimento da base religiosa e educativa para a coesão política e social. A língua portuguesa era, assim, promovida na elite local e a assimilação lusófona era paralela à assimilação religiosa. Havia também uma rede de missionários circulando entre as colônias portuguesas, entre Goa, Macau e Timor-Leste (BELO, 2008). A língua tétum também foi largamente desenvolvida pelo clero da Igreja, que a incorporou com léxicos de português. Na resistência, a identidade leste-timorense luso-católica – em oposição à identidade indonésia islã-holandesa, foi ressaltada pela Igreja em Timor-Leste.

A Igreja com legado português, ou Portugal com legado católico, são argumentos frequentemente usados por esses atores em Timor-Leste. Até hoje há uma comunidade lusófona internacional do clero católico, que encontramos nas Conferências de Bispos Católicos de Países Lusófonos, organizado pela Fundação portuguesa Fé e Cooperação; e se verifica um fluxo de cooperação internacional facilitado pelas chamadas “Igrejas Lusófonas”.

Os Encontros de Bispos Católicos são fóruns particularmente importantes, pois reforçam a identidade cultural católica em Timor-Leste e manifestam solidariedade como este território lusófono desde 1996. Ilustramos alguns trechos do Comunicado do Encontro da primeira edição, em Fátima – Portugal.

Este encontro que teve como finalidade um melhor conhecimento da realidade da Igreja dos respectivos países e um esforço de coordenar e intensificar uma cooperação fraterna mais efectiva, decorreu em visível clima de oração, comunhão e corresponsabilidade eclesial, facilitado pelos laços culturais duma língua e história comuns.

[...]

Os Bispos reflectiram como não podia deixar de ser, sobre o problema de Timor Leste e os seus reflexos na vida e actividade da Igreja naquele território. Unanimemente manifestam a sua solidariedade com a Igreja de Díli e D.Ximenes Belo. Desejam que não seja tarde a solução deste problema, nas instâncias internacionais, e reconhecimento da legítima autonomia do povo Leste-timorense, assente nos respeito dos direitos humanos.

[...]

7. A terminar o Encontro, numa perspectiva de continuidade e cooperação futura, os Bispos presentes aprovaram as seguintes conclusões:

a) Que se continue com este género de Encontros, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo, a fortalecer a comunhão eclesial e a recíproca complementaridade bem como a fidelidade à identidade cultural lusófona. [...]

g) Os Bispos expressaram o seu propósito de contribuir para uma maior valorização e irradiação da Língua portuguesa e das culturas dos países lusófonos.¹⁶⁷

Em 2006, com a participação leste-timorense, o VII Encontro recomendara à Conferência Episcopal Portuguesa “que sensibilize o Governo Português para maior apoio a projetos de valorização da língua portuguesa nos países lusófonos de África e em Timor-Leste”, enfatizando o desenvolvimento de rádio, modernização das infraestruturas escolares e tecnologias de informação.¹⁶⁸ Em 2008, o VIII Encontro prevê a cooperação com a CPLP e disponibilização de “todas as igrejas lusófonas para a viabilização de um programa de promoção e valorização da língua portuguesa.”¹⁶⁹ No X Encontro, primeiro realizado em Timor-Leste, presidente da Conferência Episcopal Leste-timorense e anfitrião, Bispo Basílio do Nascimento, agradeceu a Portugal em seu discurso:

[... nós leste-timorenses, em particular a Igreja em Timor, manifestemos uma profunda gratidão a Portugal e sobretudo aos Missionários Portugueses, que trouxeram o grão de mostarda do Evangelho há quase quinhentos anos atrás e hoje, pode dizer-se, se transformou em árvore frondosa. Aos portugueses devemos 3 coisas: O conhecimento e a fé em Jesus Cristo pela proclamação do Evangelho, O Humanismo que é uma consequência da Evangelização e o Espírito de desenrasque, que não sei se é uma virtude evangélica mas que tem funcionado primorosamente em muitas situações da nossa História, se não em todas, mesmo ou sobretudo na guerra. Na pessoa do sr. D. Manuel Clemente, Vice-Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, vai um profundo agradecimento à Igreja em Portugal, que nos gerou para a fé e imprimiu um rumo ou rumos diferentes à nossa história neste contexto asiático.¹⁷⁰

O X Encontro, com a temática de prevenção de seitas e promoção de desenvolvimento, foi recebido por autoridades leste-timorenses, como presidente Taur Matan Ruak e primeiro-ministro Xanana-Gusmão, que reconheceram a importância da Igreja. O Encontro teve como objetivo aproximar os bispos lusófonos, acertar projetos de intercâmbio

¹⁶⁷ FEC. **Comunicado Final** dos Bispos- Fátima 1996 I Encontro de Bispos Delegados da Igreja Católica **dos Países Lusófonos**. 9-13 de maio de 1996. Disponível em: http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=10606&tipo_id=69

¹⁶⁸ FEC. **Comunicado Final dos Bispos - Fátima 2006**. 10-14 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=31919&tipo_id=69

¹⁶⁹ FEC. Comunicado Final VIII Encontro Igrejas Lusófonas. 24-28 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=32834&tipo_id=69

¹⁷⁰ AGÊNCIA ECCLESIA. **Saudação do presidente Conferência Episcopal Leste-timorense no encontro de bispos católicos da CPLP**. 6 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=92358>

educativo – formação dos seminaristas, cooperação religiosa – apoio a rádios católicas, para promover o desenvolvimento sustentável e evitar a proliferação de “seitas”.¹⁷¹ O Porta-voz da Conferência, padre Manuel Morujão, enfatizou que “temos uma ponte, chamada língua, que deve ter trânsito em todas as direções”.¹⁷² No Comunicado do Encontro, os bispos afirmaram que

Fomos testemunhas da fé de um povo, que passou por tempos duros de guerra e perseguição, mas que se tem mantido fiel a Jesus Cristo, contribuindo eficazmente para a identidade cultural de uma nação livre, que este ano celebra o 10.º aniversário da sua independência.¹⁷³

Nas diversas ocasiões que evocam a cooperação para o desenvolvimento de Timor-Leste, podemos lembrar da rede de agências católicas de desenvolvimento. A Igreja possui uma rede de agências de cooperação internacional para o desenvolvimento que atuam em Timor-Leste, originadas de comunidades católicas de diferentes países, como Terre Solidaire da França, Manos Unidas da Espanha, Misereor da Alemanha, Catholic Relief Service dos Estados Unidos e Caritas Internationalis.¹⁷⁴ Caritas Internationalis, por exemplo, tem suas agências nacionais de Portugal, Austrália e Nova Zelândia, que são importantes atores de desenvolvimento em Timor.

Contudo, as “Igrejas Lusófonas” e suas entidades sociais católicas se apresentam como um meio privilegiado para encaminhar recursos a Timor-Leste. Por exemplo, em 2006, a Cooperação Portuguesa – IPAD – financiou o projeto EduSaúde – Projecto de Desenvolvimento e Aquisição de Competências de Saúde em Laclubar, no distrito Manatuto – por meio da portuguesa Fundação Fé e Cooperação e Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus;¹⁷⁵ entre 2007 a 2010, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social português encaminhou mais de 6 milhões de euros para projetos do IPAD na área do “Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Sociocomunitário”, intermediados pelas congregações e entidades sociais católicas¹⁷⁶; ou em 2011, a Caritas Portuguesa afirma

¹⁷¹ AGÊNCIA ECCLESIA. **Bispos lusófonos debatem seitas e desenvolvimento**

6 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=92329>

¹⁷² Idem.

¹⁷³ FEC. **Comunicado final do X Encontro de Conferências de Bispos de Países Lusófonos – CPLP**. 6-10 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.fecong.org/noticia.asp?noticiaid=34325&tipo_id=69

¹⁷⁴ A rede internacional das agências católicas de desenvolvimento CIDSE afirma que seus membros Terre Solidaire, Manos Unidas e Misereor trabalham em Timor-Leste. CIDSE. The Following CIDSE members work in East Timor. 28 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.cidse.org/content/members/east-timor.html>

¹⁷⁵ FEC. Edusaúde. 24 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.fecong.org/projectos_timor_finalizados_noticias.asp?noticiaid=32912

¹⁷⁶ Incluindo Centro Juvenil Padre António Vieira; Fundação “O Bom Samaritano”; Congregação das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena; Fraternidade Franciscana da Divina Providência; ONG Fórum Comunicações e Juventude; Fundação São José; Congregação dos Salesianos de Dom Bosco; Congregação das Irmãs Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus; Congregação das Irmãs Canossianas de Manatuto; Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias; Congregação das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres; Caritas Diocesana de Baucau; Instituto Sekular

renovar a cooperação com Timor-Leste para “capacitação de agentes da ação social e da população em geral” no Fórum das Caritas Lusófonas¹⁷⁷.

Portanto, observamos com clareza nesta seção a importância da Igreja Católica como negociador da identidade nacional – cultural e linguística – em Timor-Leste. Como ator internacional, a Igreja tem uma aproximação com os países lusófonos, destacando Portugal.¹⁷⁸ O conteúdo da cultura nacional leste-timorense defendido pela Igreja se resume, em nossa análise, à identidade religiosa católica e à identidade cultural lusófona. A nosso ver, a identidade religiosa católica pode significar um contrabalanço para as tradições culturais locais – como o animismo e as outras práticas locais. Contudo, parece que a elite local já assumira a identidade católica como integrante histórico e religioso da identidade nacional nos discursos, seja na constituição ou na história que vimos no primeiro capítulo.

4.5. Austrália

Fora o período entre 1999 e 2002, no qual Portugal foi o maior doador, Austrália é atualmente e cumulativamente o maior parceiro de desenvolvimento de Timor-Leste. Desde 2002, o governo australiano, por intermédio da Agência Australiana para a Cooperação Internacional – AusAID, vem destinando um volume significativo de assistência para a República. A atuação da Austrália, em termos de prover conteúdo para a identidade nacional leste-timorense relacionados a cultura e língua, inclui diversos atores, nacionais e não nacionais.

A agência AusAID, seria o ator nacional e principal na cooperação com Timor-Leste; adicionalmente, o Território do Norte, região administrativa australiana que faz fronteira com Timor-Leste, também se destaca pelos projetos e ventos conduzidos. Além dos atores oficiais, empresas petrolíferas e aéreas australianas, similarmente à empresa Timor Telecom, são também patrocinadores de eventos culturais em Timor-Leste. Iremos analisar, em primeiro lugar, a cooperação australiana da AusAID, e depois disso, dos outros atores.

4.5.1. A Cooperação Australiana em Timor-Leste

No documento AID Australiano: uma Abordagem Integrada – *Australian Aid: An Integrated Approach*, o objetivo australiano na Cooperação Internacional ao Desenvolvimento

Maun Ali iha Kristu. Lista retirada de IPAD. **Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Timor-Leste (2007-2010)**. Junho de 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>

¹⁷⁷ AGÊNCIA ECCLESIA. **Timor-Leste: Caritas Portuguesa quer «capacitar agentes sociais»** 18 de março de 2011. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=84801>

¹⁷⁸ Nas Igrejas Lusófonas também se destaca a Igreja brasileira, que mantém uma cooperação religiosa com a Igreja leste-timorense, na educação civil para a prevenção da AIDS e no envio de doações dos batizados brasileiros.

é o de “promover o interesse nacional da Austrália por meio de assistência a países em desenvolvimento para reduzir a pobreza e lograr o desenvolvimento sustentável (tradução nossa).”¹⁷⁹ O objetivo “reflete tanto seus valores humanitários, quanto seus interesses econômicos e de segurança.”¹⁸⁰

A AusAID cita no documento que a Austrália é “um dos raros países da OCDE no Hemisfério Sul rodeado por países em desenvolvimento – muitos deles considerados como *Estados frágeis*.”^{181,182,183} Afirma-se explicitamente no documento a preocupação da Austrália pela estabilidade regional, particularmente dos vizinhos como Indonésia e Timor-Leste.

Segundo a AusAID, Timor-Leste é um dos países mais pobres do mundo, situando no 120º lugar dos 169 países avaliados pelo Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. A expectativa de vida é de 62 anos e 45% das crianças em Timor apresenta desnutrição global. Globalmente, 41% dos leste-timorenses vivem abaixo da linha nacional de pobreza de US\$ 0,88 por dia.¹⁸⁴ A solução cooperativa, oferecida pela Austrália, enfatiza a combate à pobreza, o fortalecimento institucional e o fomento à estabilidade.¹⁸⁵

Além do fato de Timor-Leste ser vizinho de Austrália e ser objeto de preocupação, outras razões apresentadas pela AusAID para a assistência são: primeiro, pelos laços pessoa-a-pessoa, “com muitos australianos trabalhando em Timor-Leste e muitos leste-timorenses terem vivido, trabalhado e estudado em Austrália” e segundo, pela importância única da assistência australiana, que “está fazendo a diferença” e pode “agregar valor”.¹⁸⁶

Nos primeiros anos da independência, avaliando a instabilidade do contexto de recém-independência, a AusAID financiou projetos principalmente nas áreas de assistência humanitária, segurança e infraestrutura. Já a partir de 2008, a AusAID avalia que “a jovem

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² OCDE é sigla para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, usa-se frequentemente como sinônimo de países desenvolvidos.

¹⁸³ Estados frágeis, segundo OCDE, enfrentam sérios desafios de desenvolvimento como a insegurança, governança fraca, capacidade administrativa limitada, crises humanitárias crônicas, tensões sociais persistentes, violência ou legado da guerra civil.” Ou “é um Estado com fraca capacidade de prover funções básicas de governar a população e seu território e falta capacidade ou vontade política para desenvolver relações mutualmente construtivas e reforçadoras com a sociedade.” Trechos retirados da OECD. **About the Fragile States Principles**. N.d. <http://www.oecd.org/dac/fragilestates/aboutthefragilestatesprinciples.htm>

¹⁸⁴ AusAID. Why we give aid to Timor-Leste. 5 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.ausaid.gov.au/countries/eastasia/timor-leste/Pages/why-aid.aspx>

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

nação está superando a crise com ajuda dos parceiros como Austrália,”¹⁸⁷ e transfere gradualmente o foco da cooperação à construção de governabilidade e ao desenvolvimento. Nesse novo contexto, a AusAID revisa que as assistências anteriores como “substituição de capacidade,” enquanto se exige atualmente a construção da capacidade.¹⁸⁸

A partir de 2008, a AusAID afirma que as prioridades serão definidas conjuntamente com o governo leste-timorense, focando nos objetivos específicos leste-timorenses nas áreas de saúde materna e de criança, produtividade agrícola, obras públicas, educação vocacional, microfinanças para o setor privado, transparência e responsabilidade governamental e cultivo da confiança policial. Ensinos de inglês, por exemplo, é um eixo destacado de atuação. Em 2008, a AusAID afirmou em seu relatório, como o fizeram os demais parceiros internacionais na Reunião dos Parceiros de Desenvolvimento, que “os programas de educação encontraram “dificuldades linguísticas”, pelo fato dos locais não serem fluentes em inglês.¹⁸⁹

Entretanto, nas atuações da AusAID – representando a cooperação australiana no nível nacional e oficial –, não encontramos referências à identidade leste-timorense nem projetos específicos em relação à cultura – fora os programas de educação de inglês e os projetos dispersos de apoio a conferências do multilinguismo –, ao lado da UNESCO. Pesquisadores Pietsch e Aarons (2012) afirmam que, levando em conta a composição multicultural da população australiana, o engajamento cultural australiano estaria localizado, menos como política no nível nacional, mas mais forte entre grupos sociais específicos e preferências dispersas, nos consumos culturais em termos de amizade, turismo, filmes, músicas, eventos ou espiritualidades.¹⁹⁰

Lembrando novamente da participação do Território do Norte na Feira do Pôr-do-Sol, acreditamos que há atores não nacionais que também desempenham um papel importante

¹⁸⁷ AusAID. Why we give aid to Timor-Leste. 5 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.aid.gov.au/countries/eastasia/timor-leste/Pages/why-aid.aspx>

¹⁸⁸ AusAID. Disponível em: <http://www.aid.gov.au/Publications/Documents/timor-country-strategy.pdf>

¹⁸⁹ AusAID. Annual Program Performance Report for Timor-Leste Program (2008). Disponível em: http://www.aid.gov.au/Publications/Pages/4216_5730_9506_2272_8102.aspx

¹⁹⁰ Esses autores argumentam que apesar da identificação histórica com a Europa e, especialmente, Reino Unido, a população australiana é mais engajada que o governo nacional nas culturas asiáticas. De um lado, australianos engajam mais, na Austrália, com os fenômenos social, econômico e cultural da Ásia, bem como com as pessoas e instituições; de outro lado, fora da Austrália, com experiências de viagens e de residência na Ásia. O contato com produtos culturais asiáticos inclui a culinária, cinematografia, festivais, religião, filosofia, artes marciais – até mesmo amizades pessoais e comércios. Os autores explicam tal interesse da população em parte condiz com a diplomacia desenvolvida pelo governo australiano na Ásia; e o engajamento da população com os acontecimentos regionais explicam, em parte, a intervenção e assistência internacional a Timor-Leste.

na formação da identidade nacional leste-timorense. Seguiremos à análise da cooperação em matéria cultural no nível subnacional da diplomacia australiana, especialmente a cooperação entre o Território do Norte e Timor-Leste, ou entre as cidades Darwin e Dili.

4.5.2. Cooperação Cultural do Território do Norte

O Território do Norte é uma região administrativa da Austrália, situado ao centro-norte da ilha-continente. Faz fronteira marítima com Timor-Leste no Mar de Timor e a distância direta entre a cidade de Darwin, capital do Território, e Dili, capital de Timor, é de 720 km. A Área de Exploração Conjunta de petróleo situa-se no chamado Timor-Gap, fronteira marítima definida em 2002. Território do Norte é, então, o vizinho mais imediato de Timor-Leste, depois da Indonésia.

Eventos e projetos apoiados pelo Governo do Território do Norte¹⁹¹ em relação a Timor-Leste incluem a área cultural e turística, como a Feira do Pôr-do-Sol, Tour de Timor e a Regata Darwin-Dili; área tecnológico-científica, como os estudos da agricultura, da biodiversidade marítima e da aquicultura realizados pelos cientistas do Território do Norte; área educativa e de emprego, como programas de estágios, capacitação de trabalhadores rurais e de servidores públicos, educação vocacional e cooperação interescolar; e área esportiva como os Jogos de Arafura em Darwin, Copa de Futebol do Mar de Timor e jogos de futebol amistosos.

Na área cultural, o governo do Território do Norte apoia mais atividades que a própria AusAID. Além dos eventos turísticos já mencionados nas sessões anteriores desta pesquisa, destacamos a Regata Darwin-Dili e a exposição entre 2008 e 2009 “Das Mãos dos Nossos Ancestrais” – *Husi Bei Ala Timor Sira Nia Liman – From the Hands of four Ancestors*, como uma vitrine importante da cultura leste-timorense na Austrália.

A Regata Darwin-Dili, ou *Sail Timor*, é um projeto esportivo entre o Território do Norte e governo leste-timorense. A corrida traça rota marítima de 425 milhas náuticas (787,1 quilômetros) para iates particulares australianos, entre as cidades Darwin e Dili. O evento teve sua primeira edição em 1973 e foi interrompida entre 1975 e 2001, período da ocupação indonésia e reconstrução de Timor-Leste. Em 2002, o evento foi retomado e em 2010, regularizou-se como um evento anual.

¹⁹¹ Disponíveis como notícias no sítio-web do Northern Territory Government.

Em sua primeira edição, alegou-se como um evento para renovar amizade entre Austrália e Timor-Leste, construída desde a resistência conjunta contra invasores japoneses. A edição de 2002, intitulada de “Friendship Rally,” foi programada para chegar à comemoração da independência leste-timorense. A edição de 2013 seria a sexta edição. Em 2012, consagrou-se que Timor-Leste é o destino mais novo e mais amigável para iates australianos.

O evento foi organizado conjuntamente pela Direção Nacional de Cultura de Timor Leste e pelo Museu e Galeria de Arte do Território do Norte – *Museum and Art Gallery of the Northern Territory (MAGNT)* –, na cidade de Darwin, como a “primeira exibição no mundo da cultura material e arte de Timor-Leste”¹⁹² e com a presença anunciada das autoridades leste-timorenses e do Território do Norte. A exposição contava com “mais de 130 peças, incluindo tecidos, figurinos ancestrais, cerâmicas, portas cerimoniais, decorações corporais, peças impressas e pinturas advindas da Coleção Nacional de Timor-Leste, coleção do MAGNT, Museu Australiano e coleções privadas dos dois países.”¹⁹³ Além de peças históricas, a exposição também mostrou “expressões culturais mais recentes”, peças impressas e pinturas dos jovens artistas leste-timorenses, como da Escola Arte Moris.¹⁹⁴

É importante salientar que o MAGNT “já possui uma coleção considerável de objetos leste-timorenses na sua coleção,” como joias e esculturas de madeiras, na Galeria do Sudeste Asiático do Museu (Ver Anexo V)¹⁹⁵ A curadora australiana Joanna Barrkman, afirmou na ocasião do evento, que parte da exibição foi integrante das mais de 500 peças salvas pelo MAGNT e UNTAET no Museu de Dili, seguindo o episódio de 1999 quando milícias indonésias destruíram muitos patrimônios culturais leste-timorenses.

Acompanhando a exposição, organizou-se um seminário público intitulado “Voltando do Limbo: Patrimônio, Cultura e Arte em Timor-Leste” – *Back from the Brink: Heritage, Culture and Art in Timor-Leste*.¹⁹⁶ Com a presença do Secretário de Cultura leste-timorense Virgilio Smith, “acadêmicos, arqueólogos, trabalhadores da cultura, curadores de museus, preservadores culturais de Timor-Leste, Austrália e Portugal” discutiram pesquisas,

¹⁹² Northern Territory Government. MAGNT prepares for First International Timor-Leste Exhibition. 17 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/11/20081117_timor-leste_exhibition.pdf

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Uma escola leste-timorense de arte mencionada anteriormente na cultura leste-timorense apresentada pelo Ministério de Turismo de Timor-Leste e na ocasião da Feira do Pôr-do-Sol.

¹⁹⁵ Northern Territory Government. **Precious Timor-Leste Artefacts Arrive in Darwin**. 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/07/20080716_timorleste_artefacts.pdf

¹⁹⁶ Northern Territory Government. **Free Public Seminar and Floor Talk at MAGNT This Weekend**. 13 de maio de 2009. Disponível em: http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2009/05/20090513_magnt_public_seminar.pdf

projetos e assuntos relacionados ao patrimônio cultural de Timor-Leste. Paralelamente, a loja do Museu também promoveu a comercialização de tais e de outros produtos de artesãos leste-timorenses, como os da Fundação Alola.¹⁹⁷

Com financiamento da empresa petrolífera *ConocoPhillips*, foi publicado à ocasião da exposição um catálogo trilingue – em tétum, inglês e português. O catálogo, extensivo e totalmente colorido, apresenta “as coleções Nacional de Timor-Leste e de MAGNT, incluindo portas das casas cerimoniais, figurinos ancestrais, decorações corporais, têxteis de confecção manual, cerâmicas de argila e cestas de malha de fibra – feitos entre o século XVIII até o ano de 2008”.¹⁹⁸ Curadora do MAGNT Joana Barrkman, agradecendo a cortesia de *ConocoPhillips*, afirmou que o catálogo é de grande importância pois é um “recurso acessível que documenta aspectos do patrimônio cultural leste-timorense para gerações futuras” e apresenta esse patrimônio cultural no “longo processo de construção da nação que Timor-Leste está iniciando lentamente.”¹⁹⁹ Como parte do patrocínio, 500 cópias do catálogo foram distribuídos para escolas de Timor-Leste, Barrkman avalia que “será provavelmente a primeira vez que crianças leste-timorenses lerão sobre seu patrimônio cultural na língua tétum, a mais falada das duas línguas oficiais de Timor-Leste.”²⁰⁰

Paralelamente à afirmação da MAGNT como instituição que resgatara e hoje promove o patrimônio cultural, a ênfase numa amizade histórica é recorrente nos discursos oficiais do Território do Norte. O governador Adam Giles, em sua visita ao Timor-Leste em 2013, afirmou que

Timor-Leste é o nosso vizinho mais próximo, e esse governo (do Território do Norte) está engajado a manter fortes laços culturais e esportivos.

O Território do Norte tem sido um grande parceiro de Timor-Leste desde sua independência em 2002, e planejamos manter e fortalecer esse relacionamento.²⁰¹

Ex-governador do Território, Paul Henderson, quando visitava Xanana-Gusmão em 2008, afirmou que “o Território do Norte tem orgulho de ser um amigo de Timor-Leste e eu acredito que existe uma oportunidade real de aprimorar esse relacionamento no futuro”,²⁰²

¹⁹⁷ Northern Territory Government. **MAGNT Prepares for First International Timor-Leste Exhibition**. 17 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/11/20081117_timor-leste_exhibition.pdf

¹⁹⁸ Idem;

¹⁹⁹ Idem;

²⁰⁰ Idem;

²⁰¹ Northern Territory Government. **Building Relationships with Timor-Leste**. 7 de maio de 2013. Disponível em: <http://newsroom.nt.gov.au/adminmedia/mailouts/10736/attachments/130507%20Giles%20Timor-Leste.pdf>

²⁰² Northern Territory Government. **Strengthening the Territory's Ties with Timor Leste**.

seu Ministro de Educação e Treinamento e Ministro de Emprego Público, Dr. Chris Burns, em sua visita a seus homólogos leste-timorenses em 2011, enfatizou que “desde a independência, o Governo do Território tem desenvolvido laços fortes com Timor-Leste baseados na amizade, cooperação e benefício mútuo,” e “encontros como este reforçarão nosso relacionamento por meio de intercâmbio na educação, governança, treinamento, esporte e cultura.”²⁰³

Em resumo, o Território do Norte se destaca na cooperação Austrália–Timor-Leste, como um parceiro privilegiado nas áreas culturais e esportivas. Sugerimos que o conteúdo da identidade – de forma implícita – reside na dimensão turística – como nos produtos e serviços que se oferecem na Feira do Pôr-do-Sol, incluindo danças, músicas, artesanatos e produtos artísticos, dimensão patrimonial – e exemplificada nos artefatos da exibição de MAGNT.

É curioso observar a alocação da coleção leste-timorense na galeria Sudeste-Asiático, onde os artefatos culturais leste-timorenses são descritos como parte do conjunto cultural da Indonésia oriental²⁰⁴ – assemelhando aos argumentos do autor Rawnsley (2008), quando afirmara que a população leste-timorense é antropologicamente ligada às ilhas orientais da Indonésia e culturalmente constituinte das redes do Sudeste Asiático.

Em nossa análise, o discurso de amizade histórica do Território do Norte se refere à condição da proximidade geográfica do Território, onde se acolheram numerosos leste-timorenses em sua diáspora desde 1975,²⁰⁵ e veio a dar refúgio a líderes políticos leste-timorenses, como José Ramos-Horta, que se hospitalizou em Darwin no incidente de 2006. Consideramos esse discurso diplomático de proximidade e amizade histórica uma narrativa importante, similarmente à ênfase do caso Balibo, pois evocam determinados eventos históricos a favor da Austrália.

Semelhante à empresa Timor Telecom, empresas australianas também promovem eventos culturais e turísticos em Timor-Leste, especialmente as empresas que atuam no

24 de agosto de 2008. Disponível em: <http://newsroom.nt.gov.au/www.newsroom.nt.gov.au/index55e7.html?d=5&fuseaction=viewRelease&id=4386>

²⁰³ Northern Territory Government, **Strengthening Ties with Timor-Leste**. 15 de julho de 2011. Disponível em: <http://newsroom.nt.gov.au/www.newsroom.nt.gov.au/indexaaed.html?d=5&fuseaction=viewRelease&id=8396>

²⁰⁴ Veja no anexo V um exemplo dos brincos Mamuli, descritos pelo Museu como um artefato cultural comum à Indonésia oriental, tanto ao nome e Pa forma, quanto à função ritualística.

²⁰⁵ Até a independência de Timor-Leste, havia em Darwin mais de 1.600 leste-timorenses exilados, atrás de Sidney, onde acolheu entre 6.000 a 8.000 leste-timorenses. A decisão do governo australiano de devolver os leste-timorenses à sua terra, em 2002, tem gerado ondas de protestos da comunidade leste-timorense, também da sociedade australiana – pois não havia condição, como alegava Xanana-Gusmão, na república recém-independente, para acolher esses leste-timorenses.

Território do Norte, como *Airnorth*, que opera vôos Darwin-Dili, e *CoconoPhilips Australia* e *Woodside*, empresas que exploram o campo de gás e petróleo na divisa marítima entre Austrália e Timor-Leste.

4.5.3. Cooperação Cultural nas Empresas aéreas e petrolíferas

De forma sucinta, *Airnorth* patrocinou os principais eventos turísticos de Timor-Leste nos últimos anos, como as edições de Tour de Timor, Maratonas de Díli, Feira do Pôr-do-Sol e demais eventos como Festival de Pesca de Com; oferecendo tanto patrocínios financeiros quanto em serviços – como o transporte de 150 bicicletas na ocasião do Tour de Díli. Em 2011, “o comprometimento da *Airnorth* com Timor-Leste foi reconhecido” com o Prêmio do Governador de Exportação e Indústria, do Território do Norte.²⁰⁶ AustAsia, outra empresa aérea australiana, também teve participação nos eventos – embora menos significativa.

ConocoPhilips Australia, subsidiária da multinacional sediada em Houston, explora o petróleo na Área de Exploração Conjunta de Timor Gap e assim como a *Airnorth*, foi um dos principais patrocinadores – como Timor Telecom, dos eventos leste-timorenses supracitados. A empresa patrocina uma série de projetos de “Investimento Comunitário”²⁰⁷: na área educativa, financia um Centro de Educação Comunitária das Irmãs Franciscanas em Maubisse, o Instituto Tecnológico de Díli, a Escola Primária de Bidau das Irmãs Canosianas de Balide, a Semana Escolar de Kalamunda e a programas educativos da Fundação Alola; na área de saúde, programas de saúde da Fundação Alola, alocação de atendimento médico das crianças leste-timorenses a Darwin, assistências a vários orfanatos leste-timorenses; na área de agricultura, bombas hidráulicas nas comunidades rurais Ferik-Katuas e Laulara e programa agrícola da USAid; na área esportiva, oferecendo bicicletas e equipamentos para participantes leste-timorenses no Tour de Díli, corrida filantrópica “*First Lady Fun Run*” da Fundação Alola e Copa do Mar de Timor *ConocoPhilips*.

Finalmente, a empresa financiou diversos programas culturais e artísticos que “estimulam pensamento criativo e contribuem para desenvolver um quadro rico da vida comunitária.”²⁰⁸ Incluem festivais, programas musicais e artísticas; seminários em Timor-

²⁰⁶ Airnorth. **Airnorth flies 150 bikes for Tour de Timor**. 15 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.airnorth.com.au/sites/default/files/Media%20Release%20-%20Airnorth%20flies%20150%20Bikes%20for%20Tour%20de%20Timor_FINAL.pdf

²⁰⁷ CoconoPhilips Australia. Community Investment in Timor-Leste. N.d. Disponível em: <http://www.conocophilips.com.au/EN/responsibilities/TimorLeste/CommInvest/Pages/index.aspx>

²⁰⁸ Idem.

Leste, Centro Comunitário Beto em Dili; financiamento das despesas de 100 coristas leste-timorenses no Festival Darwin de 2011, “a preservação de patrimônio cultural e artefatos,” apoio a produção artística e o catálogo trilingue “Das Mãos dos Nossos Ancestrais” já mencionado – para a qual *ConocoPhillips* financiou US\$60.000.²⁰⁹

A *Woodside*, maior empresa petrolífera australiana, responsável pela exploração do gás natural no campo Greater Sunrise Fields, similarmente à *ConocoPhillips*, também sustenta uma série de programas de “Desenvolvimento Comunitário” para com Timor-Leste. Em seu documento “Sunrise Joint Venture: Apoiando as Comunidades de Timor-Leste”²¹⁰ de 2013, *Woodside* afirma que o investimento social em Timor-Leste está focado em “desenvolver a capacidade, apoiar a saúde e bem-estar e conectar, engajar e construir relacionamentos com as comunidades.” Os programas de desenvolvimento comunitário agem em parceria com a sociedade civil leste-timorense, incluindo as áreas de educação, saúde, agrícola, esportivo e cultural, como educação de crianças, capacitação de jovens, bolsas de estudo e estágio na Austrália, Maratonas de Dili de 2012 e eventos como o Primeiro Congresso Internacional de Geologia em Timor-Leste.²¹¹

Vale lembrar que as empresas petrolíferas da Sunrise Joint Venture, que exploram o campo de gás natural na divisa marítima entre Austrália e Timor-Leste são atores políticos e econômicos importantes para os dois países.²¹² Entretanto, seus projetos de cooperação, assim como Timor Telecom, não são registrados nos Orçamentos Estatais Leste-timorenses – à diferença dos parceiros de desenvolvimento.

Observamos que suas políticas de cooperação são, de um lado, projetos de retribuição social, como parte da política comercial da empresa, cujo recurso financeiro responde às eventuais solicitações dos “parceiros” da sociedade civil leste-timorense²¹³; de outro lado, projetos já existentes dos doadores – mas contribuindo com o financiamento, ao

²⁰⁹ Northern Territory Government. **Tri-lingual Catalogue to accompany MAGNT exhibition**. 30 de setembro de 2008. Disponível em: www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/09/20080930_trilingual_catalogue.pdf

²¹⁰ O documento foi publicado em inglês e tétum. Sua versão inglesa WOODSIDE. Supporting Timor-Leste Communities. 2013. disponível em: <http://www.woodside.com.au/Our-Business/Sunrise/Documents/Sunrise%20LNG%20Development%20-%20Social%20Investment%20Brochure.pdf>

²¹¹ Woodside. Sunrise LNG. N.d. Disponível em: <http://www.woodside.com.au/Our-Business/Sunrise/Pages/default.aspx>

²¹² Os projetos comunitários das empresas incluem não somente Timor-Leste, mas também regiões australianas, como no Território do Norte, no Território do Oeste e em Queensland.

²¹³ Mediante processos de “Funding Application”, pelos quais se solicitam patrocínio das empresas.

exemplo do financiamento do Programa de Agricultura da USAID e bolsas de estudo em Austrália.

Aparentemente não existe uma política de identidade empresarial, em termos de definição do conteúdo ou expressão de preferência política – como o fazem os grandes doadores. Entretanto, o relacionamento próximo entre essas empresas com o governo australiano e norte-americano, com o Território do Norte, com a ONG Fundação Alola – onde Kirsty Gusmão tem grande influência –, parece indicar que o recurso econômico das empresas se associa aos interesses dos parceiros “anglófonos”.

4.6. Organização das Nações Unidas

As Nações Unidas administraram Timor-Leste entre 1999 e 2002 por meio da UNTAET, e veio oferecendo serviços básicos fundamentais pela missão UNMIT até o final de 2012. Nos últimos anos antes do cumprimento definitivo do mandato, pessoal militar e civil foram se retirando gradualmente, transferindo assim funções para o governo de Timor-Leste. De uma forma geral, as Nações Unidas e suas agências coordenavam boa parte dos recursos – por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e por meio do Banco Mundial – grupo bancário independente do sistema.²¹⁴

Grosso modo, podemos dividir a atuação das Nações Unidas na área cultural em dois períodos, primeiro, entre a independência até o ano de 2007, quando os projetos são definidos e executados diretamente pelo sistema das Nações Unidas priorizando a estabilização no cenário de pós-conflito; segundo, a partir de 2007, quando o governo lestemorense elaborou uma série de políticas culturais e a UNESCO, como ator internacional, vem ganhando destaque entre as agências das Nações Unidas neste campo.

4.6.1. Anterior a 2007: Banco Mundial e UNTAET

Nos primeiros anos da independência, o Banco Mundial, instituição que geria o Fundo Fiduciário de Timor-Leste, junto à UNTAET, determinavam as políticas de desenvolvimento. Com o recurso internacional de assistência humanitária e de apoio ao desenvolvimento, o Banco e a UNTAET elaboraram uma série de projetos para a construção nacional de Timor-Leste. Entre outros, destacamos os três Projetos de Capacitação Comunitária e Governança Local de 2000 a 2002, como os primeiros projetos que construíam identitariamente o país, em termos da cultura.

²¹⁴ Colocamos o Banco Mundial nesta seção pela ligação institucional formal e por uma questão de espaço.

O Primeiro Projeto tinha como objetivo “fortalecer capital social no nível local para construir instituições que reduzem a pobreza e apoiam quatro padrões inclusivos de crescimento.” O Projeto possuía, como um dos eixos de atuação, o Componente de Patrimônio Cultural, com um orçamento de dois milhões de dólares. Argumentando a importância do componente cultural, o Banco Mundial afirma que

experiência no mundo com situações de pós-conflito nos trouxe muitas lições sobre a importância, desde o início imediato da reconstrução, da reedificação do capital social e da identificação de atividades culturais unificadoras.²¹⁵

Em 2000, o Componente de Patrimônio Cultural instituiu um Fundo de Patrimônio Cultural, para financiar projetos culturais e um Centro Cultural, que hospedará a exposições e eventos culturais. Em 2001, o Segundo Projeto²¹⁶ registra que o Fundo Cultural financiou com 30 mil dólares 113 projetos culturais. Além disso, o Centro Nacional de Cultura e Apresentações recebeu nome oficial de *Uma Fukun Timor Loro 'Sae*, e foi alocado em um edifício colonial português.

O primeiro projeto previa que a preservação e promoção da cultura incluiriam elementos como a história e memória de resistência, artesanatos, registros documentais, apresentações como danças e teatros, “instrumentos musicais, vestimentas e materiais para tecelagens,” e a arquitetura colonial português.

O segundo projeto levou em consideração que a restauração e a reforma do local contaram com “expertise especial em patrimônio cultural, histórico e arquitetural coloniais portugueses.”²¹⁷ Afirma-se que o Centro “usará cultura e arte como instrumento de fusão, para fortalecer e salvaguardar a identidade leste-timorense” e, na Carta do Centro Cultural Nacional, consta-se que

A principal função do Centro Cultural Nacional é prover, sobretudo, acesso e contribuição a iniciativas culturais e artísticas que informam, educam e entretêm todos os leste-timorenses e, por meio disso, refletir a sociedade de Timor-Leste.²¹⁸

No terceiro projeto, iniciado em 2002 e encerrado em 2006, consolida novamente o sucesso do Fundo e do Centro, como se ilustra na passagem abaixo:

²¹⁵ Idem, tradução nossa.

²¹⁶ Banco Mundial. East Timor - Second Community Empowerment Project (English). 19 de janeiro de 2001. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/828390/east-timor-second-community-empowerment-project>

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

O entusiasmo e comprometimento local às atividades de patrimônio cultural foi tamanho já na primeira fase do Projeto de Empoderamento Comunitário, que mesmo com a quantia pequena disponível do Fundo, indivíduos e grupos leste-timorenses já empreenderam em séries de atividades culturais como apresentações, exposições e eventos no local do Centro Cultural sem financiamento pelo Projeto.²¹⁹

Entre 2000 e 2002, os projetos eram implementados pela UNTAET e posteriormente transferidos à gestão do governo leste-timorense, com auxílio dos parceiros de desenvolvimento. Ainda entre 1999 e 2002, encontramos dois documentos importantes do governo UNTAET. O primeiro se refere a uma ordem executiva, em janeiro de 2000, que instituiu os feriados públicos; o segundo se refere à notificação da UNTAET sobre a criação do “Conselho de Direcção da Componente de Património Cultural do Projecto de Capacitação Comunitária e Governação Local”, em agosto de 2000.²²⁰

No primeiro documento, Sérgio Vieira de Melo, enquanto administrador do Governo Transitório²²¹ instituiu os feriados públicos em Timor-Leste. A lista inclui dois feriados internacionalmente celebrados, o Ano Novo e o Dia Internacional de Trabalho; cinco festas religiosas – a maioria exclusivamente católicas, como a Sexta-feira Santa, data variável, Assunção de Maria em 15 de agosto, Dia de Todos-os-Santos em primeiro de novembro, Dia da Imaculada Conceição em 8 de dezembro e Natal em 25 de dezembro; e quatro dias de memória nacional, o Dia da Independência em 20 de maio; Dia da Consulta popular em 30 de agosto; Dia da Liberação em 1 de setembro e Dia de Santa Cruz em 12 de novembro.

No segundo documento, conforme previsão no Projeto do Banco Mundial de formar um “comitê dirigente” para o Componente de Patrimônio Cultural, a UNTAET cria o “Conselho de Direcção” para administrar o Fundo Cultural e o Centro Cultural. Na notificação, o Conselho é presidido pelos laureados de prêmio Nobel Bispo Ximenes Belo e Ramos-Horta, e os membros do Conselho foram nomeados pela administração UNTAET em representação

... dos músicos e da cultura leste-timorenses;
... da política de desenvolvimento do teatro;

²¹⁹ Banco Mundial. East Timor - SP - Third Community Empowerment Project (English). 24 de janeiro de 2002. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2002/01/1683363/east-timor-sp-third-community-empowerment-project>

²²⁰ UNTAET. Notificação sobre a nomeação dos membros do conselho de direcção da Componente de património cultural do projecto de capacitação comunitária e governação local. <http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/UNTAET-Law/Notifications%20Portuguese/Not2000-08.pdf>

²²¹ UNTAET: executive order no. 2000/1 on the designation of public holidays in east timor. http://www.eastimorlawjournal.org/UNTAETLaw/Executive_Orders/Ord2000-01.pdf

... das organizações de direitos humanos leste-timorenses;
 ... de um grupo de trabalho sobre histórias da tradição oral;
 ... da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, (Divisão de);
 ... do grupo de viúvas leste-timorenses;
 ... da comunidade universitária;
 ... da comunidade de artiscas de espectáculo;
 ... do movimento juvenil leste-timorense;

No boletim informativo da UNTAET de fevereiro de 2000, em se referindo ao Centro Cultural, afirma-se que “exposições e atrações culturais irão reintroduzir a riqueza das artes e trabalhos manuais leste-timorenses para o povo de Timor Lorosa’e e servir como uma lembrança viva da sua identidade cultural.”²²²

Em resumo, no primeiro momento da República de Timor-Leste, UNTAET e Banco foram atores centrais para as políticas culturais, basicamente o Fundo Cultural, o Centro Cultural e os feriados públicos. O Centro Cultural, que celebra “as atividades culturais unificadoras,” era explicitamente ligado à identidade nacional. A cultura e a arte eram tidas pelo Banco Mundial e UNTAET como “instrumentos de fusão e reedificação do capital social.”

4.6.2. Cultura leste-timorense nos Relatórios do PNUD

Em 2002, com a posse do primeiro presidente leste-timorense Xanana-Gusmão, eleito por voto direto em 2001, o novo governo leste-timorense substituiu a UNTAET, assumindo gradualmente as funções públicas e instituições administrativas – com a ajuda de numerosos conselheiros internacionais. Com a dissolução da UNTAET, a representação das Nações Unidas veio a ser assumida pelo PNUD, que veio elaborando políticas de desenvolvimento e coordenando o sistema das Nações Unidas, entre o governo local e as agências e missões, desde 2002 até os dias atuais.

O PNUD é uma agência da Organização das Nações Unidas estabelecido em 1965, para assumir a rede global das Nações Unidas de assistência técnica para desenvolvimento. O Programa assina acordos de cooperação com a designação dos “representantes residentes” nos países receptores. Os Representantes Residentes, por sua vez, coordenam os projetos de assistência técnica e as agências especializadas de cooperação.

²²² UNTAET. Tais Timor. Vol. I, No. 2. Pág. 4. 28 de Fevereiro de 2000. Darwin: UNTAET Office of Communication and Public Information (OCPI). Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetPU/newsletter2.pdf>

Como em outros lugares, em Timor-Leste o PNUD “constrói” a nação de Timor-Leste com seus conhecimentos técnicos: mensura o país em termos de desenvolvimento e progresso, determina as dificuldades e desafios, sugere políticas que têm “efeito de governo” e apresenta o país ao mundo, por meio dos Relatórios de Desenvolvimento Humano. Analisaremos de forma breve os três Relatórios de PNUD, de 2002, 2006 e 2011.

Bispo Ximenes Belo, em um texto intitulado “Timor Leste no terceiro milênio”, publicado no Relatório de 2002, afirma que

É verdade que ainda não descobrimos uma visão holística do que é que constitui a identidade leste-timorense. Uma tarefa assombrosa, mas compensadora. Este não é apenas um trabalho para peritos como os antropólogos, os sociólogos e talvez teólogos, mas é tarefa de todos descobrir a essência do que faz de um leste-timorense, um leste-timorense! Fazemos eco do Relatório Willowbank de 1978, que afirma que o facto de se estar em diálogo e em solidariedade com a cultura dá ao indivíduo um “sentido de identidade, dignidade, segurança e continuidade”. Isto sugere que o reconhecimento e a participação na formação de cada cultura e sociedade desempenha um papel vital no percurso de desenvolvimento de cada pessoa. No entanto não nos podemos esquecer que a razão básica da pobreza e da violência é também a recusa em reconhecer a existência de realidades sociais e culturais que vivem na identidade e existência do indivíduo.²²³

No primeiro relatório de desenvolvimento humano elaborado sobre Timor-Leste, em 2002, intitulado “Ukun Rasik A’na, o caminho à nossa frente”, o Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste era de 0,421, no 152º lugar dos 162 países computados. No Relatório, observa-se de dois ângulos a cultura leste-timorense. Positivamente, sua rica cultura nacional é um atributo que se pode oferecer aos turistas, paralelamente à sua paisagem natural, também um elemento importante da educação, por meio do ensino da língua materna, e da democracia, afirmando que a estrutura tradicional de poder tinha características democráticas.

Já negativamente, a cultura leste-timorense é descrita como um desafio rumo ao desenvolvimento: limita a discussão pública sobre comportamento sexual na prevenção de HVI/AIDS; deixa “as pessoas com pouca confiança para fazer mais do que ‘esperar por ordens’ das chefias” na administração pública;²²⁴ é raiz de violência e intolerância contra as

²²³ PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste 2002: o Caminho à nossa frente. Página 32. 2002. Dili: PNUD. Disponível em: http://www.tl.undp.org/undp/Publications/UNDP%20Timor-Leste%20publications/NHDR%202002/NHDR%20TL_2002_PT.pdf

²²⁴ Idem, pág. 3.

mulheres; não dá o “devido valor à educação dos seus filhos, especialmente das raparigas”;²²⁵ e, finalmente, é um motivo que explica a baixa produtividade da agricultura.

No Relatório de 2006, intitulado de “*o caminho para sair da pobreza, desenvolvimento rural integrado*” o IDH estimado para o ano de 2004 melhorou ligeiramente para 0.426 – ainda um dos piores do mundo.²²⁶ No conjunto de políticas sociais sugeridas, afirma-se, como uma dimensão das políticas de crescimento, que o desenvolvimento “deverá basear-se em atividades que ajudem a incrementar a cultura e a identidade nacionais.”²²⁷

Negativamente, sobre o desenvolvimento rural, afirma-se que “permitir o uso de tradições culturais em Timor-Leste pode absorver tempo, dinheiro e materiais consideráveis”²²⁸; e sobre a questão de gênero, a cultura tradicional leste-timorense considera “mais importante manter os laços entre a comunidade e a solidariedade do que a justiça segura para cada mulher individualmente.”²²⁹ Contudo, o relatório admite que é importante integrar “os sistemas locais e modernos juntamente a uma estratégia de transformação cultural”²³⁰ e “não há informação suficiente sobre as normas culturais e sociais e comportamento que podem influenciar a procura de serviços como a saúde e o ensino.”²³¹

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, intitulado de “Gerenciando recursos naturais para o desenvolvimento humano, desenvolvendo a economia não-petrolífera para atingir os ODMs”²³², o IDH de Timor-Leste subiu para 0,502 – categoria média no ranking internacional. Embora ainda no 120º lugar, graças ao crescimento econômico, já ultrapassou Mianmar, Laos e Camboja no Sudeste Asiático e os países subsaarianos da África.

De uma forma geral, a cultura tradicional continua aparecendo como um empecilho ao desenvolvimento. Em primeiro lugar, como opressora das mulheres leste-timorenses, que se submetem à divisão tradicional de trabalho, à violência e à desigualdade de oportunidades de saúde e educação. Apesar disso, o quadro veio a melhorar nos anos

²²⁵ Idem, pág. 51.

²²⁶ PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste 2006: o Caminho para Sair da Pobreza. Versão Inglesa UNDP. The Path out of Poverty: Integrated rural development. Dili: UNDP. Janeiro de 2006. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/national/asiathepacific/timorleste/name.3387.en.html>

²²⁷ Idem, pág. 3 na versão inglesa.

²²⁸ Idem, pág. 31 na versão inglesa.

²²⁹ Idem, pág. 17.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem, pág. 35.

²³² Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODMs são “uma série de objetivos de desenvolvimento concretos” que compreendem: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, os ODMs vêm orientando as políticas de desenvolvimento nos Estados-membros da ONU, assessorado, como no caso de Timor-Leste, pelo PNUD.

anteriores à publicação do Relatório. Em segundo lugar, como desafios ao desenvolvimento econômico, pela estrutura tradicional/étnica de poder que não favorece a economia de mercado; pela relutância rural às novas tecnologias de cultivo e pelo sistema costumeiro de posse de terra, que dificultaria negócios e investimentos internacionais.

Em resumo, para o PNUD, de acordo com seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, a cultura leste-timorense aparece como, de um lado, elemento nacional a ser promovido; de outro lado, desafio administrativo para o modelo de desenvolvimento proposto pelo PNUD. Interpretamos que a cultura a ser promovida reside mais em sua dimensão material, palatável ao consumo turístico; enquanto a cultura como um desafio a ser superado, se refere às práticas culturais, especialmente ao papel de gênero e ao status social da mulher e certa resistência cultural, baseada nos sistemas tradicionais da sociedade, às transformações trazidas, ou que serão trazidas, com o processo de construção da nação.

4.6.3. Cultura leste-timorense para a UNESCO

A atuação da UNESCO em Timor-Leste se remete ao ano 2000, quando a Organização auxiliou na criação dos Centros Culturais, projeto do Banco Mundial e UNTAET. Havíamos mencionado que a Organização participou em diversos projetos culturais, como o Fortalecimento da Construção de Capacidade para a Promoção e Implementação do Patrimônio cultural intangível em Timor-Leste, a Inauguração do Memorial de Dare: Café e Museu e o polêmico projeto pela educação multilíngue baseada em línguas maternas.

Até 2010, o funcionamento da UNESCO em Timor-Leste era intermediado pelo Escritório Regional em Jakarta. Em 2008, a UNESCO definiu a “Programação de País para Timor-Leste” e em 2010, constituiu a Comissão Nacional da UNESCO, presidida por Kirsty Gusmão. A partir desses dois momentos, a atuação da UNESCO torna-se ativa em Timor-Leste. Iniciaremos nossa análise pela Programação de País, logo destacamos o Projeto Conhecimentos Locais e Indígenas, para tentar desvendar o conteúdo da identidade nacional leste-timorense para a UNESCO.

4.6.3.1. Programação de País da UNESCO para Timor-Leste

Em termos cultural e linguístico, afirma-se no documento que “Timor-Leste possui uma grande diversidade cultural, incluindo as diversas línguas, danças tradicionais, música, instrumentos musicais, artesanatos e arquitetura.” Na Programação, o objetivo

principal da UNESCO é “fomentar a diversidade cultural, diálogo intercultural e uma cultura da paz,”²³³ Especificamente, a Organização cita cinco projetos em andamento:

O Projeto Histórico. Esforços iniciados desde 1999 para estabelecer um arquivo audiovisual que documente a história, realizações e desafios do povo. O arquivo inclui mensagens de importantes figuras nacionais como os laureados de Prêmio Nobel, José Ramos Horta e Bispo Dom Carlos Felipe Ximenes Belo. O Projeto também transcreveu, traduziu e replicou digitalmente os filmes e documentários premiados de Max Stahl.

Restauração de Uma Fukun. UNESCO liderou um esforço intersetorial para reabilitar esse ponto de referência único em Dili. O edifício possui grande significado cultural e histórico.

Documentação fotográfica dos têxteis tradicionais (tais) e esculturas de madeira. O Projeto, iniciado desde 2007 com a Associação de Fotógrafos de Timor-Leste, teve como objetivo a preservação e promoção desses exemplos de patrimônio cultural leste-timorense, expondo-o em cartazes, calendários, cartões postais e banners.

Programa de Parceria Museu-a-Museu. O apoio da UNESCO está focado atualmente na facilitação da parceria e cooperação com patrocinadores e doadores e na capacitação do pessoal para administração de museus na Direção Nacional de Cultura. As atividades incluíram:

- Treinamento na administração de museus para funcionários do Ministério de Educação Cultura e Esportes e o Museu Provincial de Dili. Com apoio da Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, 2002.
- Treinamento de seis meses na administração de museus para três funcionários da Direção Nacional de Cultura no Museu e Galeria de Arte do Território do Norte (MAGNT) em Darwin, Austrália, com o financiamento da Bolsa de Liderança Australiana da AusAID; outros dois funcionários estudaram na Universidade de Melbourne, também apoiados pela AusAID.

Ratificação das Convenções centrais da UNESCO. O governo está considerando ação imediata para ratificar as Convenções sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Intangível (2003) e sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

E são previstos seis projetos para o quadriênio entre 2009-2013:

1. Projeto do Museu Nacional
2. Proteção do patrimônio cultural intangível por meio da educação e conscientização.
3. Promoção e ratificação dos instrumentos normativos e convenções relacionados à cultura pelo governo de Timor-Leste.
4. Apoio à reabilitação do patrimônio cultural de Timor-Leste.
5. Promoção do turismo cultural e indústrias criativas para o desenvolvimento sustentável.
6. Promoção da diversidade cultural e linguístico e do diálogo/educação intercultural.

²³³ UNESCO. Timor-Leste – Timor-Leste – UNESCO Country Programming Document, 2009-2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001852/185239e.pdf>

Pelo Projeto Museu Nacional, por exemplo, a UNESCO pretende assistir o governo leste-timorense a estabelecer e capacitar um Museu Nacional de Timor-Leste para preservar e promover o “patrimônio móvel leste-timorense” e “promover a identidade leste-timorense e propagar diversidade cultural nesse país de pós-conflito.” O projeto será realizado em parceria com a Direção Nacional da Cultura, Secretariado do Estado para a Cultura, MAGNT, Universidade de Melbourne e especialistas do Conselho Internacional de Museus e de ONGs.

Já pelo Projeto Ratificação das Convenções centrais da UNESCO, a UNESCO pretende reforçar o compromisso político de Timor-Leste com a Organização, para que esse país ratifique as convenções internacionais, elabore políticas culturais previstas internacionalmente, apoie e interiorize o sistema de conhecimento técnico da UNESCO. As Convenções Internacionais se referem às Convenções para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972; para a Proteção do Patrimônio Cultural Intangível, de 2003; e sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.²³⁴ Até hoje Timor-Leste ainda não assinou nenhum desses acordos.

Quanto à Promoção da diversidade cultural e linguística, o projeto se refere ao apoio da UNESCO para o desenvolvimento da educação multilíngue baseada na língua materna em Timor-Leste. Além das Conferências Internacionais que deram origem à Política Multilíngue, a UNESCO pretende realizar o projeto Desenvolvimento das Capacidades Educacionais no Ministério da Educação, para treinar e capacitar os funcionários do Ministério para a educação baseada na língua materna.

A atuação da UNESCO no nível nacional, não somente em Timor-Leste, pode ser vista como uma aplicação das políticas internacionais da UNESCO, definidas, por exemplo, por essas Convenções. A primeira convenção, de 1972, define o patrimônio cultural contendo

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

²³⁴ Idem.

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A segunda convenção, de 2003, define o patrimônio cultural intangível como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Incluindo os elementos

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

A terceira convenção, de 2005, define que a diversidade se refere à

multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.

A política multilíngue promovida pela UNESCO também encontra respaldo internacional. No documento Estratégia de Médio Prazo para 2008-2013 – 34 C/4,²³⁵ afirma-se que preservação e promoção da diversidade linguística, como garantia da identidade individual e grupal e da diversidade cultural. O multilingüismo, segundo o documento, “promove a coexistência harmoniosa das línguas locais, nacionais e internacionais e conseqüentemente é um fator de respeito mútuo, diálogo intercultural e desenvolvimento sustentável.” Define-se no documento que é tarefa da UNESCO promover as políticas de

²³⁵ UNESCO. 34 C/4 Mid-Term Strategy for 2008-2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001499/149999e.pdf>

multilinguismo, especialmente a educação por meio de línguas maternas, entre Estados-membros.

4.6.3.2. *Conhecimentos Locais e Indígenas de Timor-Leste*

Como integrante do projeto Promoção da Diversidade Cultural, a UNESCO lançou, internacionalmente, o Programa sobre Sistemas de Conhecimentos Locais e Indígenas. Mais referido pela UNESCO como o Programa LINKS, pela sigla inglesa para *Local and Indigenous Knowledge Systems*, a iniciativa é de criação recente e caráter interdisciplinar, combinando as áreas de atuação em ciências naturais e em políticas para povos indígenas da UNESCO.²³⁶

Para a Organização, o termo “conhecimentos locais e indígenas” é sinônimo de “conhecimentos ecológicos tradicionais”, “conhecimento indígena”, “conhecimento local” e “conhecimento do povo rural ou dos camponeses.” A UNESCO define que LINKS se refere a “entendimentos, habilidades e filosofias desenvolvidas pelas sociedades nas suas longas histórias de interação com seus meios naturais” e podem assumir formas variadas, como “estórias, músicas, folclore, provérbios, valores culturais, crenças, rituais, leis costumeiras, língua e práticas agrícolas.”

A importância do conhecimento local e indígena se destaca para o desenvolvimento sustentável, pois foi provado como relevante para questões de mudança climática, segurança alimentar, conservação da biodiversidade, saúde e bem estar – por meio da medicina tradicional e preparação e respostas a desastres naturais. Em Timor-Leste destaca-se a importância da promoção e valorização dos conhecimentos locais e indígenas para o uso e gestão sustentável de recursos e terra.

Em 2011, a UNESCO organizou o seminário “Matenek Tradisional Riku soin ba Dezenvolvimentu,” “para coletar ideias e reflexões sobre as práticas de conhecimentos locais” ou “conhecimentos ecológicos tradicionais.”²³⁷ Estiveram presentes mais de 60 participantes, incluindo chefes e pessoal da UNESCO-Dili e Jakarta, da Direção Nacional da Cultura, do Departamento Nacional de Assuntos Ambientais; professores e pesquisadores das ONGs locais Timor Aid, Fundação Haburas, da ONG internacional Comitê Oxford de Combate à Fome (OXFAM), das Universidades Nacional de Timor-Leste e da Coruña, da Coral Triangle Initiative da USAID; e inclusive indivíduos locais contadores de histórias.

²³⁶ UNESCO. Local and Indigenous Knowledge Systems. N.d. <http://www.unesco.org/links>

²³⁷ Referido em inglês como “national workshop on Promoting LINKS and SIDS Programmes in Timor Leste.” Sigla SIDS para Small Islands Developing States – Estados em Desenvolvimento de Pequenas Ilhas

Como resultado do Seminário, a UNESCO, em parceria com a Fundação Haburas,²³⁸ publicou livro intitulado *Conhecimentos Locais de Timor*,²³⁹ uma compilação de artigos dos pesquisadores presentes. No livro, os autores se preocupam com a mudança do meio natural, causadas por superexploração de recursos, expansão demográfica, desmatamento, consumo exagerado de pastagens e práticas agrícolas. Os conhecimentos tradicionais, que constituíram os modos de vida dos leste-timorenses, são retomados como capital sociocultural leste-timorense essencial para o desenvolvimento sustentável e a preservação da diversidade biológica e cultural.

Afirma-se que os conhecimentos locais leste-timorenses são aplicados em atividades de

maré e pesca, proteção de recursos marinhos, conservação de recursos florestais e hídricos, conservação de lagos ou rios e áreas costeiras, lavouras e administração de terras tradicionais, cultivo de arroz e gestão de sistemas de irrigação, criação de animais e caça, medicinais tradicionais, preservação de alimentos, tecnologias de arquitetura e conservação de materiais de construção, técnica e arte de produção de roupas (tais), capacidade de comunicar com os poderes da natureza ou previsão de fenômenos futuros sociais, culturais, econômicos, políticos ou ecológicos.

A título de exemplo, a comunidade de Tutuala possui vários conceitos tradicionais de vida e rituais:

1) *mua-navarana*, ritual de nomear bebês recém-nascidos; 2) *tei-fai*, ritual de agradecimento aos antepassados para espantar os males dos seus descendentes; 3) *futulehen palai-fai*, o preparo da terra antes do cultivo; 4) *pala caca*, oferendas aos antepassados antes de iniciar uma obra; 5) *aca'kaka*, ritual importante para celebrar a conclusão de obra de casas sagradas; 6) *haware*, atividades de caça coletiva para controlar número de animais silvestres; 7) *lupurasa*, sinalização de lugares da natureza para evitar a superexploração; 8) *masule*, reabertura dos lugares outrora proibidas para exploração; 9) *aya ceru*, ou ritual chamada *uda* e *aya toto*, ritual para começar ou parar a chuva.²⁴⁰

Afirma-se também que esses rituais exemplificados são complexos e gerem o ciclo de vida humana e o ciclo de exploração de recursos. Não somente em Tutuala, mas também encontram semelhanças em outras comunidades de Timor-Leste. Em conjunto, as

²³⁸ De acordo com seu sítio-web <http://www.haburas.org>, Haburas Foundation é uma “organização não governamental, não lucrativa, fundado em outubro de 1999. É a organização líder em questões ambientais em Timor-Leste. Seus programas incluem educação ambiental, advocacia ambiental e gestão de meio-ambiente. Haburas é também conhecida pela sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento das habilidades de organização e gestão das comunidades, promovendo ao mesmo tempo valores culturais históricos e práticas tradicionais (como o ritual de Tara Bandu). Provê também apoio para revelar o potencial das comunidades locais a serem protagonistas no seu próprio desenvolvimento.”

²³⁹ Título original em tétum *Matenek Lokal Timor Nian!* Versão inglesa consultada: CARVALHO, Demetrio do Amaral de (ed.) **Local Knowledge of Timor!** 2011. Jakarta: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002145/214540E.pdf>

²⁴⁰ Idem. Pág. xvi

práticas e conceitos de desenvolvimento sustentável, limitantes da exploração, são chamados pela terminologia local de *tara bandu* – “um *taboo* praticado para proteger recursos naturais e culturais que são importantes para a comunidade e age para fortalecer a unidade da comunidade.”²⁴¹ Outros exemplos, em termo de aproximar práticas culturais e rituais da natureza, declaram como sagrados os recursos naturais ou os tem “como amigos”: jiboia (*samea boot, foho rai*) e crocodilo (*lafaek*) como avôs ou ancestrais, montanhas sagradas (*foho lulik*), rochas sagradas (*fatuk lulik*), cavernas sagradas (*fatuk kuak*) e lugares sagrados especiais (*fatin lulik*) como casas dos ancestrais.

Os artigos foram classificados como conhecimentos locais relacionados à indústria, à preservação da natureza, à gestão de terra e à gestão de recursos naturais. Os artigos trataram, como exemplos, das funções sociais, culturais, políticas e identitárias das casas sagradas e da terra, das funções ambientais dos rituais tradicionais, das técnicas tradicionais para a confecção de tais, da justiça tradicional que é considerada democrática e eficiente, da resiliência cultural às mudanças climática. A propósito, ilustramos uma aplicação legal de *tara bandu* pelos líderes tradicionais:

Para pessoas que violassem artigo IX (Regulações Internas para Suco Bucoli), “usando venenos ou de outra forma sujando água limpa”, as seguintes sanções podem ser impostas:

Para camarões, enguias, caranguejos e peixes implicaá uma multa de US\$ 100,00;

Usando eletricidade para matar animais na água implicará uma multa de US\$ 100,00;

Envenenamento que mata boi/búfalo (um), cavalo (um), cabra (um), porco (um) será pago com esses animais (um) e para um porco (um), 50 quilogramas de arroz ou duas caixas de cervejas.

De forma geral, os conhecimentos tradicionais leste-timorenses são considerados como tecnologias eficazes, refletoras dos valores culturais e sociais, aceitas e identificadas pela população e harmoniosas na gestão da relação homem-natureza. Portanto, são de grande utilidade a preservação e a promoção dos conhecimentos tradicionais leste-timorenses.

Contudo, observamos que a valorização das práticas tradicionais foi sinônima da valorização das práticas tradicionais que sejam úteis ao desenvolvimento. A seleção dos “conhecimentos locais e indígenas” foi na dimensão de “conhecimentos ecológicos tradicionais”, avaliados como contribuintes ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a

²⁴¹ Idem, pág. 98

validação das tradições da UNESCO parece contradizer a visão das tradições como dificuldades para desenvolvimento, nos Relatórios de PNUD.

Para a UNESCO, os conhecimentos tradicionais — como o direito costumeiro, a gestão tradicional da terra, técnicas de agricultura e hábitos alimentares — são alvos de proteção e valorização; enquanto para o PNUD, os conhecimentos tradicionais se apresentam mais como desafios para o desenvolvimento — como a gestão tradicional da terra, quando não regulamentada formalmente, atrapalha a realização de negócios; ou as técnicas de agricultura, que são pouco produtivas e inflexíveis à modernização; ou o direito costumeiro, que às vezes entra em conflito com o sistema de justiça formal; ou os poderes tradicionais e locais, que não favorecem a economia de mercado.

Concluindo a sessão, vimos, portanto, a UNESCO como importante ator em Timor-Leste na negociação do conteúdo da cultura e das políticas culturais. A organização aplica o conhecimento técnico e mecanismo de políticas elaborados internacionalmente em Timor-Leste, engaja o governo local em projetos culturais, auxilia na legislação e definição técnica, capacita os funcionários leste-timorenses e realiza cooperações internacionais. O foco principal da atuação da UNESCO, segundo apurado nos documentos oficiais, é a proteção e promoção do patrimônio cultural e a promoção da diversidade cultural e linguística, como se expressam na resultante Política Multilíngue e na promoção dos Conhecimentos Locais e Indígenas para o Desenvolvimento Sustentável.

Em termos de identidade nacional, é interessante observar que os elementos frequentemente presentes na identidade nacional leste-timorense — como a memória da resistência e a identidade luso-leste-timorense — não são destacados pela UNESCO. Embora a UNESCO não tenha afirmado explicitamente o conteúdo de uma identidade nacional leste-timorense, em diversas ocasiões deixam implícito que a diversidade cultural e o seu patrimônio, as línguas e práticas tradicionais são constituintes da identidade “individual ou do grupo”, enquanto observamos que o conteúdo da cultura e da língua inclui o patrimônio cultural, tangível e intangível, como definido nas convenções internacionais; e a diversidade cultural e linguística, como práticas tradicionais e línguas indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi conduzida por uma pergunta central: como as práticas de cooperação internacional influenciam na construção de uma nação? Concluímos que isso se dá pela angariação de recursos, pela contratação de funcionários, pela invenção da administração pública, configuração institucional, adoção do regime político, desenho do sistema jurídico, instituição do exército e polícia, políticas de desenvolvimento e assinatura de acordos.

A identidade nacional se constrói por meio de tecnologias sociais, como as políticas públicas. Se a solidez da identidade nacional parece confirmada nos Estados-Nação tradicionais, ou pelo menos o processo da construção da nação já foi naturalizada pela população, em novos Estados observam-se o processo de invenção da nação, um processo de negociação das narrativas nacionais e das políticas públicas. O sucesso da política de identidade se relaciona diretamente com a inclusão da população e a estabilidade do Estado recém-nascido (Silva, 2012).

Camarões, na análise de Jua e Konings (2004), assistiu inicialmente a um processo de invenção da nacionalidade, à base da francofonia, definida pela elite francófona que passou a anexar a região anglófona. A identidade nacional é reforçada por cerca de 30 anos de autoritarismo, só sendo liberalizada em 1990. Na década de 90, Konings e Jua notaram o ressurgimento da identidade anglófona, que volta a ocupar espaços sociais geograficamente localizados nas antigas Camarões britânicas, mediante a publicação de livros e peças teatrais e a evocação à anglofonia nos espaços virtuais.

Se aparentemente existe uma lógica política que busca a maior integração e menor propensão à instabilidade e insurgências, na prática, como vimos no caso de Timor-Leste, o processo de construção da nação se configura por uma extensa negociação entre os atores sociais e ponderadas pela relação de poder. Em nosso caso, no qual uma nação nasce da assistência externa e governada no seu primeiro momento por internacionais, as elites locais, em termos de poder, são diferentes da narrativa típica de uma elite poderosa concentrasse o monopólio do poder. Aparentemente tal narrativa típica não encontra exemplos reais – seja nos Estados novos ou tradicionais.

Em primeiro lugar, vimos no caso de Timor-Leste que é difícil fazer coincidir as fronteiras da nacionalidade com as fronteiras da estatalidade. A definição da identidade nacional é um processo de negociação constante, que, como um processo político, busca adesão identitária da população no território. A identidade nacional envolve não somente a

questão étnica ou linguística, como avaliava Smith (1991), mas todo o projeto político de construção da nação – da identificação com o regime político, com o sistema jurídico, com as políticas de desenvolvimento, entre outros.

Por isso, em segundo lugar, não existe um único ideal de identidade nacional ou uma identidade natural que congregue a população de forma natural. SILVA (2003) retratou, por exemplo, a comemoração dos 500 anos da “descoberta” do Brasil – como uma iniciativa do governo brasileiro, mas que trouxe paralelamente celebrações e críticas.

Os atores sociais, em Timor-Leste, dos quais enfatizamos os internacionais, trazem consigo diferentes projetos de identidade nacional, e não há a visão de construção conjunta de uma nacionalidade única, mas o processo de negociação é intermediado por uma relação de poder entre os atores, construindo diversas versões de nacionalidade que podem ser conflitantes entre si. Ao longo da monografia, tentamos desvendar o conteúdo da identidade nacional leste-timorense, em termos de cultura e línguas, bem como uma possível evolução, até o ano de 2012.

No Capítulo I, vimos que a história de Timor-Leste foi marcada por sucessivos períodos de administração estrangeira e que, mesmo tendo “conquistado” sua independência, nos Estados como Timor-Leste, ou Lesoto, Egito, Papua Nova Guiné, Kosovo e Camarões, o interesse por trás da definição nacional não pertence só à elite local. A concertação de interesses também acontece na “comunidade internacional”, entre os atores participantes da cooperação internacional para o desenvolvimento. Vimos nesse capítulo que, inicialmente, Timor-Leste adotou as memórias de resistência como a base da identidade da nova nação – tendo “a luta da independência como um patrimônio cultural” (LEACH, 2009), bem como a adoção da língua e laço portugueses, como uma identidade distintiva na região e uma medida de diferenciação.

No Capítulo II, analisamos que, à base dos documentos oficiais do governo, houve uma gradual mudança de identidade nacional – ao colocar a cultura como dos patrimônios históricos e tradicionais – e não somente dos legados lusos. Essa abertura coincide com o desenvolvimento do turismo nas políticas públicas do governo, no sentido de “apresentar” culturalmente a nação de Timor-Leste para o meio internacional e rentabilizar o processo de preservação e promoção cultural.

No Capítulo III, avaliamos que houve também uma mudança da identidade nacional em termos de línguas – a adotar o multilinguismo baseado nas línguas maternas, promovido pela UNESCO, na tendência de talvez substituir o bilinguismo tétum-português. Vimos que tal mudança é percebida de forma controversa pela elite nacional – parte vê o projeto com desconfiança, como um “lobby anglófono”.

No Capítulo IV, analisamos os documentos e políticas dos parceiros de desenvolvimento, retratando um quadro que podemos simplificar em um binômio: doadores lusófonos *versus* anglófonos. Vimos que aparentemente não há uma narrativa em vigor, mas sim diferentes projetos que operam simultaneamente. O conteúdo da identidade nacional timorense é variado para os parceiros de desenvolvimento. No sistema das Nações Unidas, por exemplo, o PNUD avalia alguns elementos da cultura tradicional como possíveis empecilhos ao desenvolvimento; enquanto a UNESCO os valoriza, quando julgados úteis para o desenvolvimento sustentável.

Observamos que as diferentes narrativas implicam em diferentes métodos de seleção do conteúdo da identidade nacional: os lusófonos enfatizam o laço histórico com Portugal e com a religião católica; os anglófonos enfatizam as raízes antropológicas de Timor-Leste com parte da sua região geográfica, valorizando os patrimônios indígenas bem como as crenças tradicionais.

O produto – a identidade nacional – parece servir aos interesses desses atores, assemelhando-se a uma lógica de mercado. Os projetos de cooperação podem encaminhar interesses explícitos, como a internacionalização das empresas portuguesas e australianas, da securitização regional da Austrália e do fortalecimento multilateral da CPLP; ou condições civilizatórias pré-definidas ao momento da cooperação, como a democracia ou o desenvolvimento – mas de preferência que as condições civilizatórias fomentem os interesses explícitos. O objetivo comum pela promoção da democracia e do desenvolvimento – como entre os doadores ocidentais – não se traduz na universalização de preferências (RIBEIRO, 2008).

Sugerimos, em nossas observações, algumas possíveis tendências em termos de definição da identidade: primeiro, um alargamento da história do período da resistência para o passado pré-colonial, baseando no patrimônio cultural tradicional e valorização de práticas tradicionais – e não só católicas; segundo, um alargamento da língua como identidade, dissolvendo a exclusividade da língua portuguesa (que desenvolvia civilizatoriamente o

tétum), em um contexto de valorização das línguas maternas e indígenas, paralelamente ao crescente uso e promoção de inglês; terceiro, um processo da *comoditização* da cultura, comercializando os produtos visíveis da cultura para o mercado turístico ou afirmativo da nação leste-timorense *para fora*; quarto, uma seleção da cultura tradicional, descartando as práticas dificultosas ao desenvolvimento e valorizando as que favorecem o desenvolvimento sustentável.

A identidade nacional no primeiro momento da independência parece condizente com as preferências portuguesas. Notado por Mendes (2005) e Silva (2012), portugueses detinham grande influência na elite leste-timorense no primeiro momento da nova república, assistiram os leste-timorenses a elaborar a Constituição, à base da Constituição Portuguesa, faziam “download” de normas legais portuguesas para aplicar em Timor-Leste, celebravam eventos e atividades para tentar afirmar sua influência. Especificamente à língua portuguesa, o Brasil também adere a esse projeto, sob o marco da CPLP, à promoção da língua como parte da identidade nacional leste-timorense. Da mesma forma, o faz também a Igreja Católica, que reforça por meio de discursos e projetos de cooperação o laço lusófono da fé católica.

Contrariamente, os parceiros chamados de anglófonos, Austrália principalmente, se associavam mais nos discursos e documentos ao segundo momento da identidade nacional leste-timorense, quando a memória da resistência vem a afirmar positivamente a participação australiana e o turismo cultural passa a servir ao público australiano. Entretanto, diferentemente de Portugal, não encontramos nenhuma menção explícita à identidade nacional nos documentos oficiais australianos. Apenas sugestões, como do Museu do Território do Norte, que afirma a importância do patrimônio cultural – leia-se artefatos tradicionais – seria uma componente importante para a construção nacional. Observamos também uma associação de interesses, pela parceria nos projetos e políticas, entre Austrália e UNESCO, em se tratando de promoção da diversidade cultural e linguístico, e entre Austrália e outros países anglófonos, em diversos outros projetos, como o ensino de inglês.

Contudo, essas tendências sugeridas não implicam necessariamente na aplicação concreta, visto que a nossa análise foi limitada ao plano de discursos – e não aos resultados concretos desses projetos. A promoção do multilinguismo poderá bem encontrar maiores resistências nos projetos lusófonos pela Consolidação da Língua Portuguesa, ou os projetos que afirmam a diversidade cultural e dos rituais tradicionais podem contrapor à fé católica, majoritária em Timor-Leste.

Porém, a pesquisa, além de confirmar a importância da variável internacional na construção da nação e sugerir diversas tendências na construção da identidade nacional em Timor-Leste, também observou detalhes importantes que possam dialogar com as literaturas teóricas.

Primeiro, desfaz-se a naturalidade do Estado Nacional, por meio da análise do processo da construção nacional – no qual o Estado e a nação são frutos de uma imaginação coletiva e produzido entre um jogo de forças. Segundo, salientamos a diversidade de atores na cooperação internacional – na qual instituições privadas, como Igrejas e empresas; unidades supra e subnacionais, como as Nações Unidas e o Território do Norte, participam ativamente; ou mesmo indivíduos – figuras como Kirsty Gusmão que possuem uma relevância significativa paralelo aos atores Estatais.

Entretanto, por um lado, confirmamos a edificação de identidade à base da preferência dos atores, conforme as propostas construtivistas; por outro lado. A exigência da reciprocidade dos atores – seja nos Estados ou nas empresas – revalida novamente as teorias neoutilitaristas, como Ruggie (1998) chamou às teorias neorrealistas e neoliberais nas Relações Internacionais – especialmente os preceitos neorrealistas. Saímos do construtivismo para reafirmar a explicativa utilitária. Mesmo analisado o processo de construção da nação leste-timorense e considerada a multiplicidade de atores, a configuração de poder e os interesses nacionais são explicativas cruciais para as práticas dos doadores. As tecnologias sociais de desenvolvimento, bem como a democracia, também são instrumentos a favor dos interesses dos doadores.

Terceiro, nossas observações parecem sugerir a importância dos grupos de países no meio internacional unidos pelo fator linguístico. Além da CPLP – do ex-Império Português e do *Commonwealth*, do ex-Império Britânico, aproximamos ao conceito de *anglosfera*. Segundo autores como Vucetic (2011), a anglosfera se refere a países Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, que detém, além de proximidade cultural e linguística, uma cooperação estreita na política externa, compartilhando redes de informações, com preferências semelhantes e concertadas. Talvez a cooperação anglófona, no caso de Timor-Leste, venha a exemplificar a validade do conceito de *anglosfera*, na proximidade e agendas comuns entre esses países na construção de Timor-Leste.

Por último, embora desconheçamos o mecanismo de encaminhamento das preferências dos doadores em projetos políticos – por desconhecer o quadro de funcionários e

sua origem, nacionalidade ou de formação – supomos que a consonância entre os documentos do governo de Timor-Leste não é automática, mas intermediada por técnicos internacionais ou pessoas chaves que canalizam as preferências dos parceiros.

Kirsty Gusmão, australiana, esposa de Xanana Gusmão, presidente da Comissão Nacional de Educação, presidente da Fundação Alola e presidente da Comissão Nacional da UNESCO, seria talvez uma personalidade importante para a análise da cooperação internacional no nível pessoal. Verificamos, por exemplo, que os projetos da Fundação Alola são financiados por empresas australianas, e os eventos da UNESCO, com sua presença, conta normalmente com participantes australianos, seja na Conferência multilíngue, seja na Feira do Pôr-do-Sol. Entretanto, a falta de uma observação em campo limita nossa observação no nível de interpretação baseada em documentos, diminuindo a certeza da nossa análise. Sugerimos, para pesquisas futuras, a análise das preferências atuais das elites locais, bem como o resultado prático dessas políticas de identidade dos parceiros.

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

ALEXANDROV, M. The Concept of State Identity in International Relations: A Theoretical Analysis. **Journal of International Development and Cooperation**, Vol.10, No.1, p. 33–46, 2003.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Londres/Nova York: 1982

APPLEBY, R. Mobilizing and Disabling the Desire for Empowerment: English and the Transition to Independence in East Timor. **Southeast Asia: A Multidisciplinary Journal**, 6 (1), 2005/2006.

AYLLÓN, Bruno. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol. 5(8), jan. 2006, p. 5-23.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BERSTEIN S. ; WINOCK M. (dir.). **L’Invention de la démocratie, 1789-1914**. Paris: Le Seuil, 2002.

_____. **La République recommencée de 1914 à nos jours**, Paris : Le Seuil, 2002.

BLOOM, W. **Personal identity, national identity and international relations**. Cambridge University Press: Cambridge, 1990.

CAREY, P. The Catholic Church, Religious Revival, and the Nationalist Movement in East Timor, 1975-98. **Indonesia and the Malay World**, 27(78), p. 77-95, 1999.

CARRASCALÃO, N. A Afirmação da Identidade Leste-timorense: Contribuições. **Magazine**, nº 3, 2010.

CARVALHO, D. (Ed.) **Local Knowledge of Timor Leste!** Jakarta: UNESCO, 2011.

CASTAGNA, V.; BEDIN, F. Timor Este: Construção Duma Identidade. **OPSIS**, Catalão v. 10, n. 1, p. 147-168, 2010.

CÔRTEZ, F. **Entre colonialismos e autonomia nacional: reflexões sobre a construção da identidade nacional de Timor-Leste**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico**. Grupo de Pesquisa sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho (GREMIMT). Textos para Discussão – 22. 1977.

ELIAS, N. **Os Alemães**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

_____. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEIJO, R. Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste. **Etnográfica**, 12 (1), 143-172, 2008.

FIGALDO CASTRO, A. A religião em Timor-Leste a partir de uma perspectiva histórico-antropológica. In: ALFONSO N. **Léxico Fataluco-Português**. Dili: Salesianos de Dom Bosco, 2012, p. 79-118.

FRAHM, O. Defining the Nation: National Identity in South Sudanese Media Discourse. **Africa Spectrum**, 47, 1, 21-49, 2012.

FUKUYAMA, F. **Nation-Building: beyond Afghanistan and Iraq**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOES, C. A. B. **Identidades em Liberdade: mensurações quantitativas e reflexões teóricas sobre identidade nacional e integração regional na Europa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

HAWKSLEY, C. Papua New Guinea at Thirty: Late Decolonisation and the Political Economy of Nation-Building In. **Third World Quarterly**, Vol. 27, No. 1, p. 161-173, 2006.

HOROWITZ, M. **Research Report on the Use of Identity Concepts in International Relations**. Harvard Identity Project, 2002.

HOLSTI, Kalevi J, **International Politics, a Framework for Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995.

HULL, G. **Identidade, Língua e Política Educacional**. S.d. Disponível em: < <http://web.archive.org/web/20040612020121/http://www.ocs.mq.edu.au/~leccles/cnrtport.html> > Acesso em 22. Jul. 2013.

INGIMUNDARSON, V. The Politics of Memory and the Reconstruction of Albanian National Identity in Postwar Kosovo. **History and Memory**, Vol. 19, No. 1, p. 95-123, 2007.

KYMLICKA, W.; EISENBERG, A. **Identity Politics in the Public Realm: Bringing Institutions Back**. Vancouver/Toronto: UBC Press, 2011.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo: Ensaio sobre a Significação, o Alcance e os Limites da Uniformização Planetária**. Petrópolis: Vozes, 2da edição, 1996.

LEACH, M et al. **Attitudes to National Identity Among Tertiary Students in Melanesia and Timor Leste: A Comparative Analysis**. SSGM Discussion Paper, 2012. Disponível em: < <http://pacificinstitute.anu.edu.au/outrigger/2012/10/24/attitudes-to-national-identity-among-tertiary-students-in-melanesia-and-timor-leste-a-comparative-analysis/> > Acesso em 6. Jun. 2013.

LEACH, M. **Difficult Memories: The Independence Struggle as Cultural Heritage in East Timor**. In. LOGAN, W. e REEVES, K (eds). *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'*. Pp. 144-161. Nova Iorque: Routledge. 2009. Disponível em: < http://www.cultura.gov.tl/sites/default/files/MLeach_Difficult_memories_2008.pdf > Acesso em 12. Mai. 2013.

LEECH, M.; CAET, A. **Mother tongue-based multilingual education: A new direction for Timor-Leste**. 2011. Disponível em: < <http://easttimorlinguistics.blogspot.com.br/2011/09/o-futuro-do-portugues-em-timor-leste-5.html> > Acesso em 02. Jun. 2013.

LEITE, I. C. Argumentos para uma Dissociação da Filosofia Política de Thomas Hobbes da Tradição Realista. **Contexto Internacional Rio de Janeiro**, vol. 27, no 1, p. 7-50, 2005.

_____. Cooperação Sul-Sul: um ensaio conceitual. **Mundorama**. 15 de junho de 2010. Disponível em: < <http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/> > Acesso em 13. Mai. 2013.

LUMSDAINE, D. *Moral Vision in International Politics. The Foreign Aid Regime 1949-1989*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MENDES, N. C. **Como Nasceu Timor-Leste?** Portugal: CEPESA, 2006.

MITCHELL, T. **Rule of Experts. Egypt, Techno-politics, modernity**. Los Angeles: University of California Press, 2002.

NETO, S. **Por Timor - Memórias de dez anos de Independência**. Lisboa: Fundação Oriente, 2012.

OLIVEIRA, F. S. R. **Pluralidade de vozes, sentidos e significados do turismo no Timor-Leste: projetos turísticos e a negociação da cultura leste-timorense**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

OTTAWAY, M. Nation Building. **Foreign Policy**, No. 132, p. 16-24, 2002.

RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. **Novos Estudos**, 80, p. 109-125, 2008.

TROUILLOT, M. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press Books, 1995.

PEIRANO, M. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PETRUS, G. M. **O Haiti como Estado falido: da exportação de democracia à reconstrução institucional**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

PHILPOTT, S. From Nation-Building to State-Building. **Third World Quarterly**, Vol. 27, No. 1, p. 135-159, 2006.

PIETSCH J.; AARONS, H. Australian Engagement with Asia: Towards Closer Political, Economic and Cultural Ties'. In: PIETSCH, J.; AARONS, H. (eds.), **Australia Identity, Fear and Governance in the 21st Century**. Canberra: ANU ePress, pp. 33-46, 2012.

RAWNSLEY, C. East Timor: National Identity, History And Culture Wars. **17th Biennial Conference of the Asian Studies Association of Australia in Melbourne**, 2008. Disponível em: < <http://artsonline.monash.edu.au/mai/files/2012/07/clairerawnsley.pdf> > Acesso em 22. Abr. 2013.

RUGGIE, J. G. The past as prologue? Interest, identity, and American foreign policy, **International Security**, 21(4), 89-125, 1997.

RUGGIE, J. G. What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. **International Organization**, Vol. 52, No. 4, pp. 855-885, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2601360>

SILVA, K. C.; SIMIÃO, D. **Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da construção do Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, K. C. A Bíblia como constituição ou a constituição como Bíblia? Projetos para a construção do Estado-Nação em Timor-Leste. **Horizontes Antropológicos** 13(27), p. 213-235, 2007.

_____. AID as Gift: an initial approach. **Mana**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.141-171, 2008.

_____. A Nação Cordial: Uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de comemoração dos 500 anos do Brasil. **RBCS**, Vol. 18 n°. 51, 2003.

_____. **As Nações Desunidas: Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. Global flows of government practices Development technologies and their effects. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 9, n. 2. 2012.

_____. Processes of Regionalisation in East Timor Social Conflicts. In: SEIXAS, P. C. (ed). **Translation, Society and Politics in Timor-Leste**. Porto: University Fernando Pessoa Editions. 2010, p. 97-112.

SMITH, A. D. **National Identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.

SMITH, A. L. Review of Beyond Independence by Damien Kingsbury; Michael Leach.. **Contemporary Southeast Asia**, Vol. 30, No. 2, p. 340-342, 2008.

_____. Timor Leste, Timor Timur, East Timor, Timor Lorosa'e: What's in a Name? **Southeast Asian Affairs**, p. 54-77, 2002.

SOARES, A. National Identity and National Unity in **Contemporary East-Timorese Literature. Portuguese Studies**, Vol. 25, No. 1, p. 80-101, 2009.

STEELE, J. Nation Building in East Timor. **World Policy Journal**, Vol. 19, No. 2, p. 76-87, 2002.

TRAUB, J. Inventing East Timor. In. **Foreign Affairs**, Vol. 79, No. 4, p. 74-89, 2000.

TRAY, D. Capacity stripping: How the international community contributes to capacity problems in fragile states, and what to do about it. Working paper apresentado para **Results for Development Institute (R4D)**. 2008. Disponível em: < <http://www.resultsfordevelopment.org/sites/resultsfordevelopment.org/files/Working%20Paper%20-%20Dennis%20de%20Tray.pdf> > Acesso em 20. Jun. 2013.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

XANANA GUSMÃO. **Xanana Gusmão e os primeiros 10 anos da construção do Estado Leste-timorese**. Kay Rala. Porto: Porto Editora. 2012.

Documentos e Discursos Oficiais

AGENCIA ESPAÑOLA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA EL DESARROLLO TIMOR-LESTE. **Poniedo en valor el patrimonio cultural**. Disponível em: < http://aecidtimorleste.org/index.php?option=com_content&view=article&id=35 > Acesso em 22. Abr. 2013.

AUSTRALIAN GOVERNMENT OVERSEAS AID PROGRAM. **Annual Program Performance Report for Timor-Leste Program**, 2008. Disponível em: < http://www.aisaid.gov.au/Publications/Pages/4216_5730_9506_2272_8102.aspx > Acesso em 22. Abr. 2013.

_____. **Australia–Timor-Leste Country Strategy, 2009 to 2014.** S.d. Disponível em: < <http://www.ausaid.gov.au/Publications/Documents/timor-country-strategy.pdf> > Acesso em 22. Abr. 2013.

_____. **Why we give aid to Timor-Leste,** 2012. Disponível em: < <http://www.ausaid.gov.au/countries/eastasia/timor-leste/Pages/why-aid.aspx> > Acesso em 22. Abr. 2013.

BANCO MUNDIAL. **East Timor - Second Community Empowerment Project.** Washington, DC: World Bank, 2001.

_____. **East Timor - SP - Third Community Empowerment Project.** Washington, DC: World Bank, 2002.

BELO, C. X. **Discurso na Conferência Nas Celebrações Do Primeiro Centenário Do Nascimento Do Senhor Dom Jaime Garcia Goulart.** 10 de janeiro de 2008. Disponível em: < <http://forum-haksasuk.blogspot.com.br/2008/05/conferencia-nas-celebraes-do-primeiro.html> >. Acesso em 19 de agosto de 2013.

CARVALHO, D. A. (ed.) **Local Knowledge of Timor!** Jakarta: UNESCO, 2011.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Estratégia Geral da Cooperação da CPLP 2009.** Disponível em: < http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Pontos_Focais/XIX_Praia_Jun09/CooperacaoCPLP_pos_Bissau_XIXREPFC_OC.pdf > Acesso em 30. Abr. 2013.

_____. **Declaração Constitutiva.** 1996. Disponível em: < <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48> > Acesso em 30. Abr. 2013.

_____. **Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste,** 2007. Disponível em: < <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=397> > Acesso em 30. Abr. 2013.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2013.** 2012. Disponível em: < http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fIX_CCEG%2f19+Junho%2fCimeira%2f14-PR+Or%c3%a7amento2013_SECPLP.doc > Acesso em 30. Abr. 2013.

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. **Population Distribution by Administrative Areas.** Volume 2. Disponível em: < http://dne.mof.gov.tl/published/2010%20and%202011%20Publications/Pub%202%20English%20web/Publication%202%20FINAL%20%20English%20Fina_Website.pdf > Acesso em 20. Abr. 2013.

SOUSA, L. B. **Reunião de Parceiros para o Desenvolvimento de Timor-Leste 2010.** Discurso de Portugal, 7 de abril de 2010. Disponível em: < http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-Portugal_pt.pdf > Acesso em 11. Mai. 2013.

MONTEIRO, E. M. D. **Discurso do Chefe da Delegação do Brasil à Reunião de Parceiros do Desenvolvimento de Timor-Leste.** 2010. Disponível em: < http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2010/07/2010_TLDPM_Statement-Brazil_pt.pdf > Acesso em 11. Mai. 2013.

EMBASSY OF THE UNITED STATES: DILI, TIMOR-LESTE. **Ambassador Promotes Cultural Preservation in Timor-Leste.** 13 de fevereiro de 2009. Disponível em: < <http://timor-leste.usembassy.gov/news-events/press-releases-2009/ambassador-promotes-cultural-preservation-in-timor-leste-february-13-2009.html> > Acesso em 11. Mai. 2013.

_____. **Ambassador Visits Baucau and Lautem, Highlights Economic and Cultural Programs.** 22 de setembro de 2008. Disponível em: < http://timor-leste.usembassy.gov/pr_09222008.html > Acesso em 11. Mai. 2013.

_____. **Sacred House Inaugurated in Hatobuilico.** 23 de abril de 2010. Disponível em: < <http://timor-leste.usembassy.gov/news-events/press-releases-2010/sacred-house-inaugurated-in-hatobuilico-april-23-2010.html> > Acesso em 11. Mai. 2013.

FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO. **Comunicado final do X Encontro de Conferências de Bispos de Países Lusófonos – CPLP.** 6-10 de setembro de 2012. Disponível em: < http://www.fecong.org/noticia.asp?noticiaid=34325&tipo_id=69 > Acesso em 17. Mai. 2013.

_____. **Comunicado Final dos Bispos - Fátima 2006.** 10-14 de outubro de 2006. Disponível em: < http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=31919&tipo_id=69 > Acesso em 17. Mai. 2013.

_____. **Comunicado Final dos Bispos- Fátima 1996.** I Encontro de Bispos Delegados da Igreja Católica dos Países Lusófonos. 9-13 de maio de 1996. Disponível em: < http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=10606&tipo_id=69 > Acesso em 17. Mai. 2013.

_____. **Comunicado Final VIII Encontro Igrejas Lusófonas.** 24-28 de setembro de 2008. Disponível em: < http://www.fecong.org/igrejas_lusofonas_encontros_noticia.asp?noticiaid=32834&tipo_id=69 > Acesso em 17. Mai. 2013.

FORUM ONG TIMOR LESTE. **Naran Organizasaun Sossiedade Sivil.** – 2012. Handover Report, 2012.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. **Avaliação Conjunta do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Timor-Leste (2007-2010).** 2011. Disponível em: < <http://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf> > Acesso em 17. Jun. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ajudar as Crianças a Aprender: Uma Conferência Internacional sobre Educação Bilingue em Timor-Leste.** Vol. 1, 2008.

_____. **Educação Multilingue Baseada Na Língua Materna Política Nacional.** 2011.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Budget Documents - Budget: Previous Years.** S.d. Disponível em: < <http://www.mof.gov.tl/category/documents-and-forms/budget-documents/budget-previous/?lang=en> > Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **Reuniões entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento.** Disponível em: < <http://www.mof.gov.tl/aid-effectiveness/development-partners-meetings/?lang=pt> > Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **Democratic Republic of Timor-Leste Budget Book No.5 Official Development Assistance (ODA) to Timor-Leste Fiscal Year 2013.** 2013. Disponível em: < http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/Book_5_FINAL_2Printer_3Dec12.pdf > Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **Democratic Republic of Timor-Leste Budget Book No.5 Official Development Assistance (ODA) to Timor-Leste Fiscal Year 2013.** 2013. Disponível em: <

http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/Book_5_FINAL_2Printer_3Dec12.pdf >

Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **Handover Reports.** 2012. Disponível em: <

<http://www.aidtransparency.gov.tl/contentrepository/publicDocTabManager.do?action=publicShow> > Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **State Budget 2012.** Development Partners Book 5. 2012. Disponível em: <

<http://www.laohamutuk.org/econ/OGE12/Book5finalEn.pdf> > Acesso em 25. Mai. 2013.

MINISTERIO DO TURISMO. **Food and Beverages.** Disponível em: <

http://www.tourismtimorleste.com/mtci/index.php?option=com_content&view=article&id=65:foodandbeverages&catid=36:english-thingtodo&Itemid=124 > Acesso em 25. Mai. 2013.

_____. **Profile Timor-Leste – History.** Disponível em: <

http://www.tourismtimorleste.com/mtci/index.php?option=com_content&view=article&id=64:history&catid=25:english-home&Itemid=151 > Acesso em 25. Mai. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** 1945.

NORTHERN TERRITORY GOVERNMENT. **Strengthening Ties with Timor-Leste.** 15 de

julho de 2011. Disponível em: <

<http://newsroom.nt.gov.au/www.newsroom.nt.gov.au/indexaaed.html?d=5&fuseaction=viewRelease&id=8396> > Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **Building Relationships with Timor-Leste.** 7 de maio de 2013. Disponível em: <

<http://newsroom.nt.gov.au/adminmedia/mailouts/10736/attachments/130507%20Giles%20Timor-Leste.pdf> > Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **Free Public Seminar and Floor Talk at MAGNT This Weekend.** 13 de maio de 2009. Disponível em: <

http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2009/05/20090513_magnt_public_seminar.pdf > Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **MAGNT prepares for First International Timor-Leste Exhibition.** 17 de novembro de 2008. Disponível em: <

http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/11/20081117_timor-leste_exhibition.pdf > Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **Precious Timor-Leste Artefacts Arrive in Darwin.** 16 de julho de 2008.
Disponível em: <
http://www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/07/20080716_timorleste_artefacts.pdf
> Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **Strengthening the Territory's Ties with Timor Leste.** 24 de agosto de 2008.
Disponível em: <
<http://newsroom.nt.gov.au/www.newsroom.nt.gov.au/index55e7.html?d=5&fuseaction=viewRelease&id=4386>> Acesso em 25. Abr. 2013.

_____. **Tri-lingual Catalogue to accompany MAGNT exhibition.** 30 de setembro de 2008.
Disponível em: <
www.nt.gov.au/nreta/publications/media/pdf/2008/09/20080930_trilingual_catalogue.pdf >
Acesso em 25. Abr. 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **About the Fragile States Principles.** Disponível em: <
<http://www.oecd.org/dacfragilestates/aboutthefragilestatesprinciples.htm> > Acesso em 25. Abr. 2013.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Report of the United Nations: Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste.** Genebra: OHCHR, 2006.

PEMBERTON, Caroline. **Culture in East-Timor.** 2012. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=TgqxelcIg1s>> Acesso em 20. Abr. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste 2002: o Caminho à nossa frente.** Dili: PNUD, 2002, p.32.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE. **Alocução de Sua Excelência Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão por Ocasão Da Apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 no Parlamento Nacional.** 11 de julho de 2011.
Disponível em: < http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-PED-Parlamento-Nacional_11.71.pdf > Acesso em 20. Jul. 2013.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE. **Censo 2010**. Volume 2. Díli, 2010. Disponível em: < <http://www.mof.gov.tl/population-distribution-of-administrative-areas-census-2010-volume-2/?lang=pt> > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. **Comunicado de Imprensa: Tolerância de ponto: Tour de Timor**. Disponível em: < <http://timor-leste.gov.tl/?p=5693> > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. DECRETO-LEI N.º 05 /2013 de 8 de Maio: Estrutura Orgânica do Ministério do Turismo. In: **Jornal da República**, Série I, N.º 14. Disponível em: < http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2013/serie_1/serie1_no14.pdf > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. DECRETO-LEI N.º 41/2012 de 7 de Setembro: Orgânica do IV Governo Constitucional In: **Jornal da República**, Série I, N.º, 30. Disponível em: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2012/serie_1/serie1_no30a.pdf > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. DECRETO-LEI N.º 7/2007 de 5 de Setembro: Orgânica do IV Governo Constitucional In: **Jornal da República**, Série I, N.º, 25. Disponível em: < http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2007/serie_1/serie1_no25.pdf > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. Decreto-Lei N.º.21/2006. **Orgânica do Ministério da Educação e da Cultura**. Disponível em: < <http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/Decree-Law-2006-21.pdf> > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. Orçamento Geral do Estado 2013: **Planos de Acção Anual**, Livro 2. < http://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2013/01/FINALLivro_2_2013_Vers%C3%A3o_FINAL_14Dec12.pdf > Acesso em 19. Jul. 2013.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**. 2011. Disponível em: < http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf > Acesso em 20. Jul. 2013.

_____. Política Nacional da Cultura In. **Jornal da República**, Série I. N.º 41. Disponível em: < http://www.cultura.gov.tl/sites/default/files/Politica_nacional_cultura_portugues.pdf > Acesso em 21. Jul. 2013.

_____. **Primeiro-Ministro lançou PED na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento.** 13 de julho de 2011. Disponível em: < <http://timor-leste.gov.tl/?p=5337&n=1> > Acesso em 21. Jul. 2013.

_____. **Programa do IV Governo Constitucional.** 2007. Disponível em: < <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=16> > Acesso em 19. Jul. 2013.

_____. **Programa do V Governo Constitucional.** 2012. Disponível em: < <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39&lang=pt&bl=7569#toc334006139> > Acesso em 19. Jul. 2013.

_____. **Resolução do Governo 25/2011 Relativa à Protecção do Património Cultural.** Disponível em: < <http://www.jornal.gov.tl/?mod=artigo&id=3644> > Acesso em 21. Jul. 2013.

_____. **Sobre Timor-Leste.** Disponível em: < <http://timor-leste.gov.tl/?p=547&lang=pt> > Acesso em 21. Jul. 2013.

_____. **The Biggest Event.** Setembro 2010. Nº 2. Magazine. Disponível em: < <http://www.presidencia.tl/mag/mag1/pdf/pg56.pdf> > Acesso em 19. Jul. 2013.

SECRETARIA DO ESTADO DE ARTE E CULTURA. **Inauguração do Memorial de Dare: Café e Museu.** Disponível em: < <http://www.cultura.gov.tl/pt/noticias/inauguracao-do-memorial-de-dare-cafe-e-museu> > Acesso em 29. Jun. 2013.

TRUMAN, H. S. **Inaugural Address.** 1949. Disponível em: < <http://www.britannica.com/presidents/article-9116976> > Acesso em 29. Jun. 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **The Path out of Poverty: Integrated rural development.** Dili: UNDP. Janeiro de 2006.

_____. **UNDP Country Programme for Timor-Leste (2009-2013).** Dili: UNDP, 2008.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 34 C/4 Mid-Term Strategy for 2008-2013. Paris: UNESCO, 2008.

_____. **Local and Indigenous Knowledge Systems.** Disponível em: < <http://www.unesco.org/links>. > Acesso em 29. Abr. 2013.

_____. **Timor-Leste – Timor-Leste – UNESCO Country Programming Document, 2009-2013.** UHJAK/2009/PI/H/5.

UNITED NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR. **Notificação sobre a nomeação dos membros do conselho de direcção da Componente de património cultural do projecto de capacitação comunitária e governação local.** Disponível em: < <http://www.jornal.gov.tl/lawsTL/UNTAET-Law/Notifications%20Portuguese/Not2000-08.pdf>> Acesso em 27. Abr. 2013.

UNITED NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR. **Tais Timor.** Vol. I, No. 2. Pág. 4. 28 de Fevereiro de 2000. Darwin: UNTAET Office of Communication and Public Information (OCPI). Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/untaetPU/newsletter2.pdf>> Acesso em 27. Abr. 2013.

UNITED NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR. **Executive order no. 2000/1 on the designation of public holidays in East Timor.** Disponível em: < http://www.eastimorlawjournal.org/UNTAETLaw/Executive_Orders/Ord2000-01.pdf> Acesso em 27. Abr. 2013.

VASCONCELOS, Pedro Carlos Bacelar (Coord.) **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste.** Braga: Direitos Humanos-Centro de Investigação Interdisciplinar – Escola de Direito da Universidade do Minho, Campus de Gualtar.

Outros

AÇORIANO ORIENTAL. **Governo português defende novas formas de cooperação com Timor-Leste.** 1 de julho de 2013. Disponível em: < <http://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-portugues-defende-novas-formas-de-cooperacao-com-timor-leste>> Acesso em 25. Abr. 2013.

AGÊNCIA ECCLESIA. **Bispos lusófonos debatem seitas e desenvolvimento.** 6 de setembro de 2012. Disponível em: < <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=92329>> Acesso em 16. Abr. 2013.

_____. **Saudação do presidente Conferência Episcopal Leste-timorense no encontro de bispos católicos da CPLP.** 6 de setembro de 2012. Disponível em: < <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=92358>> Acesso em 16. Abr. 2013.

_____. **Timor-Leste: Caritas Portuguesa quer «capacitar agentes sociais»** 18 de março de 2011. Disponível em: < <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=84801>.> Acesso em 16. Abr. 2013.

AIRNORTH. **Airnorth flies 150 bikes for Tour de Timor.** 15 de setembro de 2011. Disponível em: < http://www.airnorth.com.au/sites/default/files/Media%20Release%20-%20Airnorth%20flies%20150%20Bikes%20for%20Tour%20de%20Timor_FINAL.pdf> Acesso em 16. Abr. 2013.

COOPÉRATION INTERNATIONALE POUR LE DÉVELOPPEMENT ET LA SOLIDARITÉ. **The Following CIDSE members work in East Timor.** 28 de fevereiro de 2012. Disponível em: < <http://www.cidse.org/content/members/east-timor.html>> Acesso em 16. Abr. 2013.

CIVISMUNDI. **Cultura y Medio-Ambiente Puesta en valor del patrimonio cultural inmaterial en espacios protegidos de Timor Oriental.** 2011. Disponível em: < <http://www.civismundi.es/esp/proyectos.php?idproyecto=123>.> Acesso em 13. Abr. 2013.

CONOCOPHILIPS AUSTRALIA. **Community Investment in Timor-Leste.** S.d. Disponível em: < <http://www.conocophillips.com.au/EN/responsibilities/TimorLeste/CommInvest/Pages/index.aspx>.> Acesso em 13. Abr. 2013.

EUROPEAN COMMISSION. **Participation of José Manuel Barroso, President of the EC, in the event on the 10th anniversary Of East Timor independence.** 25 de abril de 2012. Disponível em: < <http://ec.europa.eu/avservices/services/showShotlist.do?out=PDF&lg=En&iref=I-073130-INT-1>> Acesso em 13. Abr. 2013.

FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO. **Edusaúde.** 24 de dezembro de 2008. Disponível em: < http://www.fecong.org/projectos_timor_finalizados_noticias.asp?noticiaid=32912> Acesso em 23. Abr. 2013.

FIRST CONFERENCE ON THE NATIONAL LANGUAGES OF TIMOR-LESTE. **Report on the First Conference on the National Languages of Timor-Leste.** 2011. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/59602853/National-Languages-of-Timor-Leste-Conference-2010-Report>> Acesso em 23. Abr. 2013.

FUNDAÇÃO MARIO SOARES. **Exposições Temporárias Cultura e Tradição em Timor-Leste, Centro de Documentação e Divulgação da Cultura de Timor**. 28 de Junho de 2002. Disponível em: < http://www.fmsoares.pt/casa_museu/expo_temp_timor_lemte_apresenta.php > Acesso em 13. Abr. 2013.

FORGOTTEN DIARIES. **Tour de Timor**. 26 de agosto de 2009. Disponível em: < <http://forgottendiaries-east-timor.blogspot.com.br/2009/08/tour-de-timor.html> > Acesso em 21. Abr. 2013.

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Portugal reforça a cooperação com a República Democrática de Timor-Leste e promove a participação das empresas portuguesas na economia lestemorense**. 20 de setembro de 2009. Disponível em: < <http://www.gpeari.min-financas.pt/noticias/portugal-reforca-a-cooperacao-com-a-republica> > Acesso em 23. Mai. 2013.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Timor-Leste's Displacement Crisis**. Asia Report N°148 – 31, 2008.

JORNAL DIGITAL. **Timor-Leste: Reforma no ensino básico pretende abolir língua portuguesa**. 9 de agosto de 2011. Disponível em: < <http://www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=27457> > Acesso em 20. Mai. 2013.

LEWIS, M.; GARY F. S.; CHARLES D. F. (eds.). **Ethnologue: Languages of the World**, Seventeenth edition. Dallas, Texas: SIL International, 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Government contributions to the International Dialogue on Peacebuilding and Statebuilding: Timor Leste**. 2 de abril de 2010. Disponível em: < <http://www.oecd.org/countries/timor-lemte/44928988.pdf> > Acesso em 03. Mai. 2013.

OBSERVATÓRIO DE PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA. **Novo plano educacional baseado nas línguas maternas causa polêmica em Timor-Leste**. 29 de agosto de 2011. Disponível em: < http://www.oplop.uff.br/boletim/302/novo-plano-educacional-baseado-nas-linguas-maternas-causa-polemica-em-timor-lemte#_ftn1 > Acesso em 03. Abr. 2013.

PÁGINA GLOBAL. **Livro sobre 10 anos da independência revela Alemanha "farta" de ouvir Portugal.** 25 de abril de 2012. Disponível em: < <http://paginaglobal.blogspot.com.br/2012/04/livro-sobre-10-anos-da-independencia.html>>

Acesso em 04. Abr. 2013.

PORTUGAL TELECOM. **PT no Mundo.** 2013. Disponível em: < <http://www.telecom.pt/InternetResource/swf/FlashPTNoMundo.html> > Acesso em 13. Abr. 2013.

PUBLICO. **Presidente leste-timorense quer mudar metodologia do ensino do português.** 21 de maio de 2012. Disponível em: < <http://www.publico.pt/mundo/noticia/taur-matan-ruak-propoe-m-que-portugues-seja-ensinado-como-lingua-estrangeira-1546984#/0>> Acesso em 11. Abr. 2013.

SAPO. **Diplomacia: Intervenção de Portugal na independência de Timor-Leste projectou imagem do país - Ana Gomes.** 14 de fevereiro de 2008. Disponível em: < <http://expresso.sapo.pt/diplomacia-intervencao-de-portugal-na-independencia-de-timor-leste-projectou-imagem-do-pais-ana-gomes=f241679#ixzz2WmOIyOvm> > Acesso em 10. Abr. 2013.

SAPO.TL. **Novo Presidente, visitas oficiais e eventos culturais marcam Comemorações.** 16 de maio de 2012. Disponível em: < <http://10anosindependencia.blogs.sapo.tl/1885.html> > Acesso em 10. Abr. 2013.

_____. **V Feira do Livro de Dili celebra os 10 anos de Timor.** 25 de maio de 2012. Disponível em: < <http://10anosindependencia.blogs.sapo.tl/15063.html> > Acesso em 10. Abr. 2013.

TIMOR TELECOM. **Sustentabilidade. 2012.** Disponível em: < http://www.timortelecom.tp/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=81&lang=pt> Acesso em 30. Abr. 2013.

WOODSIDE. **Sunrise LNG.** Disponível em: < <http://www.woodside.com.au/Our-Business/Sunrise/Pages/default.aspx>> Acesso em 22. Abr. 2013.

_____. **Supporting Timor-Leste Communities.** 2013. disponível em: < <http://www.woodside.com.au/Our->

[Business/Sunrise/Documents/Sunrise%20LNG%20Development%20-%20Social%20Investment%20Brochure.pdf](#)> Acesso em 22. Abr. 2013.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. Arrivals of non-resident tourists at national borders, by country of residence 2007-2011. In: UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Yearbook of Tourism Statistics dataset**. Madrid, 2012.

Sítios-web

Ministério do Turismo. <http://www.mtci-timorleste.com/pt/>;

Presidência de Timor-Leste (inglês). <http://presidenttimorleste.tl/>;

Governo de Timor-Leste. <http://timor-leste.gov.tl>.

Sunset Market. <http://dilisunsetfairassociation.blogspot.com.br/>;

Tour De Timor. <http://tourdetimor.com/>;

Embaixadora da Boa Vontade para os Assuntos da Educação (blog de Kirsty Gusmão). <http://embaixadoraedukasaun.blogspot.com.br/>;

Fundação Haburas. <http://www.haburas.org>

ANEXOS

I. Turismo e Cultura com Caroline Pemberton

Capturas de écran com legenda da narração original em inglês. Vídeo original “Culture in East Timor, (Timor Leste),” publicado em 17 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TgqxelcIgl1s>.



[Illikere-kere Cave on the Jaco Islands]... Local guides will happily take you to the cave though the stunning coast rainforest where you see perfectly preserved Cave paintings, which date back thousands of years.



He is another example of some Portuguese ruins that you gonna find all over the country, that really shows you how rich is in history and culture this place really is. It's very cool how accessible they are



(Nota: Uma Lulik, Casas Sagradas de Timor-Leste, com música tradicional ao fundo)



Welcome to Timor-Leste! Obrigada, thank you!



When Indonesians invaded Timor [...] five Australian Journalists came here to cover the conflict. Their presence jeopardized the secrecy of the Indonesian Campaign [...] You can see and walk through the Balibo house which was the last refuge of the Australian journalists before they got killed.



(Nota: crianças sorridentes com música tradicional ao fundo)

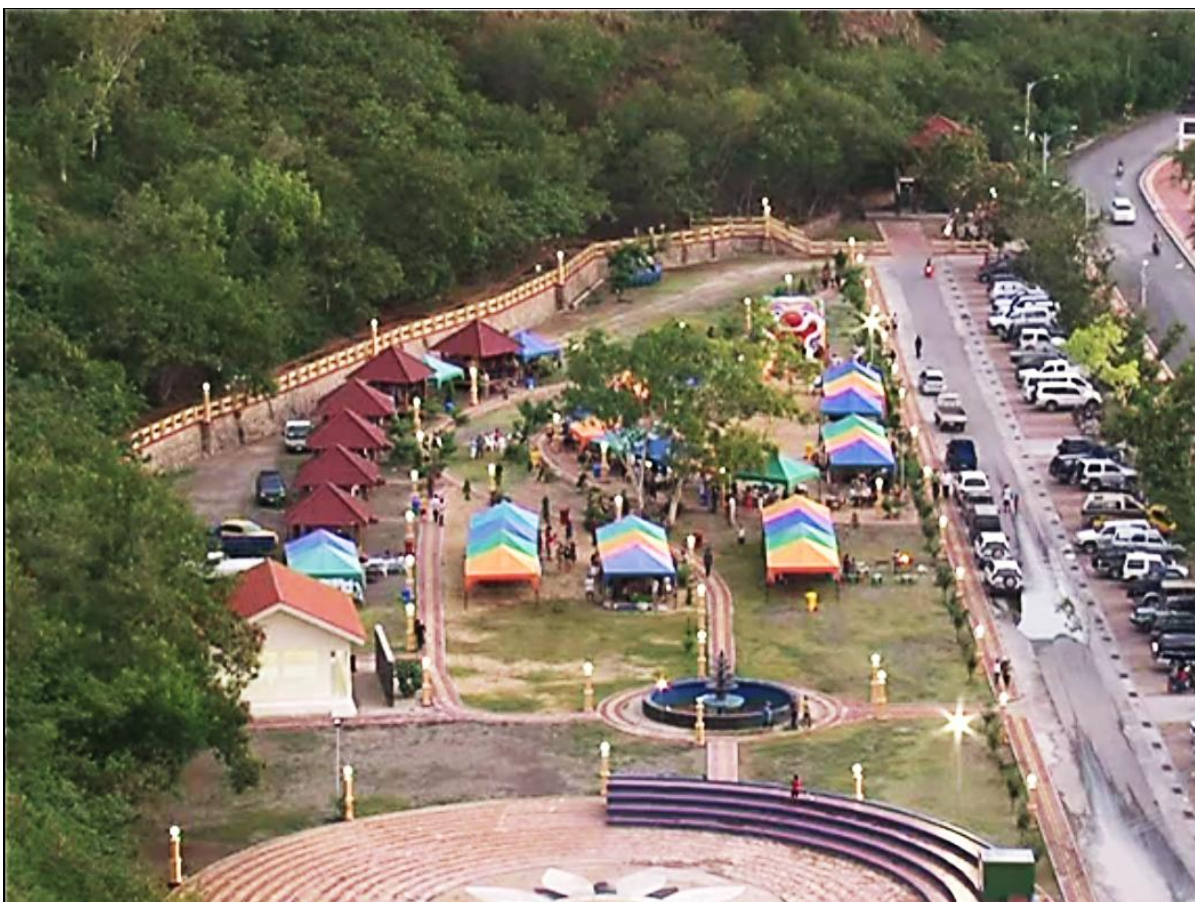
II. Monte Cristo Rei e a Praia de Cristo Rei

Autoria desconhecida, disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=10150282274054997>



III. Panorama aérea da Feira do Pôr-do-Sol na Praia de Cristo Rei.

Retirado aos 26 segundos do vídeo oficial “Feira do Pôr-do-Sol”, Valsa Produções, 2 de Outubro de 2011. Disponível em: <http://valsavideo.blogs.sapo.tl/695.html>.



Retirado do sítio-web oficial de Dili Sunset Fair Association. Legendas originais. Disponível em: <http://dilisunsetfairassociation.blogspot.com.br> (Inglês)



Beautiful traditional silver jewellery



Hand-made original dolls from Atauro: "Boneka Atauro" - available from Kor Timor Better than Barbie. Why not start a family?



Arte Moris have some lovely greeting cards based on the students' artwork



CA-PO-EI-RA!!



There were a couple of Sunset Fair first-timers



Kirsty clowns with the film crew and takes a stroll with her husband during a break in the filming



Something different from Bali - and Timor Telecom recharge cards - on offer at Blue Ocean restaurant



Timor-Leste Women Entrepreneurs - battery-powered toys. (Nota: esse produto é de muita suspeita ser da indústria chinesa).



(Nota: um visitante da CPLP com uma camisa de souvenir I ♥ TL - Eu amo Timor-Leste, à moda da norte-americana I ♥ NY - Eu amo Nova Iorque.)

V. Coleções culturais exibidas no MAGNT

Exibições virtuais do MAGNT, *Southeast Asia Link Gallery*. Descrições originais extraídos de:
<http://artsandmuseums.nt.gov.au/museums/virtual/seagallery/gallery#.Ufg37dL7Ruk>



Ancestral figurines
 Early 20th century
 Wood, cotton cloth and cord
 Maquile People, Maumeta village,
 Ataúro Island, Timor-Leste
 IND 01545 a & b



Mask
 20th century
 Wood
 Maquile People, Ataúro Island,
 Timor-Leste
 Private Loan



Babadok Drum
 20th century
 Wood, animal skin and fibre
 Timor-Leste
 Loan of Ines Casimiro



Keke Bracelet
 20th century
 Silver
 Presumed Timor-Leste
 IND 01183



Mamuli earrings
 20th century
 Gold
 Timor-Leste
 IND 01347 a+b



Amulets, pendants and earrings, known as mamuli, are worn as ritual jewellery in eastern Indonesia. Varying in size, shape, decoration and name, mamuli are potent symbols of wealth and status across the region. [...]



Tais Ema Tube-skirt
 20th century
 Cotton and rayon
 embroidery
 threads
 Same, Timor-Leste
 Private Loan
The women of Timor-Leste traditionally wear tube-skirts, known as tais. These tube-skirts are made of hand woven cotton cloth and are decorated with colours and motifs indicative of the region, village and clan to which they belong. This black tube-skirt, known as tais emma, was intended for wear during ceremonial occasions and funerals [...].



Morten Necklace
 Presumed 19th century
 Glass beads
 China / Timor-Leste
 Loan of Dinorah Morahan